



Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Instituto de Oceanografia
Laboratório de Gerenciamento Costeiro

**A realidade dos pescadores com base nos fundamentos da
Educação no Processo de Gestão Ambiental.**

Relatório I

*Análise sobre as comunidades de pescadores artesanais da Baía
de Guanabara – Rio de Janeiro.*

Junho de 2018.



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**



Projeto de Pesquisa:

Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro.

A realidade dos pescadores com base nos fundamentos da Educação no Processo de Gestão Ambiental.

Relatório I

Análise sobre as comunidades de pescadores artesanais da Baía de Guanabara – Rio de Janeiro.

Jéssica Fischer Verly; Andrine Longaray; Tatiana Walter; Naila Takahashi; Gracieli Trentin; Liandra Caldasso; Márcia Umpierre; Juliana Conti Hubner; Kelen Rodrigues da Veiga; Erica Coelho de Souza Neutzling; Gabriel Henrique Silva das Dores; Julhana Pereira Figueiredo; Liliane Oliveira; Mateus Finkler; Monique Macedo e Silva.

“A realização do Projeto de Pesquisa de Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio”

Equipe Técnica

Coordenação Geral

Tatiana Walter	Doutora em Ciências Sociais
Prof. Dra. Liandra P. Caldasso	Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento
Prof. Dra. Gracieli Trentin	Doutora em Geografia
Prof. Msc. Márcia B. Umpierre	Mestre em Ciências Contábeis, Doutoranda em Educação Ambiental.

Pesquisadores

Jéssica Fischer Verly	Mestra em Gerenciamento Costeiro
Andrine Longaray	Tecnóloga em Gestão Ambiental
Cristiane Simões Netto Costa	Doutora em Administração
Juliana Conti Hubner	Tecnóloga em Gestão Ambiental
Kelen Rodrigues da Veiga	Mestra em Biologia de Ambientes Aquáticos Continentais
Naila Takahashi	Mestra em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento

Coordenação Técnico-Administrativa

Max Frederico Alves	Tecnólogo em Gestão Ambiental
---------------------	-------------------------------

Bolsistas de Pós-Graduação

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Ricardo Alfredo Demarco Vittola	Mestrado em Gerenciamento Costeiro
---------------------------------	------------------------------------

Bolsistas de Iniciação Científica

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Andriele Teixeira da Silva	Educação do Campo
----------------------------	-------------------

Erica Coelho de Souza Neutzling	Gestão de Cooperativas
Gabriel Henrique Silva das Dores	Agroecologia
Julhana Pereira Figueiredo	Agroecologia
Liliane Oliveira	Gestão Ambiental
Mateus Finkler	Agroecologia
Monique Macedo e Silva	Gestão Ambiental

LISTA DE SIGLAS

ACAMM	Associação dos Caranguejeiros e Amigos do Manguê de Magé
ACAPESCA	Associação de Caranguejeiros, Pescadores e Amigos de Itambi
AHOMAR	Associação de Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AII	Área de Influência Indireta
ALMARJ	Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba
ALPAPI	Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu
AMAI	Associação de Moradores e Amigos da Ilha de Itioca
AMCA	Associação dos Moradores do Canal do Anil
AMPAVA	Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo
APA	Área de Proteção Ambiental
APAPG	Associação de Pescadores da Pedra de Guaratiba
APASP	Associação de Pescadores e Amigos de São Pedro
APELABATA	Associação dos Pescadores Livres e Amigos da Barra da Tijuca e Adjacências
APELGA	Associação de Pescadores Livres do Gradim e Adjacências
APELT	Associação dos Pescadores Livres de Tubiacanga
APESCASIRILUZ	Associação de Pescadores e Escarnadeiras de Siri da Praia da Luz
APPP	Associação dos Pescadores da Praia das Pedrinhas
APREBAN	Associação dos Pescadores do Recreio dos Bandeirantes
APREC	Associação Projeto Roda Viva, Associação de Proteção a Ecossistemas Costeiros
ASCOM	Associação dos Servidores e Funcionários do Comércio do Brasil
AUQUA	Associação de Usuários do Quadrado da Urca e Adjacências
BPC	Benefício de Prestação Contínua
CEAGESP	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA	Centrais de Abastecimento

CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CIPAR	Centro Integrado de Pesca Artesanal
CODEPE	Companhia de Desenvolvimento da Pesca
COEP	Rio de Janeiro Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
COOPESCAJU	Cooperativa Mista dos Pescadores da Colônia do Caju LTDA
COPALISG	Colônia de Pescadores e Aquicultores Livres de São Gonçalo
CSA	Companhia Siderúrgica do Atlântico
EDEA	IX Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental
ESEC Carijós	Estação Ecológica do Carijós
ESEC Guanabara	Estação Ecológica da Guanabara
FAPESCA	Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Rio de Janeiro
FAPESCA	Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Rio de Janeiro
FAPP-BG	Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica das cercarias da Baía de Guanabara
FEPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
FIPERJ	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
FNTTAA	Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afim
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GPS	Sistema de posicionamento global
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO/RJ	Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade/ Rio de Janeiro
ICMS	Imposto Sobre Circulação De Mercadorias E Serviços

IDH	Instituto de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA/DIBAP	Instituto Estadual Do Ambiente / Diretoria De Biodiversidade E Áreas Protegidas
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPPUR/UFRJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ITAPESCA	Associação dos Pescadores de Itambi
MARCOOP	Cooperativa de Marcílio Dias
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério Pesca e Aquicultura
MPF/RJ	Ministério Público Federal/ Rio de Janeiro
OAB/RJ	Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCAPs	Planos de Compensação da Atividade Pesqueira
PCSPA	Projeto de Caracterização Socioeconômica da Pesca e Aquicultura
PCSPA-BS	Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aquicultura na Bacia de Santos
PEA RIO-BG	Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro - Baía de Guanabara
PEAs	Programas e Projetos de Educação Ambiental
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S. A.
PLANGAS	Plano de Antecipação da Produção de Gás
PPDDH	Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos
PPVA	Plano Popular da Vila Autódromo: plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural
PROFROTA	Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
RGP	Registro Geral da Pesca
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SAF /Sead	Subsecretaria de Agricultura Familiar
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEAP/PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SEDRAP	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca
SEEDUC/RJ	Secretaria de Estado de Educação/ Rio de Janeiro
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SSDP	Sistema de Subsídio do Diesel Pesqueiro
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNIVERDE	Centro Fluminense de Estudos e Atividades sobre Ecologia e Qualidade de Vida

SUMÁRIO

1. Apresentação	13
2. Acervos pesquisados para análise documental da Baía de Guanabara	15
3. A pesca artesanal na Baía de Guanabara.....	16
3.1. O histórico de ocupação da Baía de Guanabara: o espaço das comunidades pesqueiras artesanais.....	17
3.2. Equipamentos e Serviços Públicos	23
3.3. Caracterização do Processo Produtivo.....	28
3.4. Caracterização dos Meios de Produção	38
3.5. Produção pesqueira	48
3.6. Características do beneficiamento e comercialização de pescado	49
3.7. Infraestruturas da Cadeia Produtiva.....	57
3.8. Conflitos e/ou problemas	63
3.9. Projetos desenvolvidos nas comunidades pesqueiras	69
3.10. Políticas públicas acessadas pelos pescadores (as) artesanais	75
3.11. Organizações Representativas	87
4. Considerações Finais.....	102
5. Referências Bibliográficas	104
6. Apêndices	115
7. Anexos.....	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de Abrangência da Pesquisa.	13
Figura 2- Municípios da Baía de Guanabara que compõem a área de estudo e localização das organizações de pescadores(as) artesanais identificadas.....	15
Figura 3 - Quantidade e distribuição dos(as) pescadores(as) artesanais em municípios da Baía de Guanabara.	22
Figura 4 - Comparação entre o nível predominante de escolaridade dos(as) pescadores(as) artesanais com a população em geral, por município da Baía de Guanabara.....	25
Figura 5 - Atores envolvidos na atividade pesqueira da Baía de Guanabara.	30
Figura 6 - Comparação entre os valores das rendas familiares predominantes entre os pescadores (as) com os valores das rendas da população dos municípios da região da Baía de Guanabara.	37
Figura 7 – Características das embarcações cadastrados no PCSPA (FIPERJ, 2015).	41
Figura 8 - Tecnologias existentes nas embarcações pesqueiras artesanais da Baía de Guanabara.	43
Figura 9 - Formas de comercialização dos pescados na região da Baía de Guanabara.....	50
Figura 10 - Formas de beneficiamento do pescado na região da Baía de Guanabara.	51
Figura 11 - Infraestruturas da cadeia produtiva da pesca presentes na região da Baía de Guanabara.	59
Figura 12 - Políticas públicas acessadas pelos pescadores artesanais da Baía de Guanabara.....	76
Figura 13 – Número de beneficiários que acessam o seguro defeso na Baía de Guanabara.....	77
Figura 14 - Número de entidades representativas dos pescadores artesanais na Baía de Guanabara.	90
Figura 15 - Grupos que as entidades da região da Baía de Guanabara representam.	88
Figura 16 - Entidades que tem atuação em espaços da gestão ambiental pública.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comunidades pesqueiras da região da Baía de Guanabara, com destaque aquelas que integram o PEA.	22
Quadro 2: Matriz de divisão de trabalho e partes da produção, de atividade pesqueira na comunidade de Jurujuba, município de Niterói.....	47
Quadro 3 - Problemas/conflitos predominantes na literatura sobre a atividade pesqueira na Baía de Guanabara.....	65
Quadro 4 - Projetos predominantes nos estudos sobre a região da Baía de Guanabara.	71

LISTA DE TABELAS

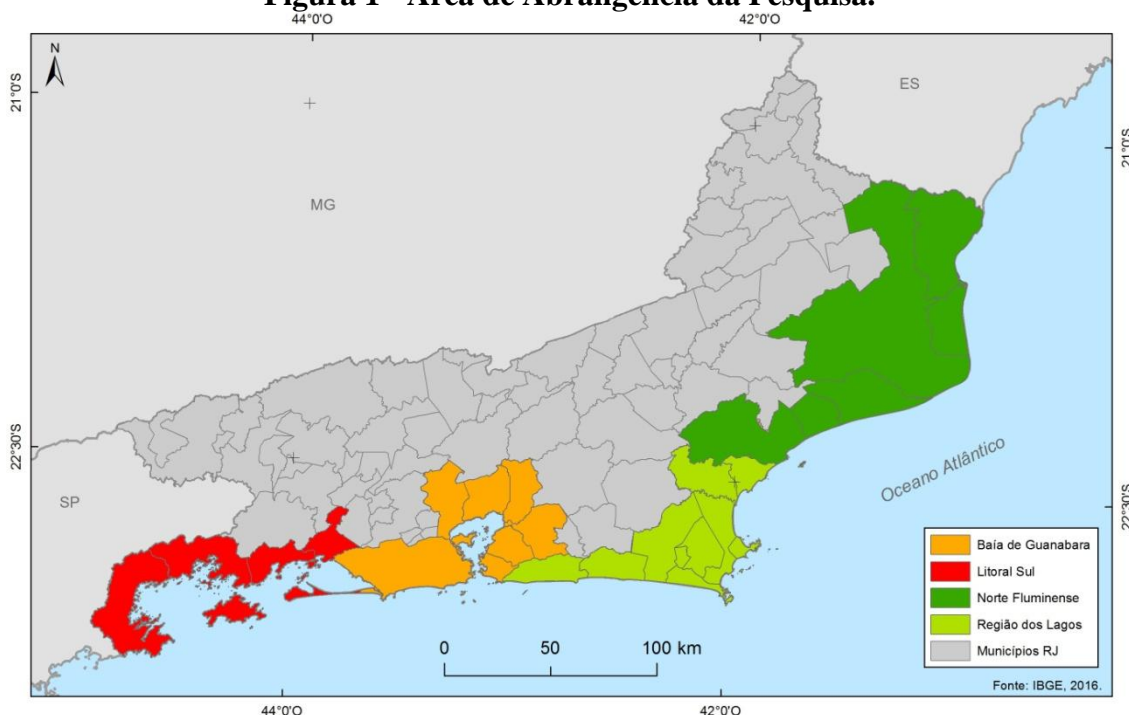
Tabela 1: Número de embarcações pesqueiras artesanais na Baía de Guanabara.....	39
Tabela 2 - Percentual (%) de utilização de petrechos de pesca pelos pescadores artesanais.	42
Tabela 3– Percentual (%) aproximado de pescadores que são proprietários ou responsáveis pelas embarcações e pescadores que não são proprietários ou responsáveis pelas embarcações.....	48
Tabela 4 – Informações sobre acesso ao seguro defeso na região da Baía de Guanabara.	78
Tabela 5 - Dados sobre beneficiados(as) pelo programa Bolsa Família em Março de 2018 na região da Baía de Guanabara.....	82

1. Apresentação

Este documento é parte do projeto de pesquisa “Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre comunidades pesqueiras do estado do Rio de Janeiro”. Financiado pelo Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO, a pesquisa possui como fito contribuir ao aprimoramento da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), por meio da análise crítica sobre os impactos de empreendimentos petrolíferos em comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro.

O relatório diz respeito à execução do objetivo específico A.2 “Analisar o estado da arte das medidas mitigadoras e compensatórias implantadas junto às comunidades pesqueiras artesanais – Projetos de Educação Ambiental e Planos de Compensação da Pesca – com vistas ao seu aprimoramento e ampliação do escopo das ações”. Tem como área de abrangência os municípios costeiros do estado do Rio de Janeiro, organizados em quatro regiões: Baía de Guanabara, Região dos Lagos, Região Norte Fluminense e Litoral Sul (Figura 1).

Figura 1 - Área de Abrangência da Pesquisa.



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de IBGE (2016).

As medidas compensatórias e mitigadoras, objetos desta pesquisa, possuem como orientação a vertente da Educação Ambiental denominada *Educação no Processo de*

Gestão Ambiental, especificamente o recorte a Educação Ambiental no Licenciamento. Adicionalmente, a pesquisa tem como foco Programas e Projetos de Educação Ambiental cujos sujeitos da ação educativa são pescadores e pescadoras artesanais. Conseqüentemente torna-se essencial cotejar os elementos estruturantes da Educação no Processo de Gestão Ambiental à realidade dos sujeitos cujos projetos estão orientados. Por meio da pergunta *‘quais os elementos que tornam esses pescadores e pescadoras vulneráveis aos impactos dos empreendimentos petrolíferos?’* Foram elaborados os fundamentos teóricos da pesquisa que estão publicados nos Anais do IX Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental – EDEA (Anexo 1) e estabelecem os subsídios as análises a serem empreendidas nas quatro regiões de estudo.

Após organização dos subsídios teóricos, os procedimentos analíticos foram organizados e descritos em relatório específico, compilados no Anexo 2.

Destaca-se que a proposição em compreender os elementos que resultam em vulnerabilidade dos sujeitos aos impactos dos empreendimentos petrolíferos reverbera sobre três possibilidades. A primeira diz respeito à construção do corpo da pesquisa necessário a análise crítica dos Programas e Projetos de Educação Ambiental (PEAs) e Planos de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAPs) que estão em execução na zona costeira do Rio de Janeiro. A segunda é a de almejar que outras ações de educação ambiental são necessárias serem planejadas com vistas a qualificar a intervenção nos processos decisórios sobre o ambiente pelos pescadores(as) que direta ou indiretamente sofrem os impactos das atividades relacionadas à cadeia do petróleo para além do escopo do licenciamento ambiental. Ou seja, ações cujo recorte esteja no escopo da Educação no Processo de Gestão Ambiental e alinhadas à perspectiva crítica, transformadora e emancipatória, sem serem aquelas ações delineadas no escopo do licenciamento ambiental.

A terceira refere-se à reflexão sobre a pertinência de outras medidas mitigadoras e compensatórias necessárias, complementares aos Projetos de Educação Ambiental, mas que não tenha no processo pedagógico a centralidade das ações.

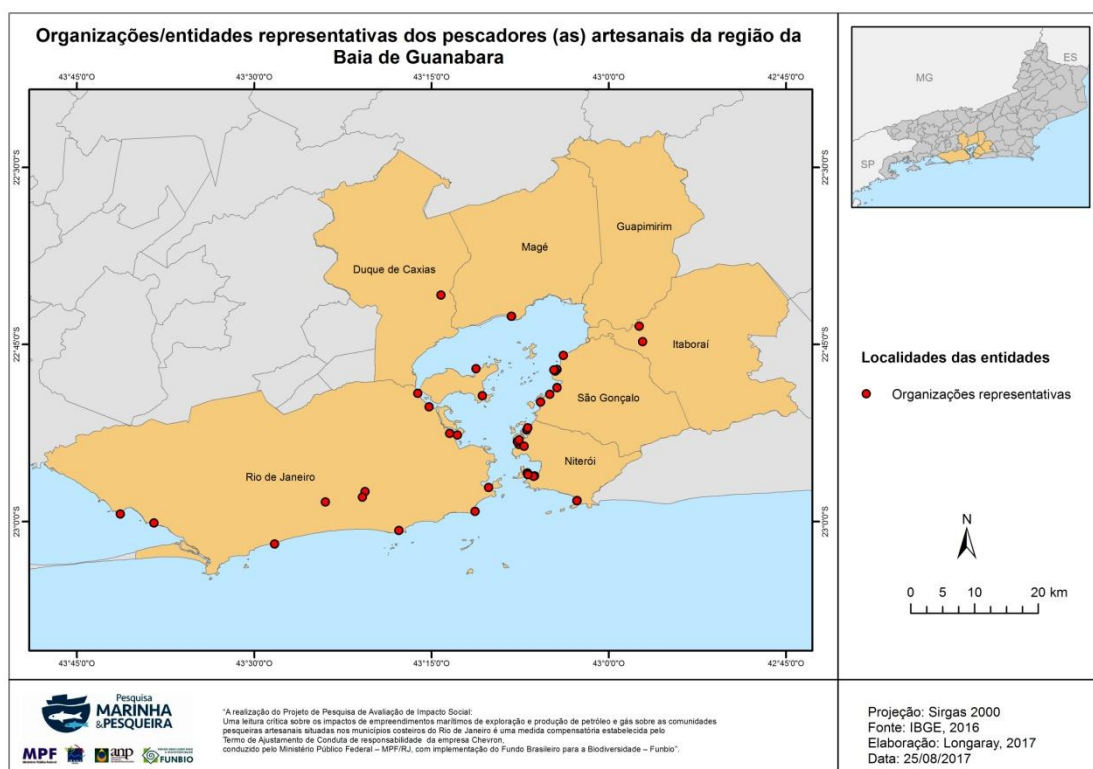
Com base no referencial teórico e procedimentos de pesquisa adotados, as análises são organizadas e empreendidas para cada uma das regiões, a fim de compreender de forma aprofundada as características das comunidades pesqueiras e sua vulnerabilidade aos impactos dos empreendimentos petrolíferos. Neste sentido, o presente documento apresenta os resultados gerados para os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí,

Magé, Duque de Caxias, Guapimirim e Rio de Janeiro, pertencentes à Baía de Guanabara.

2. Acervos pesquisados para análise documental da Baía de Guanabara

A análise da região da Baía de Guanabara envolveu o levantamento de dados sobre a pesca artesanal nos municípios de Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, e a caracterização de 47 organizações e/ou coletivos que representam pescadores(as) artesanais (Figura 2).

Figura 2- Municípios da Baía de Guanabara que compõem a área de estudo e localização das organizações de pescadores(as) artesanais identificadas.



Fontes: Elaborada pelas autoras a partir de dados de FIPERJ (2015a), JusBrasil (2015), WALM (2015; 2017), Brasil (2012), e Ritter (2007).

A opção por iniciar as análises pela Baía de Guanabara se deve ao fato do diagnóstico participativo desta região ter sido finalizado recentemente, o que possibilitaria trabalhar com poucos documentos cuja abrangência envolve toda a área de estudo. Neste sentido, imaginava-se que haveria facilidade em relação à verificação dos roteiros e do banco de dados, bem como, seria possível realizar os testes relacionados aos mapas temáticos.

Contudo, a complexidade sobre as condições de vulnerabilidade dos pescadores(as) artesanais desta área, que está situada na região metropolitana do Rio de Janeiro, bem como, em uma região de intensos conflitos ambientais entre pescadores artesanais e a indústria de petróleo encontram-se refletidas nos documentos analisados, fato que dificultou a sistematização das informações que se pretendia.

O principal aspecto foi o fato desta região não possuir informações que permitissem o detalhamento em abrangência comunitária. Dessa forma as caracterizações foram elaboradas com base em dados relacionados ao município. Assim, os dados referentes à pesca artesanal permitem análises da mesma em âmbito municipal, e outras informações como “Acesso aos equipamentos e serviços públicos” foram utilizados dados do município em geral, com base em dados do IBGE, por exemplo.

Como referências principais foram utilizadas os documentos relacionados ao Diagnóstico Participativo da Baía de Guanabara que integra o PEA Bacia de Santos e o Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira que compõem o Termo de Ajustamento de Conduta da Bacia de Santos:

- Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aquicultura na Bacia de Santos – PCSPA-BS. **Relatório Final**(Processo IBAMA nº 02022.001735/2013-51). Revisão 01. Junho / 2015.
- Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro - Baía de Guanabara (PEA-RIO). **Relatório Analítico do levantamento de dados secundários e aplicação de filtros de supressão - Fase Macro Diagnóstico**. Revisão 01. Setembro/2015
- **Relatório Descritivo e Analítico do Diagnóstico Participativo** do Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro PEA RIO-BG - Região 04. Revisão 00. Fevereiro de 2017.

Concomitantemente, foram realizadas também buscas de outras produções bibliográficas, com intuito de preencher as lacunas de informações que os documentos listados acima não possibilitavam. Dessa forma, foram incluídos como fontes de dados, outros documentos bibliográficos como relatórios de pesquisas, levantamentos, teses, dissertações, artigos científicos, entre outros, que são referenciados devidamente ao longo do texto.

3. A pesca artesanal na Baía de Guanabara

3.1. O histórico de ocupação da Baía de Guanabara: o espaço das comunidades pesqueiras artesanais

Na Região da Baía de Guanabara, a perda de territórios essenciais à atividade pesqueira artesanal é constante diante da implantação de atividades de exploração e produção de petróleo e gás e empreendimentos associados, entre outras atividades hegemônicas, pautadas no modelo desenvolvimentista, que estabelece a implantação de mega empreendimentos para impulsionar crescimento econômico da região e do país como um todo (FAPP-BG, 2013).

Historicamente a região metropolitana do entorno da Baía de Guanabara tem como base a atividade de navegação e o comércio interno e externo. Cais, armazéns, pátios e estaleiros se instituíram na margem ocidental da baía e foram ampliados continuamente desde o século XVI. Na margem oriental, em Niterói, instalaram-se e permaneceram o porto pesqueiro e outros estaleiros. A constante ampliação das atividades, a saturação portuária e a limitação para os navios de maior calado levaram no século XX, à criação de terminais especializados nas baías próximas: Sepetiba, Mangaratiba, Ilha Grande (SEVÁ, 2013), situadas no litoral sul do Rio de Janeiro e que serão analisadas em um segundo momento. Já Niterói, com o advento do Pré-Sal e da Bacia de Santos nos anos 2000 tornou-se área de manutenção e construção de navios e plataformas, em especial, a Ilha da Conceição, que historicamente se constituía uma comunidade pesqueira.

A pesca artesanal em paralelo à atividade portuária e à pesca industrial, há algumas décadas, demarca a paisagem e a economia da parte interna da Baía de Guanabara:

Nos vários manguezais da orla da Baía – e que ainda não haviam sido aterrados, inúmeros moradores viviam de caçar caranguejos e siris e de extrair ostras e mexilhões. No mar próximo, a atividade pesqueira sempre foi forte, uma prova está na paisagem secular dos “currais” – armadilhas feitas de varas para aprisionar os cardumes, fincados entre as Ilhas de Paquetá, Brocoió, Itaoca e a linha da costa. A Colônia de Pesca Z-08 congregava em Niterói e São Gonçalo cerca de dez mil associados, a indústria da sardinha era a marca visível e olfativa da orla niteroiense da Baía; na margem carioca, era o Mercado São Sebastião, com sua fatura de peixe todo dia (SEVÁ, 2013, p.97).

Com o passar dos anos as comunidades pesqueiras da região, devido às inúmeras interferências, têm passado por processos de transformação intensa, principalmente a partir das décadas de 70 e 80, facilmente vislumbrado no município de Niterói. Exemplo é a reorganização da pesca artesanal para moldes industriais, e através

conflitos de uso do território para segunda residência. Neste último se destaca a comunidade pesqueira de Itaipu, que por volta da década de 70, sofreu um processo de expulsão de área que tradicionalmente ocupava, devido ao processo de instalação dos condomínios voltados à segunda residência, no bairro que é hoje denominado de Camboinhas (KANT DE LIMA & PEREIRA,1997).

A reorganização da pesca artesanal nas comunidades de Niterói se verifica pelas transformações relacionadas ao trabalho na pesca, ocorridas em Jurujuba, articuladas ao surgimento das traineiras: embarcações movidas a motor, com mais autonomia para captura e armazenamento do pescado, assim como, demanda de 10 a 20 trabalhadores. A pesca que antes era caracterizada por atuação de pequenas canoas a remo e/ou motor, no interior da Baía de Guanabara, vai sendo inserida no processo de modernização e industrialização, por incentivo do governo. Contudo, nessa nova modalidade de pesca, perdem-se características das companhas¹ como unidade de produção, e o modelo passa a envolver acumulação, diferente da pesca de pequenos barcos sem motor e que atuam na baía e/ou costa. Surgem diferentes ocupações que criam dualidades: patrão/proprietário dos meios de produção e trabalhador/não proprietário de meios. Esse novo modelo culmina num processo de expropriação do trabalho, baseado no capital, que impunha uma desarticulação dos indivíduos envolvidos na atividade pesqueira, e mais especificamente nas embarcações. Fere-se as regras do modelo da companha, visto que a partilha da produção passa a ser baseada num cálculo que privilegia de forma acentuada o ganho do armador e inviabiliza a reprodução legítima do trabalhador (DUARTE, 1999).

Em Duque de Caxias, o crescimento urbano e suas demandas, e a construção da Rodovia Washington Luiz em meados do século XX, culminou na desapropriação das casas na colônia dos pescadores do Porto da Chacrinha, onde foi erguido um motel. Logo depois, foi aterrada para a instalação de indústrias outra parte do porto, que resistia com barcos e boxes de pescadores com um cercado para cada pescador, e que com o empenho de determinados pescadores obtiveram a instalação de energia elétrica, e construção de alojamentos chamados de “colocações” pelos pescadores, que servem para descanso após a pesca. Todavia, a degradação do ambiente é uma realidade

¹ Designa num primeiro nível o conjunto dos companheiros, ou seja, dos trabalhadores de uma determinada unidade de produção do pescado, presidida por uma relação de fraternidade entre os indivíduos (DUARTE, 1999).

imposta, um exemplo, é a quantidade de óleo nas margens do Canal da Chacrinha e no fundo da Baía de Guanabara (SILVA *et al.*, 2007).

Atualmente, além da ponte Rio - Niterói e dois movimentados aeroportos, é a indústria petrolífera que domina o cenário da Baía da Guanabara: duas refinarias (REDUC e Mangunhos), cada uma com tanques de combustíveis e indústrias petroquímicas no entorno, dúzias de navios-tanque ancorados no meio da Baía, vários deles aparentemente abandonados, e alguns estaleiros de construção naval em plena atividade, que tornam cada vez mais visíveis as plataformas de perfuração e de produção de petróleo em fase de construção ou de reforma (SEVÁ, 2013).

Diante de todo esse cenário, a perda de territórios da pesca artesanal é uma realidade, sendo que atualmente, menos da metade da Baía de Guanabara está livre para a realização da atividade pesqueira. Ou seja, de uma área de aproximadamente, 376,78 Km², mensura-se que de 12% a 25% da área total da baía é livre para a pesca, sem restrições. Enquanto que o maior usuário da Baía de Guanabara, com 22% a 44% de uso, é a indústria petrolífera (CHAVES, 2011).

(...) a Baía de Guanabara embora seja por um lado protegida por leis ambientais, restringindo, inclusive, a atuação da pesca artesanal baseada em meios tradicionais e pouco impactantes, por outro lado é liberada por licitações de órgãos públicos, para o uso de empreendimentos extremamente prejudiciais à natureza (CHAVES, 2011, p. 154).

Em um primeiro momento, a estimativa de 25% de área livre para pesca é realizada sem considerar impactos indiretos aos pescadores devido à operação dos diversos dutos e terminais. Estima-se uma redução de áreas livres para pesca em 12% quando se inclui a Área de Influência Indireta - AII destes empreendimentos. Essas áreas de influência indireta, não são áreas que proíbem a pesca, porém o constante trabalho dos dutos, que aumenta a temperatura da água e provoca ruídos, interfere na quantidade e na qualidade dos peixes (CHAVES, 2011)².

Outro fator relevante é a poluição e degradação ambiental da Baía de Guanabara. As constantes operações envolvendo o transporte de óleo culminam em poluição crônica e em risco de acidentes, a exemplo do acidente com derramamento de

² Segundo Chaves (2011), a restrição à pesca é estabelecida por diversos motivos relacionados aos usos da baía, ainda que a atividade predominante seja a petrolífera. Exemplos são: Áreas de influência Direta e Indireta dos Dutos e Terminais da Petrobrás (44%); Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim (14,54%); Áreas assoreadas e poluídas (7%); Áreas de segurança/tráfego de embarcações (10,56%); Áreas de fundeio (4,90%); Áreas da Marinha e Ilhas (4,20%); Área de segurança dos aeroportos (1,66%); Área de segurança dos dutos da CEDAE (0,94%); Áreas de restrição natural (0,89%).

óleo em 2000, quando um duto da Refinaria Duque de Caxias rompeu e resultou em um vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo por 40 quilômetros da Baía de Guanabara. Esse é considerado o grande marco para a queda de produtividade na atividade pesqueira da região, e até hoje, pescadores da Baía de Guanabara não foram indenizados. Trinta dias após o acidente, o IBAMA liberou a pesca na Baía de Guanabara, desobrigando a estatal a continuar o pagamento de indenizações. Embora cobrem indenizações e ações que minimizem os danos e os prejuízos do acidente, a Petrobras contra-argumenta, afirmando que não existe uma lista definida como nome dos pescadores que sofreram os impactos (PINTO, 2013; SEVÁ, 2013; ACSELRAD E MELLO, 2002).

A Baía de Guanabara pode ser considerada um dos ambientes de maior degradação do país. Ao longo dos anos, as áreas costeiras passaram por um processo de ocupação desordenada que trouxe consequências negativas e diferentes conflitos. O mesmo ocorreu com a Baía de Guanabara, a partir dos processos de modificações do meio natural e o não planejamento de medidas de controle sobre fatores que geram poluentes (CRUZ *et al.*, 2013).

Todavia,

Embora o discurso oficial tenda a atribuir ao crescimento urbano desordenado e à falta de saneamento básico a degradação da Baía de Guanabara, já na década de 1990, o geógrafo Elmo Amador, através de um cuidadoso trabalho de recuperação histórica da ocupação da Baía de Guanabara, identificava as políticas de aterramento, os assoreamentos decorrentes da implantação de aterros sanitários e as atividades industriais e agrícolas no entorno da Baía como responsáveis por um processo histórico de degradação, agravado pela ocupação desordenada, mas anteriormente definido por escolhas políticas de uso desse espaço (AMADOR, 1997 *apud* MALERBA *et al.*, 2013, p.18).

A cadeia produtiva do petróleo e gás é responsável por diversos problemas que afetam diretamente os modos de vida dos (as) pescadores (as), e configuram processos de disputas de território na região. Com as modificações do território, comumente os (as) pescadores (as) passam a ter que buscar outros locais para a captura do pescado, prolongando o tempo de captura no mar, para assim compensar os baixos rendimentos, devidos a escassez dos recursos pesqueiros e as restrições de áreas de pesca mais próximas (ROSA e MATTOS, 2010).

Ademais, conforme Soares (2010 *apud* MALERBA *et al.*, 2013) dentre as fontes potenciais de poluição sobre a Baía de Guanabara, contam-se 14.000 estabelecimentos industriais, 14 terminais marítimos de carga e descarga de produtos oleosos, 2 portos

comerciais, dezenas de estaleiros, 2 refinarias de petróleo, mais de mil postos de combustíveis e uma emaranhada rede de transporte de matérias-primas, combustíveis e produtos industrializados que atravessam zonas urbanas densamente ocupadas.

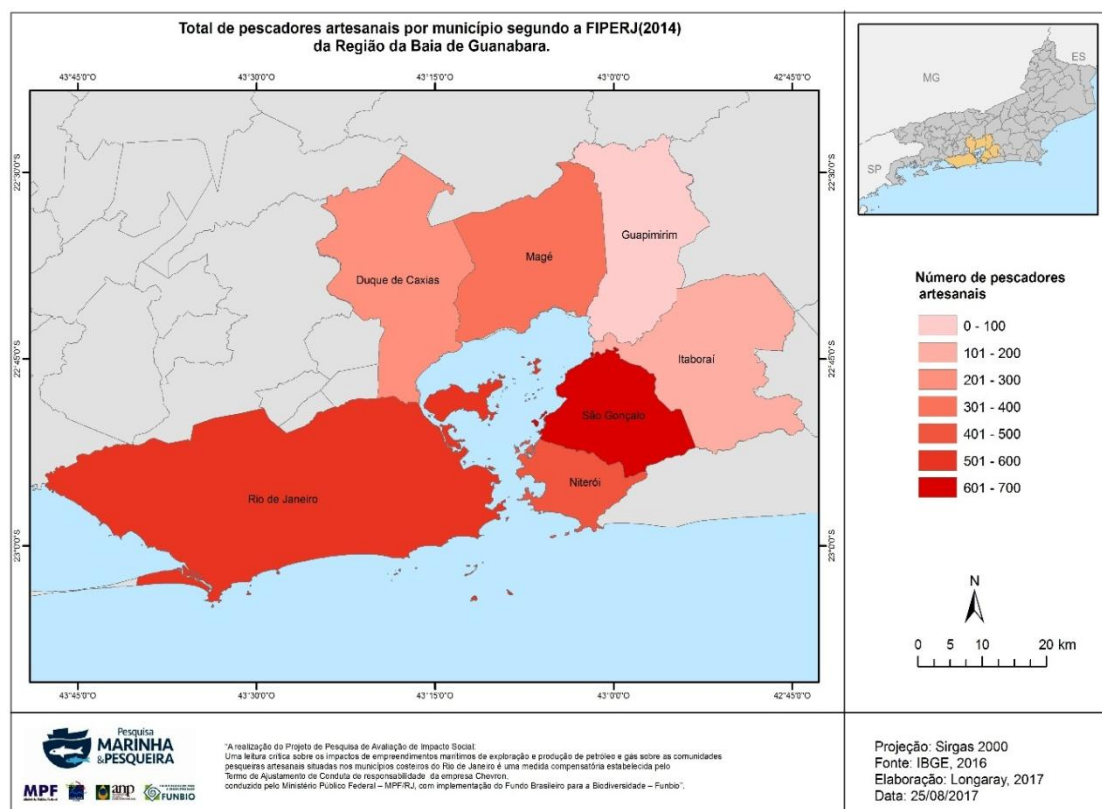
De fato, nos últimos 10 anos, o espaço da Baía de Guanabara tem se reconfigurado, em grande parte, pela expansão de empreendimentos estimulados pelo *boom* petrolífero que marca a economia do país. São exemplos: a recuperação de antigos e a implementação de novos estaleiros, a construção de terminais de gás e a ampliação de oleodutos e gasodutos, além da própria construção do maior Complexo Petroquímico do estado (COMPERJ) que deverá, em uma mesma área industrial, produzir derivados de petróleo e produtos petroquímicos de primeira e segunda geração. A esses empreendimentos se conectam outros, como o Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS), a Ampliação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e o Arco Rodoviário Metropolitano, que ligará a cidade de Itaboraí, onde está sendo construído o COMPERJ ao porto de Sepetiba, passando por Duque de Caxias, Magé e outros municípios que estão na área de influência desses empreendimentos (MALERBA, *et al.*, 2013, p. 18).

Por fim, apesar da demarcada restrição de área de pesca e problemas ambientais na região, as estimativas do governo federal estabelecem um contingente de 3.499 pescadores(as) artesanais nos municípios de Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo em 2012 de acordo com o RGP (2012), em um total de 9.257.597 habitantes nessa região (IBGE, 2010). Já as estimativas realizadas pelo órgão estadual por meio do licenciamento ambiental das atividades petrolíferas evidenciam quantitativos menores de pescadores(as) na região, registrando 1.988 pescadores(as) (FIPERJ, 2015a)³, (Figura 3). Considerando a relação do estudo desenvolvido pelo órgão atrelado ao licenciamento ambiental de atividades petrolíferas, bem como, a metodologia com amostra significativa, e diversos problemas relacionado à operacionalização do RGP, serão consideradas principalmente as informações apresentadas pela FIPERJ (2015a) ao longo deste relatório, e outras referências quando necessária complementaridade.

Em geral, os (as) pescadores (as) artesanais da Baía de Guanabara têm sua origem na própria região, nascidos no próprio município em que residem ou em municípios circunvizinhos. Contudo, mesmo que em menores escalas, há casos de pescadores (as) oriundos(as) de outros estados como Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Paraíba, Sergipe, Maranhão e Minas Gerais.

³ Infelizmente é comum as estatísticas sobre a atividade pesqueira apresentarem dados discrepantes entre uma fonte e outra. A opção pelos dados da FIPERJ neste relatório deve-se a entidade ser responsável pelo fomento à pesca no estado do Rio de Janeiro, associado aos dados resultarem de expedições de campo. Já o RGP é um dado autodeclarado. No banco de dados são disponíveis ambos os dados.

Figura 3 - Quantidade e distribuição dos(as) pescadores(as) artesanais em municípios da Baía de Guanabara.



Fonte: Organizada pelas autoras a partir de dados de FIPERJ (2015a).

Não obstante, na Baía de Guanabara foram identificadas 38 comunidades pesqueiras artesanais, distribuídas entre os sete municípios da região (Quadro 1), sendo que destas, o total de 23, participam do PEA-BG (WALM, 2015a; WALM, 2016).

Quadro 1 - Comunidades pesqueiras da região da Baía de Guanabara, com destaque aquelas que integram o PEA.

Municípios	Comunidades pesqueiras		Comunidades que integram o PEA	
	Nomes	Quant.	Nome	Quant.
Duque de Caxias	Sarapuí; Chacrinha; Saracuruna	3	Comunidades foram suprimidas*	0
Guapimirim	Barbuda**	1	Sem comunidade nominada a integral**	0
Itaboraí	Itambi	1	Itambi	1
Magé	Anil; Olaria; Ipiranga; Praia de Maúá; Praia da Ponte de Ferro; São Francisco/São Francisco da Coroa; Praia da Coroa; Coroa de São Lourenço; Piedade; Surí	10	Anil; Olaria; Mauá; São Francisco da Coroa; Coroa de São Lourenço; Piedade; Barbuda**; Canal; Suruí	9*
Niterói	Ilha da Conceição; Ilha do Caju; Ponta da Areia; Centro; Jurujuba; Piratininga; Itaipu***; Chacrinha;	10	Jurujuba; Chacrinha; Largo do Sol/Praça do Sol; Chatão/Dona Zenaide.	4*

	Largo do Sol/Praça do Sol; Chatão/D. Zenaide			
Rio de Janeiro	Barra da Tijuca/Quebra-mar***; Copacabana***; Quadrado da Urca; Ilha do Governador; Ilha de Paquetá; Ramos; Centro; Barra de Guaratiba***; Pedra de Guaratiba***	6	Ilha de Paquetá; Tubiacanga; Região da Freguesia/Praia da Guanabara; Bancários/Praia das Pelônias/INPS; Cocotá; Jequiá.	6*
São Gonçalo	Gradim; Praia do Cassenú; Porto Velho; Praia das Pedrinhas; Boa Vista; Boaçu; Porto do Rosa; Itaóca	5	Gradim/Porto Novo; Praia das Pedrinhas/Boa Vista; Itaoca.	3
TOTAL		38		23

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados de FIPERJ (2015a), Walm (2015a; 2016); Ecomar (2009).

*Com a elaboração de diagnóstico do PEA RIO - BG, pela Walm (2016) algumas comunidades pesqueiras foram suprimidas com base na aplicação de alguns filtros, como a não concentração de sujeito prioritário e/ou ação de milícia que dificulta o acesso as comunidades.

**Conforme Walm (2015), em documento referente ao Diagnóstico do PEA-RIO-BG, a Comunidade pesqueira denominada de Barbuda é caracterizada como parte do município de Magé, já no relatório da FIPERJ(2015), Barbuda é descrita como pertencente ao município de Guapimirim. Ambos os municípios são vizinhos, dessa forma, pode-se compreender que as comunidades denominadas de Barbuda descritas em ambos os documentos em diferentes municípios, mas que são vizinhos tratam-se realmente da mesma comunidade pesqueira.

***Apesar de pertencerem ao município do Rio de Janeiro, estas comunidades não estão situadas no interior da Baía de Guanabara, mas em sua porção oceânica. O mesmo ocorre para Itaipu, em Niterói.

3.2. Equipamentos e Serviços Públicos

A Baía de Guanabara integra a região metropolitana do Rio de Janeiro e possui cerca de milhões de habitantes e diversas atividades econômicas e produtivas. Conseqüentemente, a região abarca uma diversidade de infraestruturas e serviços públicos para uso e garantia de direitos básicos à população como: saúde, educação, saneamento básico, segurança etc. Todavia, também por essa mesma característica de intensa e diversa ocupação, é passível de existência de uma ampla gama de grupos sociais e assimetrias inclusive de acesso a serviços e públicos.

Um dos fatores que predispõe a vulnerabilidade ambiental de pescadores(as) artesanais é a condição de destituição de bens e serviços, experimentada por populações periféricas, como baixa renda, insuficiência no acesso aos serviços públicos, entre outros. Não obstante, é comum comunidades pesqueiras conviverem com insuficiência de serviços públicos, tanto por concentrarem-se em áreas rurais, quanto por concentrarem-se na periferia dos centros urbanos, cuja estrutura pública é ainda mais precária (WALTER e ANELLO, 2012). Dessa forma, na perspectiva de busca de autonomia às comunidades pesqueiras – objeto de PEAs e PCAPs –, cabe compreender sob que condições socioeconômicas e de infraestrutura e serviços que são básicos à

garantia de qualidade de vida, vivem os pescadores e pescadoras artesanais da Baía de Guanabara.

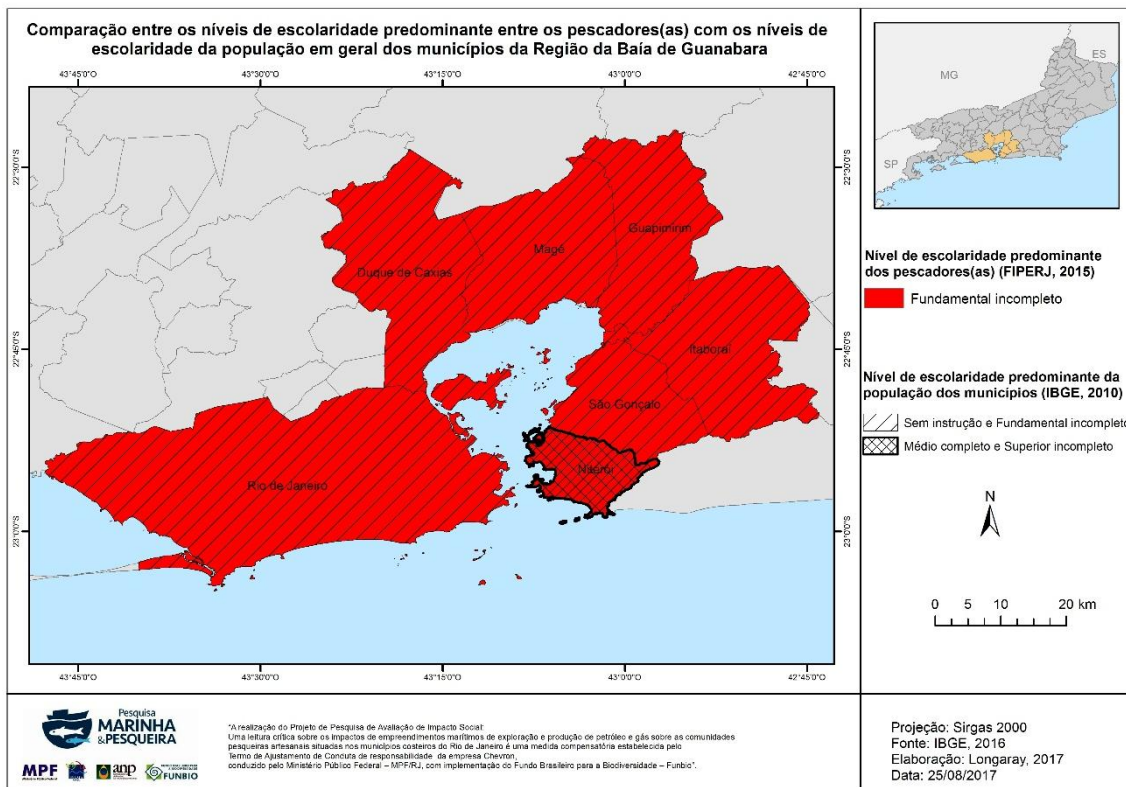
Diante disso, a pesquisa se propõe a compreender a disponibilidade e acessibilidade de: unidades de saúde; instituições de ensino; serviços de saneamento básico, como formas de acesso a água, destinação de resíduos, tipos de esgotamento sanitário; energia elétrica, assim como, questões relacionadas à localização e acessibilidade das comunidades pesqueiras artesanais. Essa última se refere à caracterização de vias de acesso, existência ou não de transporte público, com vistas a compreender sobre o nível de isolamento ou integração da comunidade às demais áreas e conseqüentemente possibilidades de acesso a tais serviços.

Todavia, as análises aqui apresentadas acerca da condição de acesso a serviços são municipais, visto que, de forma geral não são encontrados dados em âmbito de localidades ou comunidades pesqueiras artesanais. Cumpre destacar que na região, em geral, em todos os municípios é identificada a existência de: unidades de saúde públicas e privadas; distribuição de energia elétrica por rede pública; abastecimento público de água; rede geral de esgotamento sanitário; serviços públicos de coleta de resíduos sólidos; e instituições de ensino público e privado, infantil, fundamental, médio e/ou superior. Contudo, mesmo com tal disponibilidade de diversos equipamentos e serviços na Região da Baía de Guanabara (WALM, 2015b; IBGE, 2010), percebem-se casos de precariedade nos mesmos, bem como, a necessidade de investigações que identifiquem o acesso (ou falta dele) pelas comunidades pesqueiras, visto que os dados existentes se referem ao âmbito municipal, sem permitir que sejam compreendidos os territórios e grupos sociais que têm acesso aos serviços.

Ademais, diante desse cenário, a questão central é “*Quem acessa os equipamentos e serviços públicos existentes na região?*”. A priori, as informações existentes levam a compreensão de que, em geral, não são os pescadores artesanais a parcela da população da Região da Baía de Guanabara que acessa a equipamentos e serviços públicos que existem nesse espaço. Um exemplo disso é a questão relacionada à educação, pois apesar da presença de instituições de ensino infantil, fundamental, médio e superior na região, as informações pretéritas apontam que, predominantemente, o nível de ensino dos(as) pescadores(as) artesanais é fundamental incompleto (Figura 4). Ou seja, mesmo que haja instituições de ensino público e privado para os diversos níveis de escolaridade, pescadores e pescadoras artesanais não o acessam. Tais dados corroboram ao questionamento: *Pescadores (as) artesanais possuem acesso a*

equipamentos e serviços públicos? Ou ainda, além de disponibilizá-los, como garantir que parte da população, em geral mais vulnerável, irá acessá-los?

Figura 4 - Comparação entre o nível predominante de escolaridade dos(as) pescadores(as) artesanais com a população em geral, por município da Baía de Guanabara.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados de FIPERJ (2015a) e IBGE (2010)

As respostas para tais questionamentos podem estar na vulnerabilidade dos diversos grupos sociais, e na assimetria social que vivemos em sociedade. Para quem está acessível os serviços e equipamentos públicos? Essa questão toma mais importância ainda, quando ao compararmos dados das comunidades pesqueiras com a população geral da Baía de Guanabara e as condições de escolaridade se demonstram semelhantes. Ou seja, de acordo com dados do IBGE (2010), na Baía de Guanabara, em relação ao nível de escolaridade, a maioria dos municípios apresenta maior parte da população “sem instrução e fundamental incompleto”. Apenas o município de Niterói possui maior parcela na categoria: médio completo e superior incompleto.

A dificuldade de acesso a uma educação de qualidade para uma grande parte da população inviabiliza o acesso a informações e a tecnologias cada vez mais necessárias no mundo atual, e afeta de forma significativa a participação de determinados grupos sociais nos processos decisórios sobre as questões de interesse coletivo. Nesse contexto,

o acesso à educação trata-se de um fator importante para caracterização das comunidades pesqueiras na região, uma vez que, o acesso à educação é central à busca por ao acesso às oportunidades, seja em relação à geração de trabalho e renda, como a participação, cidadania, e controle social. Coincidentemente (ou não) pescadores (as) artesanais apresentam baixo nível de escolaridade (fundamental incompleto). Tal aspecto merece atenção, visto que a dificuldade de acesso à educação pode prejudicar tanto a luta por garantia de direitos básicos quanto sob a perspectiva do controle social e ocupação de espaços que envolvem a gestão ambiental pública.

Além da educação, outro aspecto importante a ser considerado é o saneamento básico, que se refere basicamente ao conjunto de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, e destinação de resíduos. Predominantemente o abastecimento de água na região ocorre por sistema público, exceção são os municípios de Itaboraí e Magé, nos quais o abastecimento de água por meio de poço ou nascente dentro da propriedade são predominantes nas habitações (WALM, 2015b; IBGE 2010). Itaboraí, Magé, e Guapimirim também apresentam características que se diferenciam das predominantes na região no que tange ao tipo de tratamento de esgoto dos domicílios, em que fossa séptica, fossa rudimentar e vala, em conjunto se sobrepõe à forma de esgotamento por Rede Geral de Esgoto ou Pluvial (IBGE, 2010). Quanto à destinação dos resíduos sólidos, na região, as maiores porcentagens dos domicílios são atendidos por Coleta por Serviço de Limpeza – ou coleta pública. Não foi possível identificar a existência de coleta seletiva⁴ na região, com exceção o município de Niterói, no qual dados apontam a existência da coleta seletiva, com destinação dos resíduos à cooperativa de reciclagem (PREFEITURA DE NITERÓI, 2012).

Poço ou nascente fora da propriedade, carro pipa ou água da chuva, rio, açude, lago ou igarapé, são menos frequentes, mas ocorrem como formas de abastecimento de água. De maneira similar, o esgotamento sanitário por fossas e/ou valas. Entretanto, tais registros denotam a destituição de serviços e equipamentos de determinados territórios e grupos na região. Mesmo que tais informações não se demonstrem espacializadas, questão relevante a ser adotada em estudos e/ou diagnósticos que investiguem as condições socioeconômicas dos sujeitos das ações mitigadoras e compensatórias.

⁴Coleta seletiva se refere ao tipo de coleta de resíduos com base na separação e destinação adequada dos mesmos. Ou seja, trata-se de um serviço público que coleta resíduos recicláveis e destinam a unidades de tratamento do mesmo, e não direciona todos os resíduos da coleta urbana para aterros ou lixões. Representa uma iniciativa importante na busca por soluções aos problemas ambientais como poluição e contaminação por resíduos sólidos e que recaem sobre a própria Baía de Guanabara.

O registro de serviços precários relacionados ao saneamento básico na região, principalmente esgotamento sanitário, podem ser influenciados pela dinâmica territorial da Baía de Guanabara, que conforme Silva (2011) abrange diferentes usos industriais, residenciais, e com contexto histórico de modernizações e implantação de vários empreendimentos, corrobora numa constante reestruturação do território, e conseqüente aumento populacional, em velocidade maior do que os serviços públicos ofertados. A precariedade desses serviços gera a poluição de rios, mar, e solo, assim como, o acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, torna-se mais difícil na medida em que aumenta a disputa e a precarização dos serviços oferecidos (FERREIRA, 2011). O processo de modernização e expansão das atividades econômicas industriais na Baía de Guanabara, não caminha em conjunto com desenvolvimento social, gerando injustiças e desigualdades sociais, e contribuindo para o aumento das atividades informais e a expansão das habitações precárias, bem como, à desvalorização das atividades antigas como a pesca artesanal (FERREIRA, 2011).

Por fim, cabe destacar que além de caracterizar o acesso a serviços públicos por parte dos (as) pescadores(as), com vistas a compreender o nível de vulnerabilidade e/ou alijamento, não se pode esquecer que diversos impactos podem ser gerados diante da implantação de atividades petrolíferas e/ou demais atividades hegemônicas, relacionados à demanda por serviços públicos. Ou seja, a implantação de atividades hegemônicas transforma o território, e disputa espaço, recursos e acesso a serviços públicos com as comunidades locais.

Um exemplo disso, é a ausência de água potável nos bairros do entorno da Refinaria de Duque de Caxias que por sua vez consome em seu processo produtivo em média 1 m³ de água para cada 1m³ de petróleo processado. Evidencia-se assim, a desigual proteção em termos de acesso a água a que estão submetidas às populações que vivem nas cercanias do pólo petroquímico, assim como as prioridades que orientam as políticas de abastecimento de água e de construção de infraestrutura na região. Além da comunidade em geral e pesqueira, um determinado grupo sofre de forma mais intensa ainda os impactos e dificuldades: as mulheres que residem nessas áreas. Uma vez que, a despeito da histórica e permanente invisibilidade, as mulheres nesses contextos de precariedade de serviços e infraestrutura, acabam aumentando a sua carga de trabalho – muitas vezes, em jornadas duplas – para darem conta do trabalho de coleta e armazenamento de água e de cuidado aos que adoecem pela falta de acesso à água e ao saneamento básico (MALERBA *et al.*, 2013).

3.3. Caracterização do Processo Produtivo

A pesca artesanal é uma atividade tradicional, cujo saber é repassado na forma oral entre as gerações. Caracterizada pelo envolvimento da família ou sob regime de vizinhança, a comercialização é demarcada pela presença de intermediários, que em geral definem o valor do pescado. Os atores envolvidos em um conjunto de atividades que envolvem desde a confecção e manutenção dos petrechos de pesca, captura, preparo do pescado e comercialização têm suas atividades orientadas à reprodução social e não à acumulação do lucro (DIEGUES, 1983).

Nesse contexto, é de suma importância compreender como se dá a dinâmica da atividade pesqueira artesanal, enquanto atividade produtiva. Assim, a presente pesquisa, pauta-se no aporte teórico e analítico proposto para a compreensão dos sistemas agroalimentares, que de acordo com Walter *et al.* (2012), permite uma análise mais completa da cadeia produtiva dos pescados, bem como, dos arranjos: social, econômico, político-institucional; e das instituições, que em geral, explicam o funcionamento e as relações existentes ao longo da cadeia produtiva.

Dentre os arranjos existentes na cadeia produtiva da pesca, busca-se analisar como se dá o arranjo produtivo da atividade que comumente se atrela a arranjos reprodutivos, e à base familiar e/ou comunitária. Assim, adota-se o conceito utilizado por autores como Coraggio (2000) e aplicado por Walter *et al.* (2012), para designar o sistema de produção existente, e as relações econômicas, trabalho, e atividades, etc. da atividade pesqueira artesanal. Conforme Coraggio (2000) *“a unidade doméstica consiste a microunidade da organização dos sistemas de reprodução, ou seja, é a célula da microeconomia popular da mesma forma que as empresas são microunidades de reprodução do sistema capitalista”*. Para Walter (2010), a “unidade doméstica” não se limita à família, sendo o mais importante

a constatação de que ao visar à reprodução social da vida e não o acúmulo do capital, os aspectos relacionados à esfera doméstica interagem com a esfera econômica e há necessidade de uma abordagem que considere esta interação, definida como unidade doméstica de produção. Esta abordagem difere da economia ortodoxa, onde tais esferas não interagem, ou, teoricamente, não deveriam interagir (WALTER, 2010, p.104).

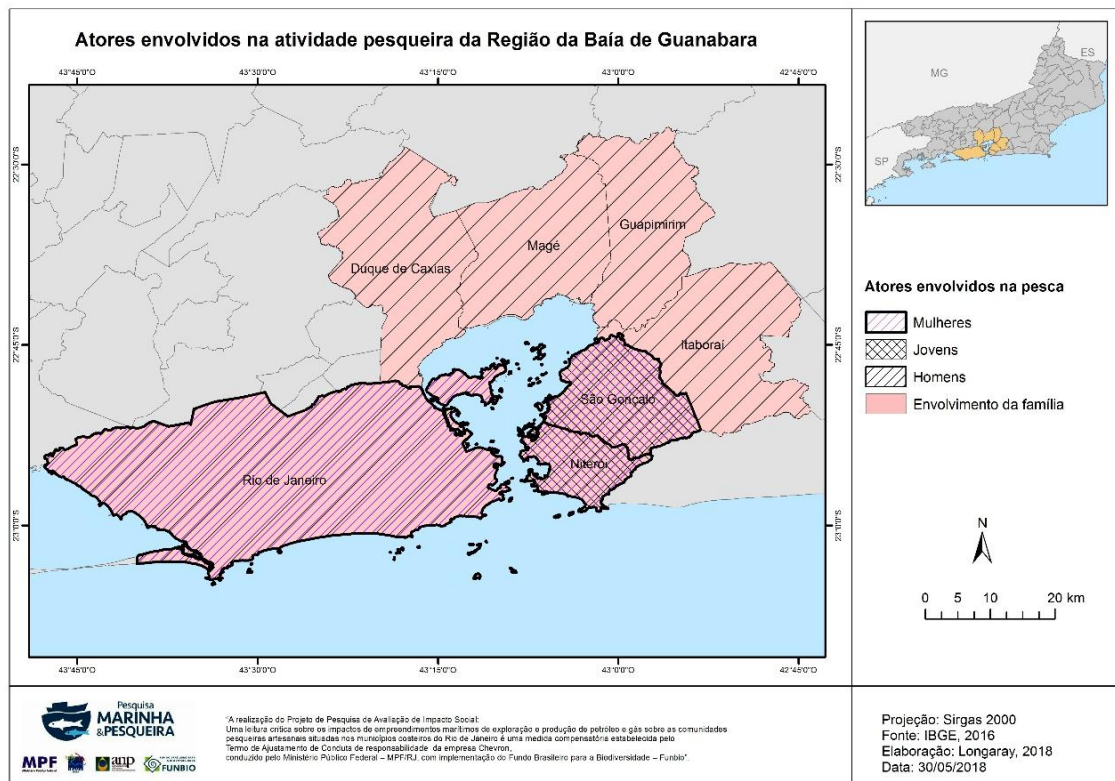
No âmbito da pesca artesanal, na “Unidade Familiar”, as atividades relacionadas à captura e ao beneficiamento são realizadas pela família e comunidades, que foram agregadas como a unidade doméstica de produção. Tal proposição difere daquela

geralmente utilizada pelas ciências pesqueiras em que a unidade produtiva analisada é a embarcação, grupo ou o indivíduo que exerce a pescaria (WALTER, 2010).

Cumprido destacar que, embora a pesquisa adote tais conceitos e pressupostos teóricos para a investigação sobre as características do processo produtivo das comunidades pesqueiras, as informações existentes sobre a região da Baía de Guanabara não possibilitam tais análises em profundidade, visto que, mesmo identificando o envolvimento da família na atividade pesqueira (Figura 5) não apresentam dados sobre como está organizado o processo produtivo, não explicitando assim, quais membros se envolvem e as atribuições de cada um. Ademais, embora, informações denotem a pesca como atividade com envolvimento familiar, a identificação de envolvimento de diversos gêneros e/ou grupos na pesca na região estudada como mulheres, homens e jovens não garante que tais grupos façam parte de núcleos familiares.

Na perspectiva de compreensão sobre pesca e gênero, em todos os municípios da região é possível identificar a atuação do homem na pesca com atribuições relacionadas principalmente à captura do pescado (FIPERJ, 2015a), enquanto que para mulheres e jovens, são poucos os dados existentes (Figura 5), sendo que apenas algumas comunidades de Niterói e Rio de Janeiro (SILVA, 2013; ECOMAR, 2009; RITTER, 2007), e São Gonçalo (WALM, 2015; DIAS, 2005) possuem dados que explicitam o envolvimento de tais grupos.

Figura 5 - Atores envolvidos na atividade pesqueira da Baía de Guanabara.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados de Dias (2005), Silva (2013), Ecomar (2009), Ritter (2007) e WALM(2015a).

Ainda que não seja possível compreender como se dá o envolvimento da família na atividade pesqueira da região, cabe destacar que mão de obra familiar e relações de vizinhança são características de comunidades pesqueiras (DIEGUES, 1983). Observa-se sobre o envolvimento familiar na comunidade pesqueira de Jurujuba em Niterói:

Ainda que nem sempre o grupo que trabalha ao longo da cadeia de produção seja de parentes diretos as relações se baseiam em laços de parentesco ou de vizinhança. Uma pessoa pode ser chamada de tio ou tia por um grupo grande de pessoas ainda que não haja laços sanguíneos que determinem a nomenclatura. (...) Trabalhar em família, protegido(a) da presença de estranhos fortalece os laços de ajuda mútua e ali naquele pedaço onde todo mundo é da família de pescadores(as) ou marisqueiro(a) a produção de marisco acontece de manhã enquanto os adultos trabalham, as crianças vão à escola, às vezes, vem para comer ali a quentinha com a mãe, o pai ou a avó e o avô. Os que não vêm para o almoço aparecem mais tarde para ajudar se ainda houver trabalho ou para dar satisfações aos responsáveis. Pela manhã as crianças pequenas, muitas vezes, acompanham mães e avós e circulam entre as mesas brincando e vivenciando o trabalho (SILVA, 2013, p 51).

Todavia, como poucas são as informações sobre os envolvidos na atividade pesqueira na região, considerando relações familiares, optou-se por discutir e apresentar dados – quando existentes – sobre a participação de homens, mulheres e jovens na pesca

artesanal, em tópicos específicos como: i) Participação do homem na atividade pesqueira; ii) Participação da mulher na atividade pesqueira; iii) Participação do jovem na atividade pesqueira; e iv) Renda familiar.

i) *Participação do homem na atividade pesqueira*

A atividade pesqueira comumente é tida como um campo de atuação masculina, devido ao maior enfoque da gestão pesqueira na etapa de captura do pescado e pesca marítima, sendo esses espaços atribuídos ao homem – “*o alto mar, o porto são espaços dos homens*” (MANESCHY, 2013, p. 43). Todavia, também homens atuam em demais etapas como comercialização; beneficiamento; confecção e/ou reparação de embarcações e petrechos, entre outros.

Tais características podem ser observadas também na região da Baía de Guanabara, em que dados existentes permitem compreender a predominância da participação do homem na atividade atrelada à captura do pescado. Assim como, também identifica na comunidade de Jurujuba em Niterói atribuições relacionadas à: manutenção dos equipamentos/petrechos; o beneficiamento e a comercialização do pescado, mesmo que em menores porcentagens (SILVA, 2013; ECOMAR, 2009).

Não é preciso ser um observador muito atento para caracterizar Jurujuba como pólo pesqueiro. Ao chegar, saltam aos olhos as inúmeras e diversificadas embarcações atracadas perto da costa, homens trabalham na praça em diferentes grupos que consertam e tecem redes, enquanto um ou outro barco entra, ou sai do pequeno porto (SILVA, 2013, p.4).

A comercialização do pescado é identificada como atribuição do homem também em São Gonçalo, nas comunidades pesqueiras de Gradim e Ilha de Itaóca (WALM, 2015a; DIAS, 2005). Na comunidade de Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, o homem se envolve em praticamente todas as etapas: captura, beneficiamento, comercialização, e manutenção dos equipamentos/petrechos (ECOMAR, 2009).

Na comunidade de Itambi em Itaboraí, os homens são responsáveis pela coleta de caranguejo “*cerca de 8 horas dentro d’água o que torna essa atividade muito insalubre*” (WALM, 2015a, p. 135). Também na comunidade de Ilha de Itaóca município de São Gonçalo, na divisão de trabalho familiar, é responsabilidade dos homens a captura de siri na Baía de Guanabara (WALM, 2015a).

ii) *Participação das mulheres na atividade pesqueira*

Estudos realizados em diversas comunidades pesqueiras do Brasil apontam a atuação da mulher na atividade pesqueira atrelada principalmente a atividades em terra relacionadas a etapas de pré e pós captura do pescado como reparação/manutenção de petrechos de pesca e beneficiamento e comercialização de pescados, assim como, responsabilidades sobre a manutenção do núcleo familiar como tarefas domésticas e de cuidados com filhos e idosos, associando atividade produtiva e reprodutiva (HELLEBRANDT, 2017; MANESCHY, 2013; LEITÃO, 2013, SILVA, 2013). Além disso, é importante destacar que mesmo sendo comum, mulheres estarem atreladas a atividades em terra, também há atuação de mulheres na captura do pescado, que se dá tanto pela coleta/captura de mariscos – como marisqueiras nas comunidades costeiras nos estados do Nordeste –, quanto pela atuação em território marítimo, embarcando e participando da captura ambientes marítimos e costeiros, lagos, rios, etc. (MANESCHY, 2013).

São poucos os dados existentes sobre a participação da mulher na atividade pesqueira da Baía de Guanabara. Na comunidade pesqueira de Itambi, do município de Itaboraí, algumas informações denotam que às mulheres cabem os cuidados com a casa e filhos, enquanto aos homens a coleta de caranguejo (WALM, 2015a). Estudos realizados no âmbito da comunidade pesqueira de Jurujuba em Niterói permitem maior compreensão sobre o envolvimento das mulheres na atividade pesqueira: na captura/coleta de pescados, no beneficiamento do pescado, na confecção e manutenção de petrechos de pesca, além da responsabilidade sobre afazeres domésticos (SILVA, 2013; ECOMAR, 2009).

As mulheres desempenham papel fundamental na produção pesqueira de Jurujuba. Normalmente estão envolvidas nas etapas de beneficiamento do pescado, como acontece no desconchamento e cozimento do mexilhão. Algumas mulheres também saem para o extrativismo do mexilhão quando necessário. Nos cultivos, seu papel é importante na costura das pequenas redes que abrigam as ‘sementes’ do mexilhão na primeira etapa do cultivo em cordas. Embora a mulher desempenhe um papel importantíssimo nesta atividade, é pouco reconhecida pelas autoridades e não vêm recebendo o direito ao defeso anual. (...)Percebe-se que há um insurgente debate na comunidade acerca desta falta de reconhecimento da mulher na produção da maricultura (ECOMAR, 2009, p. 139).

Ou seja, *“Em Jurujuba mesmo com a participação das mulheres em todas as etapas da produção do marisco, descascar é trabalho quase que exclusivo delas (SILVA, 2013, p. 54).*

Na comunidade de Copacabana, no Rio de Janeiro, três mulheres atuam como vendedoras de peixe, nas bancas do Posto 6, e um homem. Uma delas identificou-se que

tem cônjuge que é proprietário de barco, e uma mulher também realiza a manutenção das redes, e outra além de pescar eventualmente, faz a limpeza dos petrechos, e se dedica, principalmente, à venda do pescado para o dono da embarcação a qual está vinculada. Também nessa comunidade, uma mulher esteve na presidência da Colônia de Pescadores Z-13. São também atividades exercidas pelas mulheres, na comunidade, os afazeres domésticos e outras atividades fora da pesca como vigia e camelô (ECOMAR, 2009).

Em São Gonçalo, na comunidade pesqueira de Ilha de Itaóca, identifica-se como atribuição das mulheres: o beneficiamento de pescado, confecção e conserto de petrechos de pesca (WALM, 2015a).

Uma atividade restrita à ilha de Itaóca, em São Gonçalo é a das sirizeiras. As sirizeiras, descarnadeiras ou escarnadeiras são mulheres que fazem o beneficiamento do siri, retirando toda a carne do seu corpo para depois ensacá-lo e vendê-lo aos restaurantes da região. Segundo Moura, havia em 2005, 160 mulheres. Martins apurou ainda que o preço pago às descarnadeiras era de R\$ 1,80 a R\$ 2,00/kg e a venda no mercado girava em torno de R\$ 5,00 a R\$10,00. Na divisão de trabalho familiar a captura do siri na Baía de Guanabara é dos homens (WALM, 2015a, p. 157).

Algumas famílias buscam outras estratégias de sobrevivência, aproveitando o aprendizado tradicional de confecção dos petrechos de pesca. Além das tarefas comuns às mulheres e crianças na unidade familiar, como o beneficiamento do pescado, por exemplo, a confecção e conserto dos petrechos de pesca (redes, puçás) são tarefas aprendidas na infância e que geram outras fontes de renda. (...)As mulheres que tecem uma rede de pesca também sabem tecer uma tela de proteção utilizada em residências, quadras esportivas, campos de futebol (MARTINS 2005 apud WALM, 2015a, p. 157).

Na comunidade pesqueira de Ilha de Itaoca – São Gonçalo, mulheres que atuam junto a Associação de Pescadores e Escarnadeiras de Siri da Praia da Luz – APESCASIRILUZ, na extração da carne do siri, realizam tal trabalho em casa, com técnicas rudimentares e integram a rede de comercialização do crustáceo, junto com os pescadores que capturam o produto. Tais técnicas são os laços identitários dessas mulheres e da comunidade, uma vez que seus saberes são passados aos mais jovens por meio de seus familiares (WALM, 2015a).

Esse desenvolvimento de atividades atreladas aos afazeres domésticos contribui com a invisibilidade da atuação das mulheres na cadeia produtiva da pesca (MANESCHY, 2013). Ademais, historicamente o ambiente doméstico é responsabilidade da mulher e o trabalho feminino é desvalorizado. No âmbito da agricultura familiar, sobre condições de trabalho na fumicultura, Paulilo (1987, p. 7) destaca que tarefas realizadas por mulheres, crianças e idosos são definidas como

“leves”, o que não significa “*trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é ‘leve’ se pode ser realizado por mulheres e crianças*”. Tal situação decorre da “*valorização social do homem enquanto ‘chefe de família’, responsável pela reprodução de seus ‘dependentes’*”, e assim o trabalho desenvolvido por outros membros da família, que não o homem, são pensados apenas como uma ajuda secundária à renda familiar (PAULILO, 1987).

Essa desvalorização do trabalho feminino compreendido apenas como uma ajuda é percebida por Silva (2013), na comunidade de Jurujuba em Niterói, em que

Mesmo com a participação das mulheres em todas as etapas da produção do marisco, descascar é trabalho quase que exclusivo delas. Passam horas de pé tirando os mariscos das cascas e o tempo de trabalho não difere dos outros. Estão lá, se tiver marisco, chova ou faça sol e só terminam seu turno quando todo o marisco tenha sido beneficiado. Apesar do trabalho ser considerado cansativo, ganham menos. Não a toa é comum sonhar e planejar ter seu próprio espinhel. Desqualificado e desvalorizado esse trabalho é para elas apenas uma “ajuda” no orçamento (SILVA, 2013, p. 53).

A própria escassez de dados sobre o envolvimento da mulher na atividade pesqueira na Baía de Guanabara, reforça a invisibilidade das mulheres e a necessidade de debate sobre gênero. Por fim, vale destacar também, que não necessariamente a mulher envolvida com a pesca será cônjuge de algum pescador ou proprietário de embarcação. O que se percebe é que a atuação da mulher na atividade se dá independente de relações familiares, e um passo importante para a discussão sobre seu papel na pesca e na sociedade em geral, é compreender que tais indivíduos não ocupam seus referidos espaços com base no que seu cônjuge ocupa.

iii) Participação dos jovens e/ou filhos de pescadoras(es) na atividade pesqueira

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) a atividade pesqueira artesanal tem passado por um processo de desvalorização e perda de espaço para outras atividades na Baía de Guanabara (FERREIRA, 2011). Nesse contexto,

O número de pescadores diminui na proporção em que seus descendentes já não se orgulham nem vêm atrativos na atividade e aumenta pelo fato da modernização expulsar cada vez mais empregados de seus postos de trabalho formais e muitos desses ingressarem na pesca. Além disso, em alguns casos a pesca se transforma numa atividade sazonal, pois muitos pescadores buscam empregos temporários em estaleiros e empreendimentos da região (FERREIRA, 2011, p.2)

Observa-se um direcionamento à precarização da atividade pesqueira na região, e o processo de desinteresse de jovens na pesca pode estar vinculado às dificuldades que a atividade pesqueira vivencia, seja pela diminuição da produtividade dos ambientes, e restrição nas áreas de pesca devido à modernização, seja pela desvalorização do trabalho dos pescadores (as). Diante disso, a tendência da atividade de ser passada de pai para filho vem mudando nos últimos tempos, e aponta para o perigo de sua extinção enquanto atividade artesanal passada entre as gerações, modificando muito sua dinâmica (FERREIRA, 2011).

Nesse contexto, quanto ao envolvimento de jovens na pesca artesanal na Baía de Guanabara, observamos a invisibilidade de tal grupo atestada pela falta de informação referente aos mesmos na maioria das comunidades pesqueiras. Apenas na comunidade de Jurujuba em Niterói e na comunidade de Gradim em São Gonçalo apresentaram informação sobre o tema, destacando enquanto atribuições dos jovens: a captura e o beneficiamento de pescado. Sendo que na comunidade pesqueira de Gradim no município de São Gonçalo, as informações denotam atuação apenas na captura.

Na comunidade de Jurujuba – Niterói, em grupos majoritariamente formados por mulheres e demais familiares envolvidos na pesca, que atuam na cadeia produtiva do mexilhão, também trabalham eventualmente crianças, para auxiliar mães, tias e avós em arranjos familiares ou para “*ganhar um dinheirinho*” – no diminutivo mesmo porque ganham menos que uma diária de um adulto e por ter seu trabalho como ajuda independente do que produzam, e ainda que possam ter resultados maiores ou iguais às descascadeiras (SILVA, 2013, p. 57). Sendo assim, além de contribuir com a família, crianças e/ou filhos de pescadores (as) desde cedo adquirem conhecimentos sobre a atividade pesqueira.

Todavia, demarca-se a desconsideração da população jovem nas comunidades pesqueiras, quando além de não existir dados sobre o envolvimento na pesca, também pouca informação se obtém sobre suas atribuições fora ou além da pesca. Com literatura mais aprofundada, a comunidade de Jurujuba em Niterói é a única na região que contém informações sobre tais aspectos, demonstrando que as atividades ocupadas por jovens fora da pesca estão relacionadas à: comércio, serviços gerais e empregos domésticos. A ocupação profissional ligada a outros setores e/ou atividades econômicas não relacionadas à pesca, bem como, matrimônio e/ou formação de um novo núcleo familiar, são os principais motivos que levam a migração dos jovens a outras comunidades pesqueiras ou regiões (SILVA, 2013; ECOMAR, 2009; RITTER, 2007).

Diante disto, é essencial a realização de estudos, que busquem além das características gerais da atividade pesqueira artesanal, também as especificidades relacionadas aos jovens que integram a comunidade pesqueira, suas relações ou a falta delas, com a atividade pesqueira, bem como, os motivos e consequências de tais fatores. Ou seja, é por tal grupo que passa enfaticamente a possibilidade de manutenção da pesca artesanal, comunidades pesqueiras e tradições. Visto que, como destaca Martins (2005 *apud* WALM, 2015a) na comunidade pesqueira de Ilha de Itaóca – São Gonçalo, mulheres que atuam na atividade pesqueira – mais enfaticamente no beneficiamento de siri – mantém a identidade e laços com a comunidade, e repassam seus saberes aos mais jovens por meio de seus familiares.

Ademais, no contexto das ações mitigadoras e/ou compensatórias, é importante pensarmos em empoderamento e participação social em comunidades pesqueiras, com a inclusão de jovens e/ou filhos de pescadores. Como nos traz Quintas(2009, p. 55) “*as pessoas não nascem participativas, como nascem respirando*”, e “*ser participativo não é uma conduta social automática dos indivíduos. É algo que se aprende somente na prática e sob certas condições*”. Então nada mais lógico e facilitador, incluir a comunidade pesqueira e impulsionar a participação desde os primórdios, e de seus integrantes mais jovens.

iv) Renda Familiar

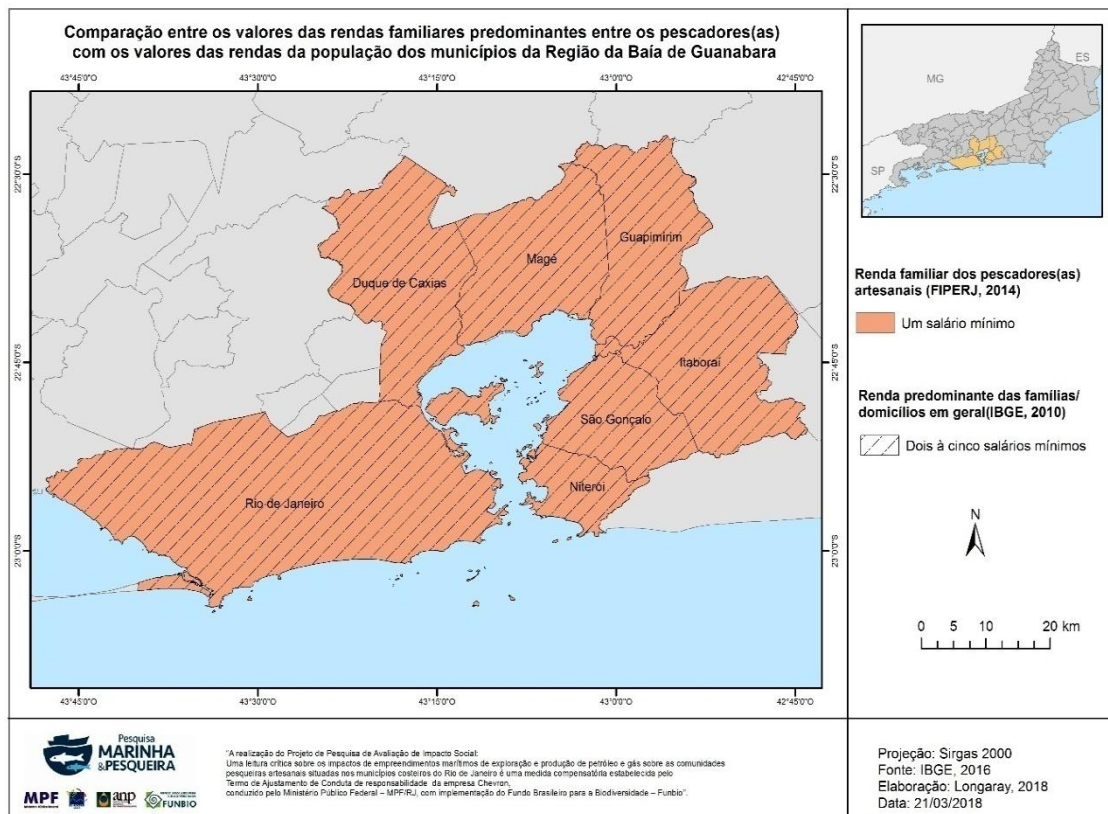
Na região da Baía de Guanabara, no ano de 2014, a renda familiar dos(as)pescadores(as) artesanais, foi em média, de um salário mínimo (Figura 6), (FIPERJ, 2015a) enquanto que na região, a renda da população geral é de dois a cinco salários mínimos (IBGE, 2010).

Com baixo rendimento econômico da atividade pesqueira à família, pescadores e pescadoras, jovens ou não, acabam por necessitar buscar complementação de renda, através da atuação em outras atividades econômicas, mesmo que tais estratégias possam acarretar em problemas aos pescadores. Problemas porque, por exemplo, o acesso ao seguro-defeso⁵ é permitido apenas para aqueles pescadores (as) que se dedicam

⁵ Trata-se de um direito que estabelece uma renda no valor equivalente à um(1) salário-mínimo concedido mensalmente, durante o período em que fica proibida a captura de determinado recurso pesqueiro, com vistas a garantir a preservação da espécie. Tal política é debatida com mais aprofundamento no Item sobre Políticas Públicas deste relatório. Mas, a priori destaca-se sua relevância na complementação da renda familiar, atuando também como um mecanismo de proteção social visto que garante a continuidade de recursos pesqueiros (as), e sobrevivência dos(as) pescadores(as) no período de defeso das espécies-alvos.

exclusivamente a pesca artesanal, e a atuação em outras atividades pode ser denunciada e impossibilitar o acesso a tal política. Tais aspectos merecem atenção, porque mais do que números e dados econômicos, a baixa renda familiar de pescadores e pescadoras, demarca a sua vulnerabilidade social, a dificuldade de acesso a bens e serviços, a dificuldade de desenvolver e se reproduzir socialmente.

Figura 6 - Comparação entre os valores das rendas familiares predominantes entre os pescadores (as) com os valores das rendas da população dos municípios da região da Baía de Guanabara.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados de FIPERJ (2015a) e IBGE(2010).

Diante da necessidade de estratégias e alternativas na busca por melhores formas de sobrevivência e qualidade de vida, observa-se que na Região da Baía de Guanabara, dentre as atividades extras para composição da renda familiar dos (as) pescadores (as) registram-se principalmente atuações nos setores de construção civil (como pedreiros e/ou auxiliares) e comércio como vendedor(a) ambulante (WALM, 2015a). Destaca-se também que a desvalorização da pesca e baixa remuneração dos trabalhos desenvolvidos na atividade, tornam muitas vezes a atividade pesqueira sazonal, fazendo com que pescadores procurem empregos temporários, como em estaleiros ou

empreendimentos situados na região da Baía de Guanabara, modificando a dinâmica da vida das comunidades (FERREIRA, 2011).

Não obstante, nesse cenário de estratégias de subsistência, é importante lembrar que pesca artesanal, além de atividade produtiva e patrimônio histórico, representa também fonte de alimento. Como destacam Kalikoski e Vasconcellos (2013), o peixe é uma fonte importante de proteína animal para os pescadores artesanais e desempenha um papel crucial para a sua segurança alimentar. Todavia, embora a pesquisa em tela busque compreender a relevância do pescado na alimentação do(a) pescador(a), para a região da Baía de Guanabara, não foram encontradas informações referentes à participação do pescado na alimentação das famílias de pescadores(as).

3.4. Caracterização dos Meios de Produção

O que caracteriza o(a) pescador(a) artesanal não é somente o viver da pesca, mas, sobretudo a apropriação real dos meios de produção e o controle da arte de pesca. O domínio das artes de pesca exige uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência (DIEGUES, 1983). Os meios de produção da atividade pesqueira são os equipamentos necessários para o desenvolvimento da mesma, ou seja, embarcações, petrechos de pesca, tecnologias de apoio, e por que não conhecimento do(a) pescador(a), que de fato possibilita o envolvimento do indivíduo com a atividade.

Contudo, além de investigar quais os meios de produção são necessários ao exercício da atividade pesqueira, um aspecto central é compreender quem de fato detém a propriedade sobre tais meios. Ou seja, as principais questões a serem investigadas são: *os pescadores realmente detêm os meios de produção necessários à atividade pesqueira? Ou quem detém? A propriedade dos meios de produção determina algum tipo de poder na comunidade pesqueira? Se sim, quem detém esse poder, o que ele corrobora, e quais as relações na comunidade são condicionadas pela propriedade dos meios?*

Sendo assim esse item apresenta em tópicos: i) um panorama sobre os principais tipos de embarcações e petrechos de pesca utilizados na região da Baía de Guanabara, e ii) busca compreender como se dão as relações entre os atores sociais, diante da propriedade dos meios de produção.

i) Embarcações, petrechos e insumos da pesca artesanal na Baía de Guanabara.

A composição da frota e petrechos de pesca é consequência de fatores biológicos, econômicos, culturais e geográficos, que ajudam a explicar variantes dos barcos e dos procedimentos pesqueiros (NOGUEIRA *et al.*, 2011). A zona costeira do Rio de Janeiro possui grande variedade de ambientes costeiros, com diferentes características ambientais, refletindo na elevada diversidade das capturas no estado. Somadas às características históricas e econômicas da região, resulta na variedade de petrechos e embarcações (ÁVILA-DA-SILVA E VIANNA, 2009).

A frota pesqueira do Rio de Janeiro, segundo dados do Registro Geral da Pesca (MPA, 2012) para os municípios analisados é de 3.950 embarcações, enquanto que o levantamento amostral do PCSPA identificou 1.125 embarcações (Tabela 1, FIPERJ, 2015a).

Tabela 1: Número de embarcações pesqueiras artesanais na Baía de Guanabara.

Município	Embarcação RGP 2012	PCSPA Embarcação
Duque de Caxias	74	62
Guapimirim	1	4
Itaboraí	43	54
Magé	845	197
Niterói	545	215
Rio de Janeiro	1.494	303
São Gonçalo	948	290
Totais	3950	1125

Fonte: PCSPA (FIPERJ, 2015a).

Esta frota é utilizada por mais de 80% dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara, segundo dados do PCSPA. Um dos problemas persistentes em relação à frota pesqueira artesanal é a falta de investimentos e o sucateamento da mesma. (PETROBRAS, 2015). Segundo Begot e Vianna (2014), que analisaram 1.879 embarcações motorizadas no estado do Rio de Janeiro, as embarcações são, em sua maioria, mal dimensionadas e antigas (apenas 25% possui menos de 20 anos).

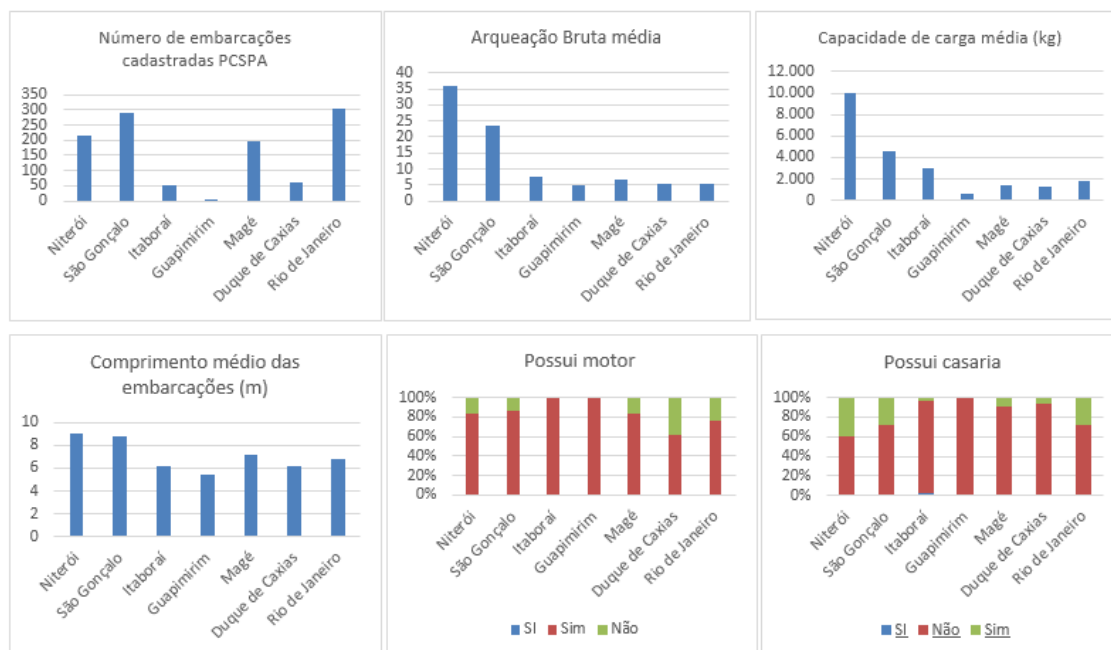
A Lei da Pesca ou a Lei nº 11.959 de 2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, define como embarcação de pequeno porte aquelas com arqueação bruta de até 20 (ou 20 AB) e acima disto consideram-se embarcações de médio e grande porte, estas últimas em geral utilizadas

pela pesca industrial – que não necessariamente exclui o uso de embarcações de até 20 AB. Considerando os tipos de arqueação, Begot e Vianna (2014) ao analisarem a frota pesqueira do estado do Rio de Janeiro a partir de amostras, afirmam que 70% da frota é artesanal. Contudo, os autores não descrevem maiores especificidades sobre a frota pesqueira, e é importante considerarmos que não apenas a arqueação bruta das embarcações determinam a pesca enquanto artesanal ou industrial.

Dessa forma, são necessários maiores estudos e dados aprofundados sobre a atividade pesqueira artesanal, de forma a permitir relacionar os dados referentes à frota pesqueira do estado com outros aspectos que caracterizam a pesca enquanto artesanal, que são inclusive descritos neste relatório. De acordo com FIPERJ (2015a) outras características das embarcações da frota artesanal são: pequeno poder de deslocamento e autonomia, diversidade de petrechos, sem porão para estoque de pescado, faz uso de petrechos manuais ou de menor poder de captura, se limita às áreas costeiras, estuarinas e/ou lagunares.

Os dados sobre petrechos e embarcações do PCSPA elaborado pela FIPERJ, (2015a) foram incorporados ao banco de dados do projeto. Entretanto, os dados estão organizados em tabelas separadas, e muitos dos números estão em porcentagem, dificultando o cruzamento dos mesmos. Seria necessário o acesso ao banco de dados do PCSPA para a análise integrada de petrechos e embarcações. Os gráficos (Figura 7) abaixo descrevem as características das embarcações cadastradas no PCSPA (FIPERJ, 2015a) que foram incorporadas ao banco de dados. Niterói e São Gonçalo se destacam, pois, possuem maior número de embarcações e embarcações de maior porte.

Figura 7 – Características das embarcações cadastradas no PCSPA (FIPERJ, 2015).



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados de FIPERJ (2015a).

A classificação das modalidades de pesca segue o sistema de permissionamento pesqueiro nacional (MPA/MMA, 2011), que é a mesma utilizada no Sistema de Estatística Pesqueira elaborado pela FIPERJ, sendo: 1- Armadilhas (covo e pote); 2- Arrasto (rede de arrasto com portas ou parelha); 3- Cerco (rede de cerco com retinida); 4- Emalhe (redes de emalhe e de enredar); 5- Linha (espinhel, linha-de-mão com ou sem vara); e outros (demais petrechos). Para uma breve descrição destas modalidades: ver nota⁶. Na descrição que segue, os dados de petrechos de pesca por município de FIPERJ (2015a) foram agrupados nestas categorias (Tabela 2).

⁶Descrição das modalidades de pesca, segundo Vianna (2009, p. 96) 1-Armadilhas - usadas para capturar peixes, crustáceos ou moluscos. Possuem uma ou mais entradas, que, no entanto, não permitem a saída. São lançadas no fundo do mar, com uma boia de sinalização e iscas. Nestes cabos podem estar amarradas uma ou várias armadilhas. Podem ser feitas de argila, madeira, trançados ou matérias sintéticas. 2- Arrasto - As redes são rebocadas e possuem um corpo cônico com um saco no fundo, em geral são utilizadas para a pesca de fundo, mas podem ser utilizadas em pesca de meia água ou superfície. Na pesca de pareja (ou parelha) são utilizadas duas embarcações. Existem embarcações que utilizam braços laterais (tangones) arrastando duas ou até quatro pequenas redes. Existe também o arrasto de uma única rede lançada pela popa. Em geral utiliza portas para mantê-las abertas e no fundo, mas pode utilizar varas. Possui roletes e pesos quando para o arrasto de fundo. 3- Cerco - Esta técnica opera com redes que cercam os cardumes pelos lados e por baixo. Em sua ampla maioria se trata de pesca de superfície. As redes podem operar com cabos no fundo para fechar o saco ou sem cabos onde a rede se fecha passando uma asa (lateral da rede) para cada lado. 4- Emalhe (Rede de espera, emalhe - Nestas técnicas os peixes são capturados após colidirem com arede e ficarem emaranhados, embolados, presos. A rede fica esticada no mar ou nos rios e lagos, no fundo, à meia água ou na superfície. 5 – Linha (Espinhel e linha de mão)-

Tabela 2 - Percentual (%) de utilização de petrechos de pesca pelos pescadores artesanais.

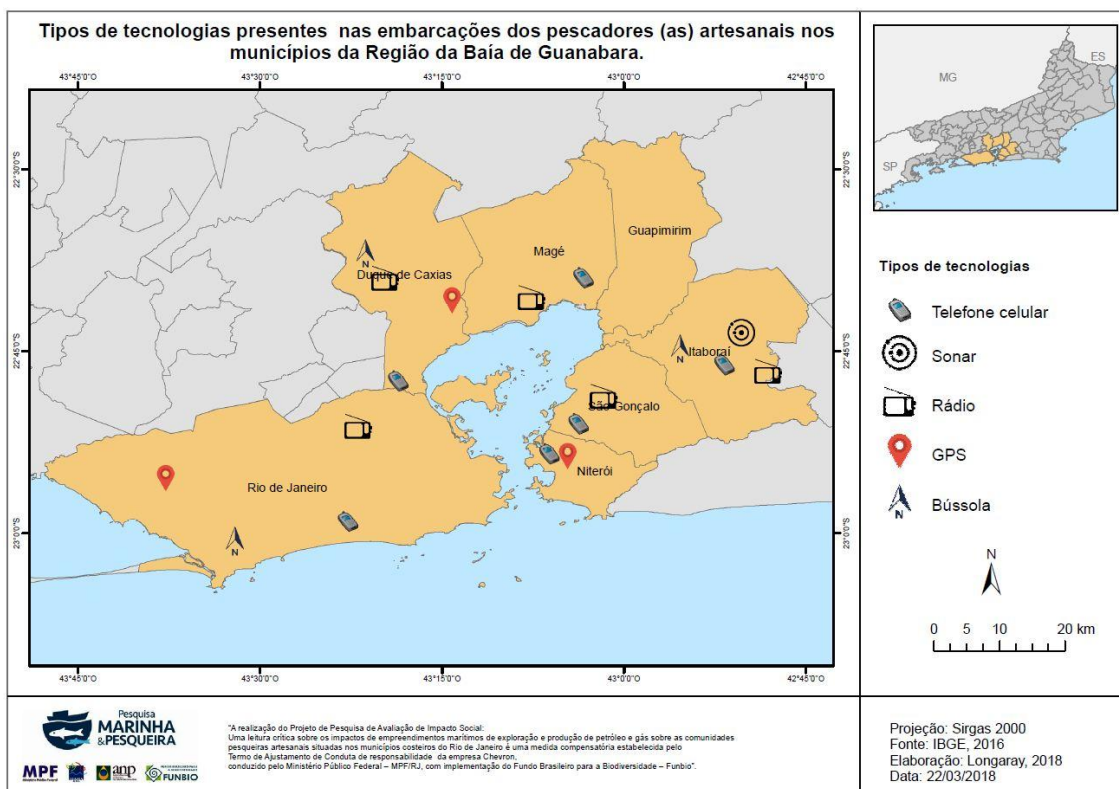
	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaboraí	Magé	Niterói	Rio de Janeiro	São Gonçalo
Armadilha	22%	44%	19%	19%	1%	0%	11%
Arrasto	4%		1%	9%	10%	8%	17%
Cerco	2%		1%	2%	5%	6%	9%
Emalhe	30%	33%	28%	42%	18%	54%	39%
Linha	10%		22%	2%	43%	15%	8%
Outros	32%	22%	30%	27%	23%	17%	16%

Fonte: Elaborada a partir de dados da FIPERJ (2015a).

Considerando os dados acima apresentados, observa-se que a rede de emalhe é a mais utilizada na região, tendo cada município e comunidades suas especificidades. As embarcações se caracterizam em tipos como boca aberta e convés fechado, com casario e sem casario, e são identificadas o uso de diversas tecnologias a bordo que servem de apoio à pesca, e que vão desde a tradicional bússola até GPS e sonares (Figura 8). Contudo, na região, o que se destaca entre as embarcações existentes nos vários municípios é o uso de telefone celular e de rádio. No município de Guapimirim, não foram encontrados dados sobre tecnologias de apoio a pesca nas embarcações, o que pode estar vinculado à baixa quantidade de embarcações no município. Os dados sobre embarcações e petrechos na região, são encontrados em âmbito municipal, dessa forma, são apresentadas as principais características de cada município quanto a embarcações e petrechos de pesca.

Os espinhéis são linhas onde serão fixados diversos anzóis. Estas linhas podem ficar na horizontal ou na vertical em relação à superfície do mar. Quando na horizontal, podem ser largados no fundo ou na superfície. Em espinhéis longos de fundo se utilizam cabos de aço para fixar os diversos anzóis e podem possuir longas extensões. Os anzóis podem levar iscas vivas ou mortas; Varas e pesca de mão - Cada pescador lança um ou mais anzóis no mar, podendo capturar peixes na superfície ou no fundo. Os maiores exemplos da pesca na superfície são as pescas de bonitos-listrados (vara e isca-viva), albacoras e lulas. Quando utilizando linhas de fundo, os pescadores ficam em pequenos botes ou caíques deixados no meio do mar por um barco maior. Varas também são muito utilizadas na pesca esportiva.

Figura 8 - Tecnologias existentes nas embarcações pesqueiras artesanais da Baía de Guanabara.



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de Ecomar (2009) e FIPERJ (2015a).

Em Niterói, de acordo com os dados de FIPERJ (2015a) a modalidade de pesca mais frequente é a de linha (43%), principalmente a pesca de linha de mão de fundo (18%). O PCSPA cadastrou 215 embarcações, com as seguintes características: a maioria possui comprimento entre 4 a 8 metros (65%), sem casaria (60%) - tipo boca aberta (65%), leva dois a três pescadores a bordo (58,6%), e possui casco de madeira (79%).

Em São Gonçalo o emalhe é a modalidade de pesca predominante (39%), com destaque para a rede de caceio com 26% dos registros. A maior parte das embarcações, de um total de 290 cadastradas, possui comprimento entre seis e dez metros (74%), não possui casaria (72%), tem casco de madeira (95%), e 87% são motorizadas, dentre estas o tipo de motor predominante é o motor de centro (FIPERJ, 2015a).

A modalidade de pesca mais frequente em Itaboraí é a pesca de emalhe (28%) com destaque para a rede de caceio (22%). Neste município a pesca se concentra nas áreas de mangue, na captura do caranguejo, utilizando poucas embarcações, desta forma, foram cadastradas apenas 54 no PCSPA. Cerca de metade das embarcações possui comprimento de seis metros (52%), e um quinto (20%) tem 5 metros. Em relação

ao casco a madeira é o material mais recorrente (83%), seguida do alumínio (17%). Quase a totalidade das embarcações não possui casaria (96%), e possui motor de popa – 91% (FIPERJ, 2015a).

A pesca artesanal em Guapimirim se concentra sobre a captura do caranguejo ou guaiamum nas áreas de mangue, sem necessidade de embarcação, somente quatro embarcações foram identificadas pela FIPERJ (2015a) no município. No município de Magé também predomina a pesca de emalhe (42%), com destaque para a utilização de rede de caceio (34%). De um total de 197, a maioria tem de seis a oito metros de comprimento (57%), tem casaria (90%), leva três pescadores a bordo (68%), possui motor (84%) e destes 71% são de centro). Quase a totalidade das embarcações tem casco de madeira – 94% (FIPERJ, 2015a).

Também no município de Duque de Caxias, predomina a pesca com emalhe, sendo que nesta modalidade a rede de caceio é a mais frequente (13%) seguida da rede de espera (10%). O número de embarcações cadastradas pelo PCSPA é de apenas 62, destas a maioria (64%) tem entre seis e oito metros, e possui casaria (93%). Cerca de 30% das embarcações levam dois pescadores a bordo, e 23% levam 4. A maior parte possui motor 61% e o tipo de motor mais frequente é o de centro, 61% tem casco de madeira e 39% são de fibra (FIPERJ, 2015a).

A modalidade de pesca mais frequente no Rio de Janeiro é o emalhe (54%), e a rede de caceio o petrecho mais utilizado (43%). A frota artesanal cadastrada no PCSPA tem 303 embarcações, sendo que 42% tem comprimento entre quatro e seis metros e 22% tem entre seis e oito metros. A maioria não possui casaria (76%), e possui casco de madeira 64% – 33% é de fibra (FIPERJ, 2015a).

No que tange aos insumos necessários à realização das pescarias, em geral os dados existentes permitem identificar alguns insumos utilizados para a pesca artesanal em geral, ou seja, sem especificar qual tipo de pescaria necessita de determinados insumos. Tais informações são necessárias, por que de fato, diversos são os tipos de pesca realizadas na região, e cada uma tem especificidades. Ou seja, o recurso-alvo, tipo de petrecho e embarcação utilizada, área de pesca, entre outros fatores, vão definir os tipos de insumos necessários para o desenvolvimento da atividade pesqueira. Contudo, na região da Baía de Guanabara, apenas as comunidades pesqueiras de Jurujuba, em Niterói; e Copacabana, Quadrado da Urca e Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, dispõem de tais informações, com identificação de insumos para diferentes tipos de pesca, como exemplo: i) a pesca de mexilhão em Jurujuba, com petrechos do tipo

cavadeira de ferro com cabo de madeira, luvas, dentre outros; e ii) a pesca de linha em Copacabana com uso de combustível, gelo, iscas e rancho (ECOMAR, 2009).

Informações sobre a pesca em geral nos municípios da região descrevem como insumos principais: combustível e gelo. Gelo é utilizado principalmente para o acondicionamento do pescado a bordo, visto que o produto da pesca é altamente perecível, e comumente as pescarias ocorrem em tempo suficiente para a degradação do produto, caso não se utilize técnicas de conservação do pescado. Assim, em relação às formas de acondicionamento dos pescados a bordo, os pescadores dos municípios da Baía de Guanabara, utilizam diferentes maneiras de acondicionar os produtos nas embarcações de pesca, sendo predominantes gelo e isopor.

Não obstante, além de embarcações, petrechos e insumos, cabe investigar sobre a etapa de desembarque do pescado, identificando as infraestruturas e estratégias utilizadas para tal pela comunidade pesqueira. Nesse sentido, destaca-se que na Região da Baía da Guanabara, o desembarque de pescado é realizado em maior parte em infraestruturas denominadas trapiches, píeres, pontes e/ou cais. Considerando as semelhanças entre tais infraestruturas, define-se na presente pesquisa que tais denominações possam ser consideradas o mesmo tipo de infraestrutura, sendo utilizada como uma única opção de assinalamento no banco de dados, com vistas a garantir melhor entendimento na pesquisa. Além da opção trapiche/pier/ponte/cais, também praia e margem de rio, são comuns para o desembarque do pescado. Em tempo, ao decorrer do presente relatório são expostas mais informações sobre outras infraestruturas necessárias e disponíveis à atividade pesqueira na região, assim como, qualidade e responsabilidade das mesmas.

ii) Propriedade e trabalho: relações existentes nas comunidades pesqueiras da Baía de Guanabara

Além de embarcações com autonomia limitada e petrechos confeccionados pelo próprio pescador, a pesca artesanal historicamente se caracteriza pelo uso mão-de-obra familiar, relações de compadrio e vizinhança (DIEGUES, 1983). Essas características corroboram com a inexistência de vínculo empregatício formal – como carteira assinada –, e uma remuneração baseada em um sistema de partes ou divisão da produção. Como destaca Diegues (1983; 2007) geralmente os pescadores recebem o pagamento pelas atividades realizadas na embarcação de pesca, através da divisão do produto, que é feita pelo sistema tradicional de partes ou “quinhão”, no qual a porcentagem ou parte que o

pescador recebe varia segundo a posição ocupada por cada pescador na pescaria (dono de rede, canoa, vigia, mestre, e demais pescadores, etc.). Dessa forma, é comum que alguns recebam mais partes que outros, como por exemplo, os donos das embarcações e petrechos, também por que nesse sistema de divisão parte da produção pode ser destinada à manutenção da embarcação, petrechos e insumos (DIEGUES, 1983; 2007).

Nesse sistema tradicional da pesca artesanal, não apenas a produção é dividida em partes, mas também o trabalho realizado nas embarcações. Ou seja, cada atividade a ser desenvolvida durante a pescaria é de responsabilidade de determinado pescador. Nesse cenário, surgem várias denominações aos participantes da pescaria ou de postos de trabalho na embarcação como: mestre, cozinheiro, gelador, homens de convés, camarada, etc. Contudo, embora característica da pesca artesanal, não são encontradas muitas informações na área de estudo sobre tais aspectos. Dados sobre a divisão de trabalho e da produção foram encontrados apenas para algumas comunidades pesqueiras da região: i) Jurujuba e Itaipu em Niterói; e ii) Copacabana e Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Destaca-se que embora, no município de São Gonçalo, dados denotem a divisão da produção em sistemas de partes, há lacunas sobre como se dá tal divisão. Já Rio de Janeiro e Niterói apresentaram diferentes matrizes de trabalho, variando conforme tipo de pesca e comunidade pesqueira envolvida. Dentre essas matrizes, observa-se uma característica interessante: mestres e/ou donos de embarcações comumente ficam com o maior número de partes da produção (Quadro 2), sobre a pesca com redes de caiçara na comunidade de Jurujuba.

É importante destacar que embora se tenham algumas características sobre a divisão de produção e trabalho na pesca na região da Baía de Guanabara, em grande parte não há informações sobre as formas de pagamento da divisão, ou seja, se as partes são pagas em dinheiro ou pescado, visto que ambas as formas podem ocorrer atrelada a divisão do produto, como é destacado pela Ecomar (2009) quando descreve a divisão de trabalho e relações de trabalho na pesca de linha do Posto 6 em Copacabana no município do Rio de Janeiro:

Os pescadores podem vender por conta própria sua parte da produção aos consumidores ou entregá-la ao dono do barco que coloca à venda nas bancas. Nesses casos, o dono do barco é responsável pelo pagamento dos vendedores de peixe e a partilha ocorre em dinheiro, após a comercialização (ECOMAR, 2009, p. 62).

Quadro 2: Matriz de divisão de trabalho e partes da produção, de atividade pesqueira na comunidade de Jurujuba, município de Niterói.

Matriz de Trabalho – (Pesca com Redes de Caiçara - Jurujuba)		
Quem vai?	Com o que entra?	Com o que fica?
Mestre	Determina onde largar a rede e a rota, responde pelos pescadores, equipamentos e barco (equipe)	5 partes
Motorista	Cuida do Motor	2- 3 partes
Gelador	Gela o peixe	1 e ½ a 2 partes
Cozinheiro	Cozinha	2 partes
Homem de convés	Serviços Gerais	1 parte a 1 e 1/2

Fonte: Adaptado de Ecomar (2009).

A falta destas informações para a maior parte das comunidades reflete a necessidade de se investir em diagnósticos que considerem tais aspectos, uma vez, que através destes, pode se analisar a qualidade de vida e trabalho, e as relações de poder existentes, entre outros aspectos. De acordo com Mendonça *et. al.* (2010), que analisa aspectos da atividade pesqueira em um município de outra região, a dos Lagos, a relação de poder pode se estabelecer de diferentes maneiras, como no exemplo dos pescadores que não possuem seus próprios barcos, tendo que estabelecer parceria ou contratos informais com os atravessadores e proprietários para adquirir os equipamentos e insumos para a pescaria. Com isso, esses ficam sob o controle dos proprietários das embarcações e insumos, passando a pagar alugueis ou os pescados adquiridos por pequenos preços aos proprietários. Fora, o processo de divisão em partes, no qual os proprietários dos meios essenciais (embarcações, petrechos, insumos, etc.), contraem a maior parte da produção (MENDONÇA *et. al.*, 2010).

Mas também na Baía de Guanabara, diante dos sistemas demonstrados, é possível observar assimetrias entre os pescadores e relação de poder atrelada à propriedade dos meios, visto que os maiores ganhos com a produção pesqueira, já na etapa da captura, ou seja, ainda em mar, nas embarcações, tendem a ser destinados aos proprietários dos meios de produção que podem embarcar ou não para a captura do pescado, ou seja, podem ou não ser pescadores. Pescadores que ocupam posição de mestres das embarcações, também recebem maiores partes, visto que, podem ser donos das embarcações ou de petrechos e por deterem maior responsabilidade pela tripulação, e geralmente mais conhecimentos necessários à pesca. Compreende-se então, que a propriedade dos meios de produção determina quem obterá maiores ganhos com a atividade.

Todavia, mesmo diante da relevância de se compreender sobre a propriedade dos meios de produção, identifica-se uma falta de dados quanto ao número total de proprietários de embarcações nas comunidades pesqueiras pesquisadas. Tais informações em conjunto com dados que caracterizam a quantidade de embarcações existentes em cada comunidade, possibilitaria uma análise mais concreta sobre as relações de poder existentes na atividade pesqueira, e sobre quem detém maior controle dos meios de produção, bem como, quanto às assimetrias de poder existentes ou não dentro das comunidades pesqueiras.

Nesse contexto, destaca-se que mesmo sem dados totais sobre os proprietários, de acordo com pesquisa realizada pela FIPERJ, a maior parte dos pescadores são proprietários de embarcações (Tabela 3) (FIPERJ, 2015a).

Tabela 3– Percentual (%) aproximado de pescadores que são proprietários ou responsáveis pelas embarcações e pescadores que não são proprietários ou responsáveis pelas embarcações.

Município	Percentual(%) aproximado de proprietários/responsáveis pelas embarcações	Percentual (%) aproximado de não proprietários/responsáveis pelas embarcações
Duque de Caxias	55	45
Guapimirim	50	50
Itaboraí	81,67	18,33
Magé	60	39
Niterói	41	58
Rio de Janeiro	58	42
São Gonçalo	41,67	58,33

Fonte: Adaptada de FIPERJ (2015a).

3.5. Produção pesqueira

Não há dados sobre produção pesqueira anual para todos os municípios da região, tampouco especificando a produção oriunda da atividade artesanal. Apenas, para os municípios de Rio de Janeiro, Niterói, e São Gonçalo, foi possível encontrar dados, que indicam respectivamente uma produção pesqueira total desembarcada de 81.314,91 Kg, 9.777.665,00 Kg e 4.090.059,00 Kg de pescados para ano de 2015,

respectivamente, conforme dados de monitoramento da FIPERJ. Registros da produção pesqueira artesanal são dados relevantes que podem permitir demonstrar quantitativamente o que representa a atividade na região em termos produtivos, econômicos, sociais e ambientais.

Enquanto recursos pesqueiros da região, de acordo com dados da FIPERJ (2015a), dentre as principais espécies-alvos da pesca artesanal, a corvina é identificada em todos os municípios, e a tainha também, essa última com exceção do município de Itaboraí. Outros recursos também considerados importantes alvos de pesca na região, são caranguejos e camarões, assim como, o mexilhão é um recurso bastante importante no município de Niterói, para a comunidade pesqueira de Jurujuba.

Não foi possível analisar de forma concreta e detalhada as relações entre recursos pesqueiros, áreas de pesca e sazonalidade. No entanto, é importante ressaltar que com o processo de modernização e expansão das diferentes atividades econômicas na região da Baía de Guanabara, as áreas utilizadas pela atividade pesqueira artesanal tornam-se cada vez mais restritas, o que culmina em dificuldades à pesca, e numa busca por novos pesqueiros, modifica-se a atividade pesqueira desenvolvida pelas comunidades, que passa de áreas adjacentes à costa às áreas oceânicas. Um exemplo disso é a maricultura na comunidade pesqueira de Jurujuba, em Niterói:

Em relação às áreas de maricultura, a atividade extrativa é feita em grande maioria pelos pescadores da Associação dos Maricultores de Jurujuba. Essa atividade acontece nas áreas mais internas da baía que foram descontinuadas, "mantendo-se porém inalterada, ao longo dos últimos 20 anos, na região entre Boa Viagem, em Niterói, e o Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, até a entrada da baía. Mais recentemente, a extração foi estendida às ilhas oceânicas adjacentes à baía (ECOMAR, 2009, p.66).

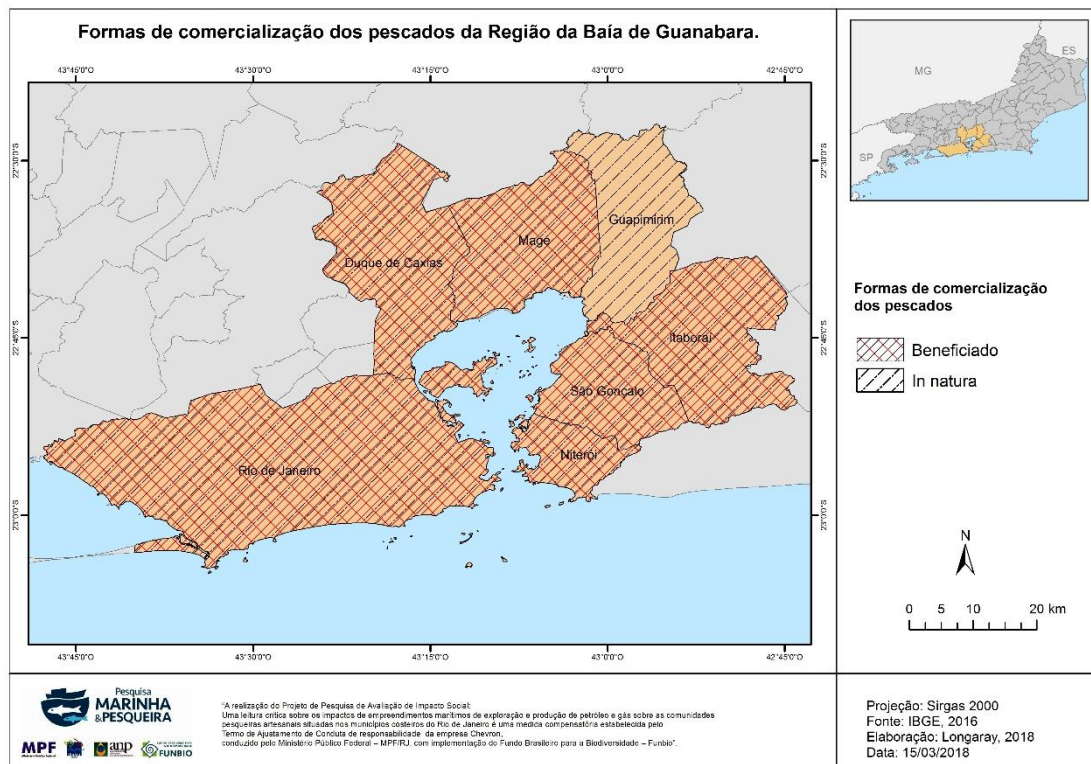
3.6. Características do beneficiamento e comercialização de pescado

O beneficiamento do pescado é uma importante etapa de sua cadeia produtiva, visto que consiste na etapa em que o pescado é processado e em que são estabelecidas as condições para sua maior conservação. Dentre os processos realizados, que caracterizam o beneficiamento, esses podem envolver desde lavagem, limpeza, e/ou retirada das escamas, evisceração, bem como, filetagem (de peixes), desconchamento e/ou descascamento de moluscos ou crustáceos. Para extração da carne de bivalves e crustáceos de sua casca é comum o cozimento. Já para a conservação, utiliza-se as técnicas de salga, resfriamento ou congelamento ou apenas manutenção em gelo.

Na região em tela, majoritariamente, o pescado é comercializado tanto *in natura* quanto beneficiado (Figura 9), o que pressupõe diversas relações e aspectos importantes

na cadeia produtiva da pesca artesanal, que vão desde a possibilidade de identificar os mercados de pescado, e a atuação de outros atores no processo de beneficiamento, como comerciantes, atravessadores, e trabalhadoras(es) que atuam no próprio processo de beneficiamento, bem como, se esse ocorre em unidade doméstica, organizações coletivas, ou empresas privadas, entre outros aspectos.

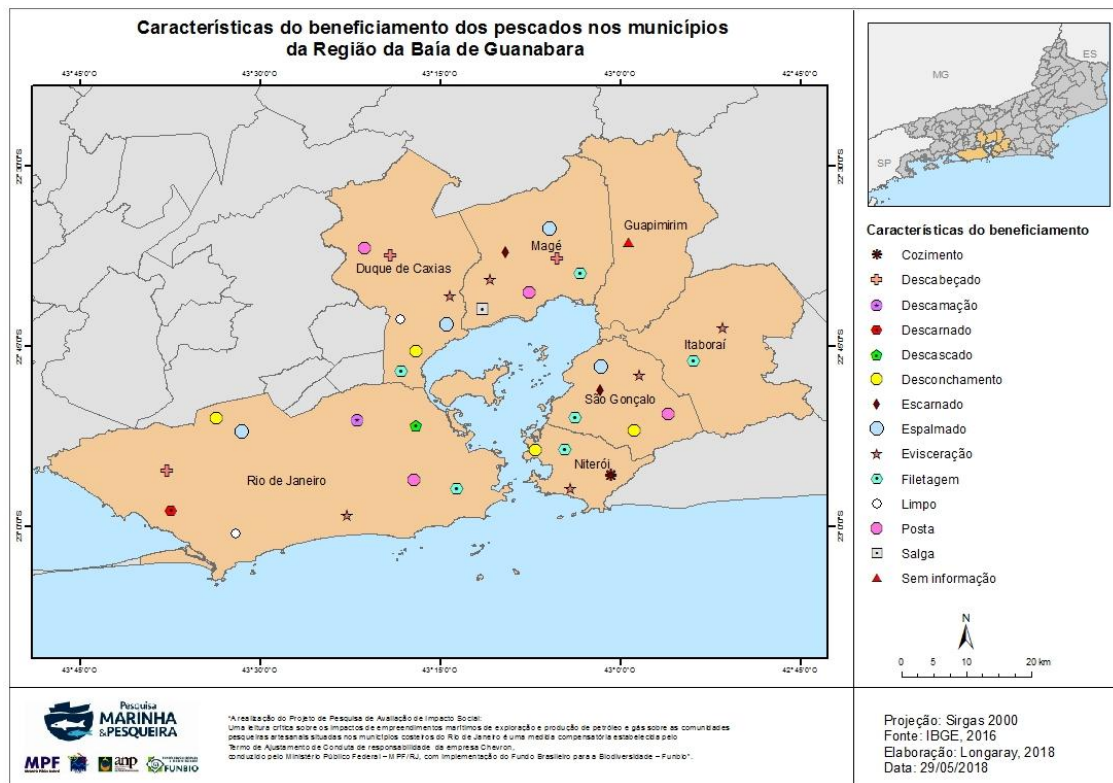
Figura 9 - Formas de comercialização dos pescados na região da Baía de Guanabara.



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de FIPERJ (2015a), Ritter (2007), Silva (2013), e WALM (2015a).

Todavia, destaca-se que a grande parte dos pescadores artesanais da região da Baía de Guanabara, comercializa o pescado inteiro (FIPERJ, 2015a), resfriado e/ou *in natura*, conservado através de uso de gelo e/ou isopor. Ou seja, compreende-se que maior parte do pescado tem sua primeira comercialização – aquela realizada pelos pescadores ao primeiro comprador– sem beneficiamento. Quando beneficiado são diversas as formas em que o pescado é processado na região (Figura 10), sendo que as maiores porcentagens se caracterizam respectivamente por: i) eviscerado; ii) filetado; e iii) descabeçado e/ou desconchado para aqueles municípios em que há forte produção de crustáceos.

Figura 10 - Formas de beneficiamento do pescado na região da Baía de Guanabara.



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de FIPERJ (2015a), Ecomar (2009), Ritter (2007), WALM (2015a).

Mesmo considerando que na região é também realizado beneficiamento do pescado – em menores quantidades – antes da 1ª comercialização, para a maioria dos municípios não foram encontradas informações sobre a realização de beneficiamento dos pescados pelas famílias de pescadores(as), assim como, também não foram encontradas informações que permitam compreender sobre: a responsabilidade do beneficiamento; os locais, infraestrutura e equipamentos de proteção utilizados para tal; e forma de remuneração aos trabalhadores(as) de tal etapa.

Exceção são os municípios de Niterói e Rio de Janeiro, que possuem maiores informações – devido a trabalhos técnico-científicos – sobre a cadeia produtiva da pesca em determinadas comunidades pesqueiras. No município do Rio de Janeiro, verificou-se informações sobre as comunidades pesqueiras de Barra da Tijuca/Quebra Mar e Copacabana, sendo que a comercialização direta ocorre por meio da Associação dos Pescadores Livres e Amigos da Barra da Tijuca e Adjacências – APELABATA, e por banca da colônia ou em mercado de peixes e pelos pescadores na praia, respectivamente. Quanto à comunidade do Quadrado da Urca, como não há espaço destinado à limpeza e comercialização dos produtos da pescaria, os pescados são

entregues direto aos entrepostos de pescado, peixarias ou aos restaurantes que compram a produção (ECOMAR, 2009).

Não há muitas informações sobre a responsabilidade no beneficiamento de pescados nessas comunidades, porém observa-se que na Barra da Tijuca que alguns donos de barcos junto de seus ajudantes realizam beneficiamento nas próprias bancas da APELABATA, associação essa que realiza por via de regra a venda direta ao consumidor, pois oferece aos pescadores associados e contribuintes a infraestrutura necessária para a limpeza e venda do pescado: bancada azulejada e água encanada. Os materiais essenciais para a limpeza do peixe (descamação, evisceração e filetagem) e pesagem dos produtos (balanças) são de propriedade do dono do barco (ECOMAR, 2009).

Em Copacabana, a maior parte do pescado desembarcado no Posto 6 é vendido *in natura* e diretamente aos consumidores, em bancas instaladas ao lado da Colônia ou pelos pescadores na praia. Quando proprietários de barco recebem encomendas de restaurantes ou quando há uma produção muito alta, os pescadores recorrem ao Mercado São Pedro, em Niterói, ou ao CEASA, no Rio de Janeiro para escoarem sua produção. Neste último caso, o valor comercializado é regulado pelos próprios entrepostos, conforme os valores praticados em todo o Estado, de forma que o valor pago por quilo ao pescador é bastante inferior aos valores praticados em Copacabana. Os vendedores não limpam o pescado, esta tarefa é exercida por dois tratadores que pode ser complementada por uma terceira pessoa, em dias de movimento intenso. Após a venda, os vendedores repassam o dinheiro ao dono do barco que lhes dá dez por cento, do que foi vendido, independente da arte de pesca. Descontos oferecidos aos fregueses são arcados pelos vendedores (ECOMAR, 2009).

No município de Niterói, ênfase de informações sobre a comunidade pesqueira de Jurujuba e a produção de mexilhão, que permite compreender que pescadores(as) artesanais familiares ou não, atuam no beneficiamento de pescado pré e pós comercialização. Ou seja, observam-se diversas relações nessas etapas da cadeia produtiva da maricultura de mexilhão, sendo que, o beneficiamento desse pescado pode se dar das seguintes formas: i) antes e após a primeira comercialização (pescadores – consumidores/compradores); ii) realizado tanto pela unidade familiar (homens, mulheres, cônjuges, filhos e/ou demais parentes) que também atua em outras atividades da cadeia produtiva; iii) quanto eventualmente com participação de terceiros, em que mulheres e homens são contratados por diárias; assim como, iv) o beneficiamento pode

ocorrer tanto em unidades de beneficiamento de cooperativas e/ou associações, como o Centro de Beneficiamento da ALMARJ, como na beira da praia, em unidades domésticas, familiares, com estruturas e condições precárias, comumente denominadas de “barraquinhas”(SILVA, 2013; ECOMAR, 2009).

O grupo de maricultores da ‘Ponta da Ilha’, divide o mesmo espaço geográfico em diversas unidades de beneficiamento do marisco chamadas ‘barraquinhas’. Cada ‘barraquinha’ possui o espaço para um fogareiro chamado localmente de “forno de cozimento” e uma mesa para as descascadeiras. Quando uma família não está utilizando a estrutura, outras podem fazer uso da mesma. Maricultores e familiares que não estão diretamente envolvidos em sua produção, podem trabalhar por diária para outros maricultores (ECOMAR, 2009, p. 136)

O beneficiamento de mexilhão – pré-cozido e descascado – é majoritariamente desenvolvido pelas mulheres conhecidas como “descascadeiras”, mas homens e jovens, integrantes ou não da mesma família, também se envolvem na atividade. Quando a unidade não é familiar tanto na praia quanto no Centro de Beneficiamento, a remuneração é com base na produção, ou diária referente à quantidade de marisco beneficiado. Quando cultivo, captura, beneficiamento e comercialização ocorre na unidade familiar os ganhos ou a renda da família, são representados pelos valores de comercialização do pescado (SILVA, 2013; ECOMAR, 2009).

Não há nas etapas descritas acima, uma em que não se observe a atuação feminina. Elas estão por toda a parte: mergulham, navegam, catam, plantam, destroem, carregam, cozinham, descascam e vendem. Mas isso não é o bastante para afirmarmos que o mar é feminino. A presença delas em cada um desses momentos da produção é bastante distinta e a concentração de trabalho feminino se dá no processo de descascamento onde o trabalho é o mais precário e menos valorizado. Essa tarefa é quase que ‘específica’ do grupo, são as *descascadeiras*... (SILVA, 2013, p. 49).

No entanto, mesmo com a importância e atuação majoritária da mulher nesta, e também eventualmente em demais etapas da cadeia produtiva, como já mencionado anteriormente as mulheres são invisibilizadas e seu envolvimento com a atividade é desvalorizado. Na atividade pesqueira assim como ocorre na sociedade em geral, o trabalho feminino não é valorizado de forma justa. Essa invisibilidade ocorre de diferentes formas, seja pelas próprias como pelos homens pescadores das comunidades, e também por parte do governo, o qual não contribui com a formação de Políticas Públicas para melhoras e valorização do trabalho destas. Diante de tamanha desvalorização do serviço desempenhado pelas mulheres, ressalta-se a importância de trabalhos que exaltem a importância dessas, na perspectiva de maior reconhecimento e respeito sobre o gênero feminino nesta atividade (LEITÃO, 2013).

Já no que tange à infraestruturas para beneficiamento de pescado na comunidade pesqueira de Jurujuba, deve se considerar que existindo o Centro de Beneficiamento da ALMARJ, esse possui infraestrutura e condições de trabalho adequadas sendo identificado o uso de mesa de processamento, e equipamentos de proteção individual, como luvas, aventais, toucas, botas, etc. Já no beneficiamento de mexilhão realizado na praia em “barraquinhas”, a infraestrutura é mínima, sem uso de equipamentos de proteção individual, o que se tem são mesas para realizar o processamento e fogareiro, para o cozimento, também podendo ser realizado com uso de fogo à lenha (SILVA, 2013; ECOMAR, 2009).

Ao chegar do mar, o próprio maricultor coloca o produto para cozinhar em recipientes como latas ou panelas de ferro. Para o cozimento, pode-se usar a lenha comprada (pelo valor de R\$ 10,00 a baleeira cheia) ou “dada” por amigos, que possuem pedaços e restos de madeira sem utilidade em casa. Alguns maricultores preferem utilizar o gás em função do desgaste físico causado pelo trabalho extenso junto ao calor do fogo (ECOMAR, 2009, p.149).

A falta de infraestrutura adequada, e de equipamentos de proteção individual, assim como longas jornadas em pé, descascando mariscos, com movimentos repetitivos podem representar diversos problemas de saúde destas trabalhadoras(es). Não obstante, como destaca Silva (2013), frente a precariedade das condições de trabalho, muitas mulheres apresentam unhas e mãos cortadas em função do trabalho no desconchamento do mexilhão que em unidades familiares é muitas vezes feito sem luvas. E apesar do grande número de pessoas trabalhando nas unidades familiares ou “barraquinhas”, não existe banheiro e balcão apropriado para o trabalho, havendo uma demanda urgente da comunidade por apoio técnico e estrutura para melhorar as condições sanitárias e trabalhistas (ECOMAR, 2009).

Ainda no âmbito do município de Niterói, na comunidade de Itaipu, relacionado ao beneficiamento de pescados verificou-se a atuação de “*tratadores*”, trabalhadores que atuam no beneficiamento de pescado “em média 6 horas/dia nos finais de semana, quando há mais movimento na praia; além das gorjetas que podem receber dos consumidores de peixe, recebem um pagamento do próprio arrematador”, que pode significar no fim do dia entre R\$ 30,00 a R\$40,00 do fim de semana. “Arrematadores ou pombeiros” são compradores de pescado que atuam no intermédio entre pescador e consumidor na própria praia de Itaipu, em Niterói. Compram dos pescadores, o pescado fresco inteiro num sistema de “leilão” assim que o desembarque acontece, dispõem o pescado em gelo e vendem-no ao consumidor também na praia, e é auxiliado por um

tratador, responsável pelo processamento do pescado adquirido pelo consumidor. Os arrematadores possuem uma longa relação com a localidade, atuando ali a bastante tempo, todavia, aparentemente, não há qualquer relação de dependência entre o pescador e o atravessador e a compra é realizada com base na qualidade do pescado (espécie, tamanho, quantidade e frescor). São quatro os arrematadores ou atravessadores que atuam em Itaipu (ECOMAR, 2009).

A comercialização do pescado é uma importante etapa da cadeia produtiva da pesca artesanal, que envolve diversos atores: pescadores(as); compradores e/ou atravessadores; consumidores finais etc. Para pescadores artesanais, a comercialização do pescado, é uma importante etapa da cadeia produtiva, uma vez que, de fato em grande parte das pescarias, é nesse momento que pescadores e pescadoras têm seu trabalho remunerado, ou seja, o valor do trabalho está atrelado ao valor do produto. Considerando que maiores partes sequer beneficiam o pescado, é enfaticamente na comercialização que se remuneram seus esforços diários, e que se busca cobrir seus gastos. Todavia, a etapa de comercialização representa muitas dificuldades e interferências para o (a) pescador artesanal, dentre as quais, a desvalorização do pescado e a atuação de atravessadores.

Atravessadores em geral são aqueles compradores que determinam a dinâmica da etapa de comercialização de pescado nas comunidades pesqueiras. A diferença geral que existe entre atravessadores (termo usado para referência aos compradores de pescado em geral) e arrematadores (compradores que atuam na região, como na comunidade de Itaipu), é que comumente o atravessador acaba atuando como fornecedores de insumos aos pescadores, e em troca a venda do pescado é determinada para o mesmo. Ou seja, cria-se uma relação de “fidelidade” do pescador ao comprador.

Detendo meios de produção como equipamentos necessários à conservação de grandes quantidades de pescado, e fornecendo insumos necessários à pesca, como ranchos, combustíveis e até mesmo embarcações e petrechos, atravessadores – que podem também ser conhecidos como armadores – acabam detendo em suas mãos o poder de decisão sobre a dinâmica de comercialização de pescado. Ademais, os preços praticados geralmente são injustos aos pescadores, visto que, atravessadores definem os valores e ao revenderem para consumidores ou outros mercados estipulam preços maiores. Dessa forma, é essencial compreender como se dá a comercialização de pescado nas comunidades pesqueiras, os atores e mercados envolvidos.

Por fim, destaca-se que na Baía de Guanabara ocorre comercialização direta e indireta. Comercialização direta diz respeito à comercialização realizada diretamente ao consumidor final, através de feiras, comércio ambulante, e/ou em bancas de mercado público, ou cooperativas/associações, restaurantes, entre outros. Enquanto que comercialização indireta se refere à comercialização do pescado a outros comerciantes, atravessadores, peixarias, mercados, etc. Quanto ao destino do pescado na comercialização direta, em geral, as informações a âmbito municipal somente apontam “comercialização direta, não especificada” sem identificar consumidores e locais destinados, ou “feiras” (FIPERJ, 2015a). Em algumas comunidades pesqueiras como Jurujuba, em Niterói; Gradim, em São Gonçalo, também foram citadas como formas de comercialização direta: associações e/ou entidades representativas de pescadores que atuem na comercialização e/ou beneficiamento de pescado. As formas em que o pescado é conservado até a comercialização direta são: gelo/isopor e *in natura* (FIPERJ, 2015a, ECOMAR, 2009).

No que tange à comercialização indireta na Região da Baía de Guanabara, destacam-se a destinação dos pescados a atravessadores/comerciantes locais/peixarias, assim como, também foi apontado à atuação de comerciantes de outras localidades. Centrais de Abastecimento - CEASAs, e o Mercado de São Pedro em Niterói são também importantes destino do pescado na região (FIPERJ, 2015a; ECOMAR, 2009). Quanto as CEASAs, não há muitas especificações sobre qual se trata, mas pode-se inferir que a principal citada, refere-se à existente no Rio de Janeiro, enquanto que dados da comunidade de Jurujuba também evidenciam destinação de pescado à Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP e para Espírito Santo (ECOMAR, 2009). Quanto ao Mercado de São Pedro

É o principal ponto de venda de pescado em Niterói, apresentando preços compatíveis com os das feiras livres. Este Mercado se localiza na Rua Visconde do Rio Branco, 55, Ponta da Areia - Niterói, possuindo 39 boxes e funciona de terça feira a sábado, por um período de 12 horas por dia. Aos domingos e feriados, o Mercado trabalha durante seis horas. O volume de venda estimado é de pouco mais de 10 toneladas ao dia, onde cada box contribui com cerca de 300 kg. Parte significativa do pescado deriva do Entrepósito da Colônia Z-8, na Praia Grande, que concentra os desembarques de diversos pontos da baía da Guanabara, sendo o restante proveniente do entreposto da “Mantuano” e de encomendas diretas a outras regiões (JABLONSKI *et al.*, 1997, p. 33).

De forma geral, na atividade pesqueira como um todo – não apenas aquela desenvolvida na Baía de Guanabara – fatores como a precibilidade dos recursos pesqueiros capturados e os entraves e dificuldades dos pescadores quanto a se

organizarem enquanto negociantes reforçam a dependência aos atravessadores e baixo poder de controle e decisão dos (as) pescadores (as) no preço do pescado. Assim, a comercialização indireta do pescado é realizada em maior parte para atravessadores que impõe baixos valores ao pescado e posteriormente realizam a comercialização em localidades estratégicas, com valores consideravelmente acima do atribuído no momento da compra com os (as) pescadores (as) (SILVA, 2013; SOARES, 2015).

Mesmo diante da atuação de atravessadores, em geral, não foram encontrados dados referentes ao número de comerciantes/atravessadores na região, tampouco de algum município desta, com exceção das comunidades já descritas anteriormente. Com vistas a compreender o poder sobre meios de produção e sobre a própria cadeia produtiva da pesca, buscou-se investigar sobre que tipos de infraestruturas os comerciantes/atravessadores possuem para tal. Contudo, não foram encontrados dados sobre tais aspectos na região. Apenas no município de São Gonçalo, na comunidade de Gradim, pode se identificar um frigorífico enquanto infraestrutura de comerciantes/atravessadores. Também a destinação dos pescados pelo atravessador dificilmente é caracterizada na região, apenas para as comunidades de Jurujuba (Niterói); Gradim (São Gonçalo) e Copacabana (Rio de Janeiro). Nelas são apontadas a destinação pelos atravessadores ao mercado local (comunidade/município) e para outras regiões (fora do município).

Diante das características de observadas sobre a comercialização, compreende-se que a propriedade sobre os meios de produção tem grande influência para a determinação sobre a dinâmica da comercialização. Ou seja, quem possui acesso a insumos e equipamentos necessários à pesca ou a conservação do pescado, conseqüentemente tem poder de definir os destinos e o preço da produção pesqueira. Nesse contexto, pescadores que não detenham a propriedade dos meios de produção necessários às diversas etapas da cadeia produtiva, têm comprometida a autonomia e poder de decisão sobre a comercialização e valorização do produto do seu trabalho, além de culminarem com relações de dependências aos proprietários de meios de produção, como atravessadores, por exemplo.

3.7. Infraestruturas da Cadeia Produtiva

Além de acesso ao ambiente equilibrado; melhores condições socioeconômicas; acesso a bens e serviços; unidade produtiva familiar; propriedade dos meios de

produção; estruturas de beneficiamento, estratégias de comercialização; entre outros aspectos, são também necessárias infraestruturas que servem de apoio à atividade pesqueira, e são de suma importância para garantir melhores condições de desenvolvimento da mesma. Dentre essas infraestruturas, podemos citar: estruturas utilizadas para embarque e desembarque do pescado— trapiches, píeres, pontes e/ou cais.; pontos de abastecimento de combustível; estruturas de fabricação e comercialização de gelo; locais para reparos e manutenção de embarcações pesqueiras e/ou petrechos, entre outros.

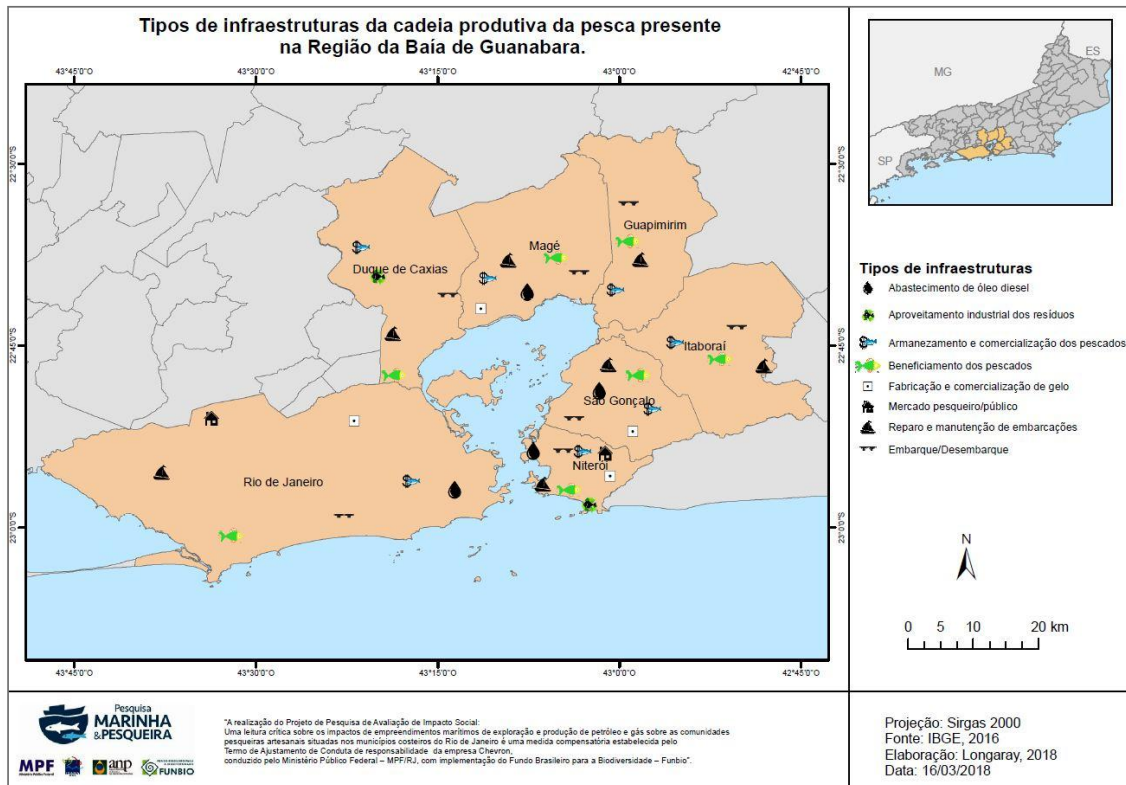
A Região da Baía de Guanabara é caracterizada pela presença de diferentes tipos de infraestruturas que servem como apoio à cadeia produtiva da pesca artesanal (Figura 11). Todavia, mais do que existir infraestruturas, é necessário que estas apresentem boas condições de funcionamento, assim como, sejam de fato acessadas pelos (as) pescadores (as) artesanais. Desta forma, a pesquisa em tela, busca além de identificar as infraestruturas existentes, compreender também o estado de funcionamento e a responsabilidade de manutenção destas e a propriedade sobre tais estruturas, de forma que permita identificar a qualidade e se os acessos a tais estruturas são garantidos à comunidade pesqueira em geral, ou apenas parte dela.

Como podemos observar (Figura 11), em todos os municípios da região da Baía de Guanabara, há infraestruturas de apoio à cadeia produtiva da pesca, que certamente corroboram positivamente com várias comunidades pesqueiras. Todavia, nem sempre foram encontradas informações sobre seu estado de funcionamento, manutenção, e responsabilidade ou propriedade sobre tais infraestruturas. Ou seja, poucas são as informações sobre a utilização das estruturas e quem realmente a acessa, ou se são de propriedade privada ou pública. Contudo, detalhamentos existentes sobre as infraestruturas de apoio à cadeia produtiva da pesca na região são apresentados nas tabelas, presentes no Apêndice 1.

Ademais, fato que, a Baía de Guanabara enquanto uma região metropolitana, com forte produção pesqueira, abarca diversas comunidades pesqueiras e atores sociais, e também infraestruturas de apoio à atividade pesqueira, contudo, poucos dados específicos a respeito. Considerando a dinâmica da pesca já descrita até aqui, e a falta de acesso a tais dados, é possível que em sua maioria essas infraestruturas pertençam ao setor privado, e de fato até mesmo as infraestruturas e não apenas as informações sobre elas não estejam também disponíveis ao acesso pela maioria dos(as) pescadores(as). Enfim, a questão que se coloca nessa região, não é sobre ausência de infraestrutura, mas

principalmente sobre a propriedade dessa, pois em geral aqueles que detêm a propriedade que determinam quem acessará, e conseqüentemente tem grande influência sobre a dinâmica da cadeia produtiva.

Figura 11- Infraestruturas da cadeia produtiva da pesca presentes na região da Baía de Guanabara.



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de FIPERJ(2013), FIPERJ(2015a), FNTTAA(2017), Itaboraí Prefeitura (2017), O Fluminense(2017), WALM(2015c).

* O mapa contém a identificação das infraestruturas existentes, contudo, os pontos de cada infraestrutura não estão georreferenciados por falta de dados confiáveis relacionados.

Destaca-se que todos os municípios da região possuem infraestruturas de embarque/desembarque de embarcações pesqueiras (FIPERJ, 2015a), porém, não foram encontradas informações que permitissem a análise sobre o estado de funcionamento destas. De acordo com Jablonski *et al.* (1997) enquanto descargas no entreposto da Ilha da Conceição e nas indústrias de processamento de pescado são realizadas pela chamada frota industrial, na área da baía da Guanabara, existe um grande número de pontos onde se concentram os desembarques artesanais, como: Jurujuba, Ilha da Conceição, Ponta da Areia, Praia Grande, Gradim, Itioca, Ramos, Ilha do Governador, Mauá, Piedade e Suruí.

Quanto à responsabilidade e/ou propriedade sobre estas, obteve-se dados apenas para algumas comunidades pesqueiras como: Porto da Chacrinha, em Duque de Caxias; Itambi, em Itaboraí; Jurujuba, Ponta d'Areia, Ilha do Caju, Itaipu, Ilha do Governador e Ilha da Conceição, em Niterói; e Gradim em São Gonçalo. Na maior parte dessas comunidades citadas, pode-se inferir que as infraestruturas identificadas são de uso coletivo, visto que têm como responsável tanto entidades representativas de pescadores como órgãos governamentais como prefeitura, estado, etc. Todavia, há também infraestruturas de responsabilidade do setor privado. Nas tabelas do Apêndice 1 pode ser observada a descrição das informações existentes sobre cada tipo de infraestrutura para cada comunidade, conforme município a que pertence.

Considerando que as infraestruturas que são de responsabilidade de entidades e/ou grupos representativos de pescadores(as) artesanais, e/ou de órgãos governamentais têm o aspecto de representar demandas coletivas, e a priori deve ser de acesso comum por toda a comunidade pesqueira, é importante destacar quais são essas infraestruturas identificadas na Baía de Guanabara, visto que, permite tanto identificar as condições das comunidades de acesso a serviços e demandas supridas, quanto para facilitar o acesso a essa comunidade e possíveis ações futuras para mitigação e/ou compensação de impactos.

Nesse sentido, podemos compreender as seguintes infraestruturas de uso coletivo e público:

- i. Embarque e desembarque – o Porto da Chacrinha responsabilidade da Associação de Pescadores do Porto da Chacrinha em Duque de Caxias; um entreposto⁷, na comunidade de Itambi, administrado pela Associação de Caranguejeiros e Pescadores de Itambi, em Itaboraí; o Cais da Boinha na comunidade de Ponta d'Areia, de responsabilidade da Prefeitura de Niterói, o Terminal Pesqueiro Público do CIPAR - Centro Integrado de Pesca Artesanal, de responsabilidade da Colônia Z8 em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional,

⁷O entreposto, inaugurado em 2010, resultante de uma parceria entre a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca e a Secretaria de Educação e Cultura de Itaboraí, e a Associação de Caranguejeiros e Pescadores de Itambi. O local ganhou frigorífico e equipamentos para realizar o corte dos peixes em filés. A iniciativa beneficia diretamente 78 profissionais que tiram do manguê e do mar o sustento das suas famílias. Agora, além de catar caranguejo, poderão pescar e todo peixe será comprado pela Secretaria de Educação. A Secretaria de Agricultura dá assistência aos pescadores (Itaboraí Prefeitura Blog Oficial, 2010).

Abastecimento e Pesca do Estado do Rio de Janeiro, o Cais em Ilha do Caju, de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento da Pesca - CODEPE, o Cais de Jurujuba de responsabilidade da Colônia de Pescadores Z8, e a Praia de Itaipu, em que se utiliza do espaço da beira da praia para o desembarque e comercialização do pescado, todos esses no município de Niterói; e o Cais de responsabilidade da APELGA - Associação de Pescadores Livres do Gradim e Adjacências, na comunidade de Gradim em São Gonçalo (FIPERJ, 2015a; FIPERJ, 2013; FNNTNA, 2017; ITABORAÍ PREFEITURA, 2017; O FLUMINENSE, 2017; SILVA et. al., 2007; WALM, 2015).

ii. Fabricação e comercialização de gelo – na comunidade de Gradim – São Gonçalo, de responsabilidade da Associação dos Pescadores Livres do Gradim e Adjacências; na comunidade de Jurujuba - Niterói, de responsabilidade da Colônia Z8 (FIPERJ, 2015a; FIPERJ, 2013; SILVA, 2013).

iii. Beneficiamento e comercialização de pescado - na comunidade de Jurujuba-Niterói, há um Centro de Beneficiamento em funcionamento, atuando em beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescados, sendo de responsabilidade da ALMARJ - Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba; uma infraestrutura na comunidade pesqueira de Copacabana – Rio de Janeiro, em total funcionamento, de responsabilidade da Colônia Z13, mas que de acordo com Ecomar (2009) foi arrendado⁸ não havendo disponíveis informações mais recentes sobre o fato. Também nessa mesma infraestrutura ocorre armazenamento e comercialização de pescados; na comunidade de Ilha da Conceição, em Niterói. O Cais Sardinha 88, possui área para comercialização, onde ocorre pregão de pescados três vezes por semana; na comunidade de Gradim-São Gonçalo, a Associação: Associação dos Pescadores Livres do Gradim e Adjacências (APELGA) também atua

⁸ Toda a estrutura das bancas, de beneficiamento, armazenamento, conservação e pesagem existente pertence à colônia, porém está arrendada a um comerciante, e no contrato foi acordado que pescadores poderiam dispor da infraestrutura de armazenamento, conservação e pesagem existente, bastando para isso o pagamento da mensalidade de R\$ 12,00 à Colônia (ECOMAR, 2009).

no armazenamento e comercialização de pescados (ECOMAR, 2013; FIPERJ, 2015a; FIPERJ, 2013; SILVA, 2013).

Ainda no que tange à comercialização do pescado, é importante destacar na região, o Mercado de São Pedro, tradicional mercado público de pescados e frutos do mar, localizado no município de Niterói. Jablonski *et al.* (1997) cita também a existência de mais uma infraestrutura desse tipo, o Mercado do Produtor⁹ na Barra da Tijuca no município de Rio de Janeiro, assim como, o Mercadinho dos Pescadores Artesanais, na Praia dos Amores, Quebra Mar. Segundo os autores *“Os mercados têm como principal atrativo uma maior oferta de pescado, preços mais baixos e, principalmente, a sugestão de um produto ‘mais fresco’ e de melhor qualidade, do que o similar oferecido nas feiras, peixarias e supermercados”* (JABLONSKI *et al.*, 1997, p. 22).

Além das infraestruturas já citadas em toda a região: na comunidade de Jurujuba (Niterói) são encontradas também infraestruturas, como: 1 Loja de Suprimentos juntamente a estrutura do Cais da CODEPE; Câmara Frigorífica e Câmara Isotérmica, sendo ambas de responsabilidade do setor privado (FIPERJ, 2013).

Por fim, observa-se, que em relação às infraestruturas da cadeia produtiva da região da Baía de Guanabara, em geral não foram encontrados dados que permitam a caracterização destas enquanto seu estado de funcionamento. Já quanto, às informações sobre responsabilidade das infraestruturas, destaca-se a predominância do setor privado. Todavia, cabe ressaltar, que não diretamente essa definição de “setor privado” pressupõe que essas estruturas sejam de responsabilidade de empresas de grande porte ou sem envolvimento direto com a pesca artesanal.

A priori significa que são personalidades jurídicas cadastradas enquanto responsáveis, que pode envolver inclusive grupos de pescadores representados por associações, cooperativas etc. Ao mesmo tempo, há que se considerar que a atuação de empresas é significativa na região em tela. Um exemplo é a empresa Fênix Pescados, que de acordo FIPERJ (2013), possui o principal entreposto particular do município de São Gonçalo, havendo no local também a abastecimento de gelo e óleo diesel realizado

⁹O Mercado do Produtor da Barra situa-se na Av. Ayrton Senna, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, sendo relativamente recente, com pouco menos de dez anos de atividades. O mercado comercializa, em seus 20 boxes, em torno de 70 t de pescado por mês, sendo 50 t de peixes e moluscos e 20 t de crustáceos. Por estar situado em uma área nobre da cidade, habitada por consumidores de alto poder aquisitivo, oferece produtos de qualidade superior (JABLONSKI *et al.*, 1997).

por outras empresas privadas. A responsabilidade do setor público sobre determinadas infraestruturas foi identificada apenas em algumas comunidades pesqueiras dos municípios de Itaboraí e Niterói, onde governos municipais e/ou estaduais são identificados respectivamente como responsáveis por estruturas armazenamento e/ou comercialização, e ponto de desembarque de pescado.

Em Niterói, vale salientar que tal infraestrutura identificada diz respeito ao Terminal Pesqueiro Público do Estado, uma das unidades do Centro Integrado de Pesca Artesanal/CIPAR, construído em uma área de 7.200m² na Avenida do Contorno, às margens da Baía de Guanabara, no Barreto, Zona Norte de Niterói. Foi inaugurado em dezembro de 2013. Porém não chegou ao seu funcionamento pleno, e informações disponíveis na web pressupõe que segue sem funcionamento (WALM, 2015d; FTTAA, 2017; O FLUMINENSE, 2017). Sobre o Mercado de São Pedro, embora se entendo como uma infraestrutura pública, não foram encontradas informações a respeito da responsabilidade sobre sua gestão.

A responsabilidade na gestão de infraestrutura sob o setor privado pode representar um fator de vulnerabilidade e de baixa autonomia aos (as) pescadores (as), uma vez que, tais infraestruturas são de extrema importância para a atividade pesqueira, e quando o setor privado atua nestas, podem se estabelecer relações de dependência estando os (as) pescadores (as) sujeitos ao controle daqueles que detém as infraestruturas das quais dependem. Mesmo quando não é o setor privado que detém as estruturas também pode haver assimetrias de poder e acesso as mesmas, ou seja, até mesmo em caso de associações e/ou cooperativas, dentre outros órgãos que a priori deveriam representar interesses coletivos, podem e infelizmente também é comum, que tais organizações acabem se apropriando das infraestruturas. E além de gerir, podem acabar por definir qual pescador (a) tem ou não acesso à estrutura, associado e não-associado “tem pesos” diferentes e nem mesmo é oportunizado a todos os grupos de pescadores(as) integrarem uma dada entidade.

3.8.Conflitos e/ou problemas

Problemas e Conflitos são conceitos complementares na gestão ambiental, em que “Problema” é considerado como: situações onde há risco ou dano social/ambiental e não há nenhum tipo de reação por parte dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil face ao problema; enquanto que “Conflitos” são aquelas situações onde há

confronto de interesses representados por diferentes atores sociais, em torno da utilização e/ou gestão do meio ambiente (QUINTAS, 2006). Ou ainda como abordam Carvalho e Scotto (1995) conflitos socioambientais são aqueles conflitos sociais que apresentam elementos da natureza como objeto, expressando relações de tensão entre interesses coletivos e/ou espaços e bens públicos *versus* interesses privados ou tentativas de apropriação de espaços e bens públicos.

A priori, é importante destacar que foi comum entre os estudos e diagnósticos disponíveis analisados, a não dissociação por parte da equipe técnica responsável pelos mesmos, do que representa problemas e o que se categoriza enquanto conflito, ainda que ao ser expresso pelas comunidades, estas compreendam os como sinônimos. Identifica-se a necessidade de orientação de estudos, que trabalhem tais conceitos considerando suas especificidades, de forma a possibilitar maior embasamento ao processo de ensino-aprendizagem destinado à gestão ambiental, incluindo uma análise em relação à escala dos conflitos, dado que conflitos localizados são abordados de forma similar a conflitos regionais.

Também são abordados, nos diagnósticos, não apenas os conflitos ambientais, mas os conflitos inter e intrainstitucionais. Ainda que ambos sejam relevantes ao desenvolvimento dos PEAs e PCAPs, os conflitos ambientais estabelecem a centralidade das ações necessárias ao processo pedagógico referente à compreensão dos(as) pescadores(as) no que tange a problemática ambiental e seu enfrentamento no campo da gestão ambiental. Os demais conflitos dizem respeito aos processos mais internos da comunidade e que demandarão estratégias e/ou um olhar mais atento para equipe técnica.

E, ainda, há uma mistura entre elementos que causam o conflito com conseqüências destes ou mesmo aspectos sociais estruturais. Ainda que relevantes, os processos pedagógicos que pressupõe os diagnósticos participativos deveria cotejar essas questões e estabelecer essas relações com os sujeitos, o que aparentemente não tem ocorrido.

Posto isto, os dados denotam que na Região da Baía de Guanabara há diferentes problemas e conflitos que afetam diretamente a atividade pesqueira artesanal (Quadro 3), e com diversas origens, dentre elas: impactos da cadeia produtiva da atividade petrolífera; problemas com a própria classe pesqueira artesanal; deficiências quanto ao acesso a serviços públicos; além de problemas de saúde que acometem os trabalhadores da pesca, entre outros.

Quadro 3 - Problemas/conflitos predominantes na literatura sobre a atividade pesqueira na Baía de Guanabara.

Problemas/Conflitos	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaboraí	Magé	Niterói	Rio de Janeiro	São Gonçalo	Total de problema/conflito
Impactos associados à cadeia produtiva do petróleo e gás (Impactos e conflitos com REDUC; poluição das águas; Relação instável com a COMPERJ; Área de restrições de pesca e redução dos recursos pesqueiros)	3	3	4	4	2	2	5	23
Área de restrições de pesca e redução dos recursos pesqueiros/ Área de restrições de pesca devida à APA de Guapimirim		1	1	1			1	4
Assoreamento dos corpos hídricos	1		1	1	1		1	5
Conflitos de violências contra os pescadores da AHOMAR	1	1	1	1	1	1	1	7
Dificuldade na permanência do pescador artesanal na atividade pesqueira/Desorganização da classe de pescadores (as)/Descaracterização da pesca artesanal			1	1	2	1	1	6
Vulnerabilidade social/Falta de acesso a equipamentos públicos/Ocupações irregulares	1		2	2	1	2	2	10
Problemas relacionados à falta de saneamento básico/Poluição das águas devido aos problemas de Saneamento Básico	2	1	2	2	2	2	2	13
Problemas associados à cadeia produtiva da pesca - Problemas na comercialização dos pescados/ Problemas nas infraestruturas de desembarque pesqueiro			1	1	1	1	1	5
Violência urbana	1		1	1	1	1	1	6
Total de conflitos/problema para os municípios	9	7	15	15	13	11	16	

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados de Chaves (2011), Dias (2005), Ecomar(2009), Rosa e Mattos (2010), WALM (2015a), WALM (2015d), WALM (2017).

Grande parte dos municípios que integram a região possui problemas e conflitos semelhantes e que se interrelacionam. Tal característica parece ter relação com o histórico de ocupação e desenvolvimento da região, que já foi abordado no início desse relatório. Diante disso, pode se inferir que as características naturais da região e o processo de constituição histórico e de ocupação da Baía de Guanabara, com diversas lacunas relacionadas a planejamento urbano, ambiental, e com a implantação de atividades industriais, portuárias, petrolífera, bem como, ao turismo, e os impactos decorrentes disso, superam os limites municipais territoriais, e transformam a região em um emaranhado de problemas, impactos e conflitos.

A região da Baía de Guanabara possui diferentes tipos de problemas que comprometem os modos de vidas dos pescadores e pescadoras artesanais. Ao longo dos documentos analisados, percebeu-se a predominância de determinados problemas e/ou conflitos que caracterizam a região. Dentre as questões citadas, destacaram-se: i) problemas e impactos e conflitos associados à cadeia produtiva do petróleo e gás como, por exemplo, as questões de violência contra pescadores representados pela AHOMAR associação que atua nos sete municípios; ii) problemas relacionados à falta de saneamento básico; e iii) problemas associados à vulnerabilidade social, por falta de acesso a equipamentos públicos, dentre outros fatores.

A ocupação industrial e o aumento da densidade populacional no entorno da Baía de Guanabara, associados à falta de planejamento e fiscalização adequada, corroboram em pressão sobre equipamentos e serviços públicos, aumento de níveis de violência, e entre outros aspectos. Que atrelados à falta de investimentos e políticas públicas para tal, culminam em condições sociais precárias, além de pressão sobre o ambiente natural, como por exemplo, a contaminação de recursos hídricos que diante do aumento populacional é agravada pela falta de saneamento básico, e com impactos severos decorrentes de atividades industriais (FERREIRA, 2011).

Os principais problemas e conflitos identificados têm relação com a cadeia produtiva do petróleo, e demais empreendimentos altamente impactantes, que conforme análises documentais estão vinculadas principalmente a impactos como: restrições de área de pesca, e poluição das águas devido à cadeia produtiva do petróleo e gás (manchas de óleo na água e despejo de produtos químicos), os conflitos de relação com o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ e a Refinaria de Duque de Caxias - REDUC. A restrição das áreas de pesca é um impacto significativo sobre a

pesca artesanal. Vale lembrar, conforme exposto anteriormente, que apenas 12% a 25% da Baía de Guanabara, está livre de qualquer restrição à pesca (CHAVES, 2011).

Além da violência urbana evidente na região metropolitana estudada, destaca-se também violência direta contra os próprios pescadores artesanais que é bastante citada em estudos analisados. Um exemplo disso são as questões violentas relacionadas aos conflitos entre a indústria petrolífera e a AHOMAR - Associação de Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara. A AHOMAR foi fundada com a perspectiva de atuar na busca pelos direitos dos pescadores. É uma associação que abrange os pescadores de todos os sete municípios da Baía de Guanabara, e tem sua sede no município de Magé e cujas lideranças são ameaçadas devido sua atuação (CHAVES, 2011).

Diante da magnitude dos empreendimentos atrelados ao COMPERJ, a AHOMAR passou a organizar ações de protesto e denúncias contra as ações e a instalação de determinados empreendimentos na Baía de Guanabara. A luta contra esses grandes empreendimentos trouxe consigo a violência contra os pescadores, e quatro pescadores perderam suas vidas (MALERBA E RAULINO, 2013; ROUGEMONT E PÉREZ, 2012).

Vale salientar que os pescadores que enfrentam as ameaças da COMPERJ, são os mesmos que também enfrentam conflitos ocasionados pela Refinaria de Duque de Caxias, e outros empreendimentos na área (ROUGEMONT E PÉREZ, 2012). Ou seja, não são casos específicos, não é apenas um empreendimento que causa transtornos territoriais, ambientais e violentos. É o modelo de “desenvolvimento” e/ou crescimento de uma sociedade que vem dando sinais de crise, mas que continua sendo incentivado pelo Estado, e recebendo licença para atuar.

Tais tragédias não se configuram, portanto, em casos isolados e desconexos entre si, mas em reflexos das consequências desastrosas que as parcerias público-privadas que mobilizam a instalação do maior Complexo Petroquímico da América Latina têm gerado (ROUGEMONT e PÉREZ, 2012, p. 12.)

Na busca por solução das agressões cometidas aos pescadores da associação, diferentes organização e instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro (OAB/RJ) e a Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ, realizam manifestação na defesa da AHOMAR, passando a exigir a apuração dos crimes (DIAS, 2013). Outras medidas de apoio e busca por segurança aos pescadores foram e são necessárias, como por exemplo, a inclusão do presidente da AHOMAR no Programa de

Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), e o abandono de sua residência em Magé, acompanhado de sua família, devida as diversas ameaças e riscos de vida (FAUSTINO, 2013).

Não obstante, salienta-se que diante de todos os problemas e conflitos vivenciados pelas comunidades pesqueiras artesanais da Baía de Guanabara, uma ação representa uma importante estratégia de resistência e luta. A criação no ano de 2012, do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica das cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG, que reúne¹⁰ diversas instituições e indivíduos, que visam garantir maior controle social e participação da população e grupos afetados nas decisões relativas às atividades industriais particularmente relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica na região (MALERBA E RAULINO, 2013).

Portanto, o cenário é preocupante, injusto e perigoso. Muito além de apropriação sobre o território e recursos naturais; de impactos diretos, indiretos, e cumulativos sobre ambiente natural, cultural e construído. Mais do que problemas e conflitos, a indústria petrolífera vem interferindo em vidas e inclusive corroborando em perda desse direito: o direito à vida. E isso, não somente no sentido de mudar as dinâmicas de pesca, restringindo acesso ao ambiente e território, e conseqüentemente modificando as vidas dos (as) pescadores (as) artesanais, que precisam buscar novos espaços e estratégias para continuarem mantendo suas formas de vidas. As mudanças e interrupções são no sentido literal! Vidas foram ceifadas, e são modificadas a cada atividade empreendimento diariamente, sem muita chance de uma realidade diferente, que permita manter a segurança dos indivíduos.

Diante de tudo isso, cabe a busca por uma gestão ambiental pautada na justiça ambiental¹¹. É necessário que instrumentos de gestão, sejam levados a sério. Mas também é necessário repensar sistemas de produção e reprodução da sociedade em que vivemos e priorizar direito à vida e ambiente equilibrado, e não apenas manutenção de sistemas produtivos. Ou seja, mais do que conflitos entre atividades produtivas e visões de mundo ou de modelos produtivos, estamos falando aqui de direitos humanos, de vidas, e valores.

¹⁰ A Declaração de lançamento do FAPP-BG descreve como seus integrantes: representantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores e estudantes do entorno da Baía de Guanabara (FAPP-BG, 2013).

¹¹ Justiça Ambiental, de acordo com Acselrad et. al. (2004, p. 10) trata-se de “*princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo*”.

Por fim, destaca-se que a temática relacionada aos conflitos ambientais vivenciados pelas comunidades pesqueiras na zona costeira do estado do Rio de Janeiro, será mais profundamente analisada e discutida ao decorrer da presente pesquisa, atendendo a Meta 3 do referido projeto.

De fato, o que é apresentado neste relatório é apenas a sistematização dos diagnósticos e levantamentos realizados, envolvendo a aplicação de metodologias participativas realizadas junto a pescadores (as) artesanais, comumente sem análise crítica que identifique o que se caracteriza enquanto problema e/ou conflito, aspectos e/ou impactos ambientais, ou as inter-relações como cumulatividade e sinergia.

Na prática, entende-se que os resultados pode ter sido apenas compilados. O que fica aparente é que durante o levantamento de dados, foi questionado aos (as) pescadores (as): “*Quais problemas e/ou conflitos enfrentados?*” e as repostas foram compilados aos documentos.

3.9. Projetos desenvolvidos nas comunidades pesqueiras

A presente pesquisa buscou investigar a existência de iniciativas, projetos, programas ou ações desenvolvidas junto às comunidades pesqueiras, com intuito de possibilitar melhorias na qualidade de vida, participação social, geração de renda, preservação do meio ambiente, entre diversas outras linhas que possam existir, e tendo como proponente qualquer setor da sociedade. Ou seja, não se considera apenas ações desenvolvidas no âmbito do licenciamento ambiental e medidas mitigadoras, mas projetos de mais variadas origens e objetivos.

Isso por que, conhecer o envolvimento das comunidades pesqueiras em projetos sociais e/ou ambientais, de geração de trabalho e renda, de formação, qualificação, e melhoria na qualidade de vida de forma geral, pode contribuir na compreensão sobre o nível de organização da comunidade, da participação ou até mesmo o alijamento político e/ou sua (in) visibilidade diante da sociedade. Ademais, identificar projetos já desenvolvidos, o acesso a estes e a eficácia das propostas, pode embasar decisões sobre quais projetos podem ser mais bem inseridos na comunidade futuramente, seja como ação de mitigação e/ou compensação dos impactos das atividades petrolíferas, seja em uma perspectiva complementar as ações do licenciamento ambiental, ou até mesmo outros tipos de iniciativas sociais.

Além disso, identificar os envolvidos e/ou responsáveis pelos mesmos, é de suma importância por que permite reconhecer quais grupos e atores tem mais atuação e organização política na comunidade, delimitando tanto possíveis parceiros, quanto quais grupos podem ser contatados para incentivar participação, cidadania e autonomia.

A priori, cabe destacar que vários projetos socioambientais são desenvolvidos na região em tela, tendo como público-alvo comunidades vulneráveis, jovens, mulheres etc. Logo, de certa forma, é provável que pescadores e pescadoras artesanais, e seus filhos participem de várias ações desenvolvidas na região. Todavia, em sua maioria, tais ações ou projetos, não descrevem diretamente pescadores (as) artesanais enquanto público-alvo. Dessa forma, buscando garantir a qualidade da informação, e de análise sobre questões que se relacionam diretamente a realidade da pesca artesanal, apresentamos informações de projetos e /ou ações que tenham como público alvo apenas pescadores(as) artesanais, ou que mesmo com outros públicos alvos integre alguns atores de comunidades pesqueiras.

Sendo assim, em relação a iniciativas e/ou projetos desenvolvidos junto a pescadores(as) artesanais nos municípios da região da Baía de Guanabara (Quadro 4), observam-se ações que vão desde a geração de renda, melhorias na cadeia produtiva da pesca, quanto sensibilização ambiental ou ações socioambientais, processos formativos – na perspectiva de ações que proporcionem novos conhecimentos e reflexões à comunidade em sua formação tanto como cidadão quanto profissional –dentre outros.

Quadro 4 - Projetos predominantes nos estudos sobre a região da Baía de Guanabara.

Projeto/Ação	Descrição	Instituição	Período	Municípios
Projeto Ato e Arte de Tubiacanga	Visa à qualificação profissional e geração de trabalho e renda, através de cursos de corte, costura, modelagem, pintura e bordado.	Assistência do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP Rio de Janeiro). Cursos técnicos oferecidos pela Empresa FURNAS	S/I	Rio de Janeiro (Ilha do Governador)
Projeto Baía Limpa, Vivências para cidadania, trabalho, educação e Desenvolvimento sustentável	Elaborar um diagnóstico qualitativo e quantitativo dos resíduos encontrados na Baía de Guanabara.	Petrobras, FEPERJ, FIPERJ, UERJ.	Jan/2009 a Fev/2010	Magé; Rio de Janeiro; São Gonçalo
Projeto Defeso	Durante o período de defeso do caranguejo-uçá, a Prefeitura de Itaboraí oferece cesta básica para famílias de catadores do caranguejo, e cursos que podem ser de capacitação profissional ou de atividades inerentes à profissão, como aulas de primeiros socorros e de reparos e confecção de embarcações.	Prefeitura de Itaboraí e Instituto de Desenvolvimento Humano - IDH	Início em 2001	Itaboraí
Projeto Jurujuba	Contribuir para o desenvolvimento local sustentável da vila pesqueira de Jurujuba em Niterói-RJ, oferecendo oportunidades de acesso à educação e às artes para crianças e capacitação e geração de renda para jovens e adultos da comunidade.	Petrobras e Governo Federal	Início em 1998	Niterói
Projeto Mangue Vivo	Visa à recuperação de áreas degradadas de manguezais no entorno da Baía de Guanabara, situadas entre os limites municipais de Magé e Duque de Caxias.	Instituto OndAzul	Início em 2001	Duque de Caxias
Programa Plataforma Educativa	Orientar alternativas para o aproveitamento do pescado de baixo valor comercial.	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ); Repsol - Instituto Atlantis Preservação Ambiental.	Realizado em 2013	Niterói
Programa de Revitalização da Pesca Artesanal	Proporcionar melhorias urbanas (infraestrutura) para as comunidades pesqueiras	SEDRAP - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca	Início em 2013	Niterói
Programa de Revitalização da Pesca Artesanal em SãoGonçalo.	Proporcionar melhorias urbanas (infraestrutura) para as comunidades pesqueiras.	SEDRAP - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca	Início em 2014	São Gonçalo
Projeto Reviver Paquetá	Conservar a área e seus atrativos, desenvolvendo ações de i) sensibilização, mobilização, articulação e qualificação profissional aos moradores da região, incluindo pescadores artesanais; ii) diversificação da oferta e promoção de produtos e serviços turísticos da Ilha.	Casa de Artes Paquetá com apoio do Ministério do Turismo	2009 a 2010	Rio de Janeiro

Projeto para Conservação e Reflorestamento dos Manguezais	Reflorestamento de manguezais.	Consórcio de ONGs lideradas pela Fundação Onda Azul, Associação Projeto Roda Viva, Associação de Proteção a Ecossistemas Costeiros (APREC), Centro Fluminense de Estudos e Atividades sobre Ecologia e Qualidade de Vida (UNIVERDE), e Centro Afro da Comunidade Brasileira (CACEB)	S/I	S/I
Projeto Uçá	Disseminar informações de forma coloquial, aumentando o conhecimento sobre o caranguejo uca e seu ecossistema, e promovendo a sustentabilidade, visando assim, contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região leste da Baía de Guanabara e seu entorno.	ONG Guardiões do Mar, patrocinado pelo Programa Petrobras Socioambiental. Parceiros: APA de Guapimirim e ESEC Guanabara – ICMBio/RJ; ESEC Carijós – ICMBio/SC; e Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC/RJ.	Início em 2012	Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Guapimirim,

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados de Ferreira (2011), O Globo (2017), Pinto (2013), Plurale (2017), Prefeitura Municipal de Itaboraí (2015), Projeto Uçá (2018), Reviver Paquetá (2018), Revista Furnas (2007), Sevá (2013), WALM (2015a), WALM (2015d). S/I = Sem Informação

Na região destacou-se a existências de ações e projetos socioambientais, que abarcam processos formativos e/ou profissionalizantes, geração de renda, conscientização ambiental, entre outros. Projetos relacionados à geração de renda são ações que comumente propõe inserir alternativas aos(as) pescadores(as) para complementar a renda familiar. Tais atividades em geral envolvem qualificações profissionais ou iniciativas tanto para a atividade pesqueira, como fora dela, essa última, muitas vezes através da proposição de inserção das mulheres das comunidades na confecção de artesanatos e costuras. Todavia, merecem atenção, uma vez que, mesmo podendo representar complementaridade à renda familiar, pode também distanciar pescadoras e pescadores da atividade pesqueira.

Projetos com ações que visam à geração de melhorias na cadeia produtiva da pesca foram identificados nos municípios de Itaboraí, Niterói e São Gonçalo. Em Itaboraí o Projeto Defeso. Em relação a Niterói, na comunidade de Itaipu se tem o Programa de Revitalização da Pesca Artesanal. Em São Gonçalo, na comunidade de Gradim, também se teve a ocorrência do Programa de Revitalização da Pesca Artesanal (WALM, 2015a).

Percebe-se a diversidade de projetos já desenvolvidos ou em desenvolvimento na região da Baía de Guanabara, abrangendo todos os municípios. Destaca-se a atuação da Petrobrás como instituição parceira dos projetos, através de iniciativas de responsabilidade social. Além da Petrobrás, outras instituições (governamentais e não-governamentais) e empresas, comumente são responsáveis ou parceiros de iniciativas, como a FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro), SEDRAP (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca), ONGs (Organizações Não Governamentais), Prefeituras Municipais, Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP Rio de Janeiro), dentre outros.

Uma das ações bastante incidente nos estudos sobre a região é o projeto conhecido como “Baía Limpa” ou “Baía Limpa: Vivências para cidadania, trabalho, educação e desenvolvimento sustentável”, financiado pela área de Gás e Energia da Petrobras, e realizado pela UERJ em um convênio com a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ), ocorreu entre 2009 e 2010. O projeto tinha como intuito, monitorar os resíduos sólidos presentes na Baía de Guanabara, através de um diagnóstico qualitativo e quantitativo, gerando dados ao poder público, para que este venha a elaborar políticas para a área (FERREIRA, 2011; PINTO, 2013). Esse projeto, originado de uma discussão entre pescadores e representantes da Petrobras para definir formas de mitigação de impactos da petroleira, utilizava de mão de obra dos pescadores

para monitorar os resíduos, ou seja, contratavam pescadores para em determinados dias da semana lançassem suas redes para recolher resíduos nas águas da Baía de Guanabara e/ou afluentes(PINTO, 2013).

Tal ação embora realmente possa significar aumento de renda a alguns pescadores, na prática, não tem potencialidade de mitigar impactos e contribuir com a emancipação dos pescadores(as). Pelo contrário, pode representar na verdade uma transferência de responsabilidades, pois recai sobre o pescador a função de solucionar problemas que dizem respeito ao poder público e empresas poluidoras, como o gerenciamento de resíduos, e também altera a dinâmica de trabalho dos pescadores, uma vez que, eles passam a ter como incumbência outras atividades no mesmo espaço em que se utilizam para a atividade pesqueira. Ou seja, além de responsabilizar parcela da população sobre problemas ambientais gerais e coletivos, se desestrutura a atividade econômica que garante a reprodução social desses atores mascarado no discurso de ações nobres como solucionar problemas ambientais. A questão aqui, além do objetivo de projetos, é discutir se tais ações, realmente são eficazes na busca por soluções de problemas e conflitos socioambientais, e o que representam de fato à sociedade e sua forma de desenvolvimento.

Observou-se que a dominação destas empresas se exerce tanto pela violência ostensiva quanto pelo incentivo ao consentimento dos pescadores, via ofertas de emprego, pagamentos etc. (...) Diversos pescadores comentaram sobre estes pagamentos “não oficiais” – se assim podemos chamá-los. (...) A empresa, segundo um pescador de Suruí, teria pago 500 reais pela primeira semana paralisada aos 270 pescadores que residem nesta localidade. (...) Além destes pagamentos, algumas empresas desenvolvem projetos e fazem doações à Colônia de Pescadores Z-9 (PINTO, 2013, p. 146).

Outros projetos realizados pela Petrobras foram o Moço de Convés que consiste na capacitação de pescadores para trabalhar em estaleiros, e um projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos. Também consta a realização de um projeto de plantio de mangue, todavia, para participar deste projeto, a Petrobras assina as carteiras de trabalho, trazendo um problema para os pescadores, uma vez que, ao assinar a carteira, ele perde o benefício de pertencer à categoria especial de pescador no INSS (PINTO, 2013).

Ou seja, é de suma importância analisar quais os objetivos desses projetos desenvolvidos junto às comunidades pesqueiras, uma vez, que tais ações podem ter potencialidade de realmente modificar a vida desses atores e atividades por eles desenvolvidas. Nesse contexto, qualquer projeto que seja classificado como uma ação de responsabilidade socioambiental ou até mesmo enquanto condicionante do licenciamento ambiental, deve ser analisado de forma crítica, por que sendo ele inserido

na realidade de comunidades pesqueiras, e dependendo da forma como é elaborado e operacionalizado, pode representar mudanças tanto positivas quanto negativas. Esta última pode desestruturar toda uma comunidade.

3.10. Políticas públicas acessadas pelos pescadores (as) artesanais

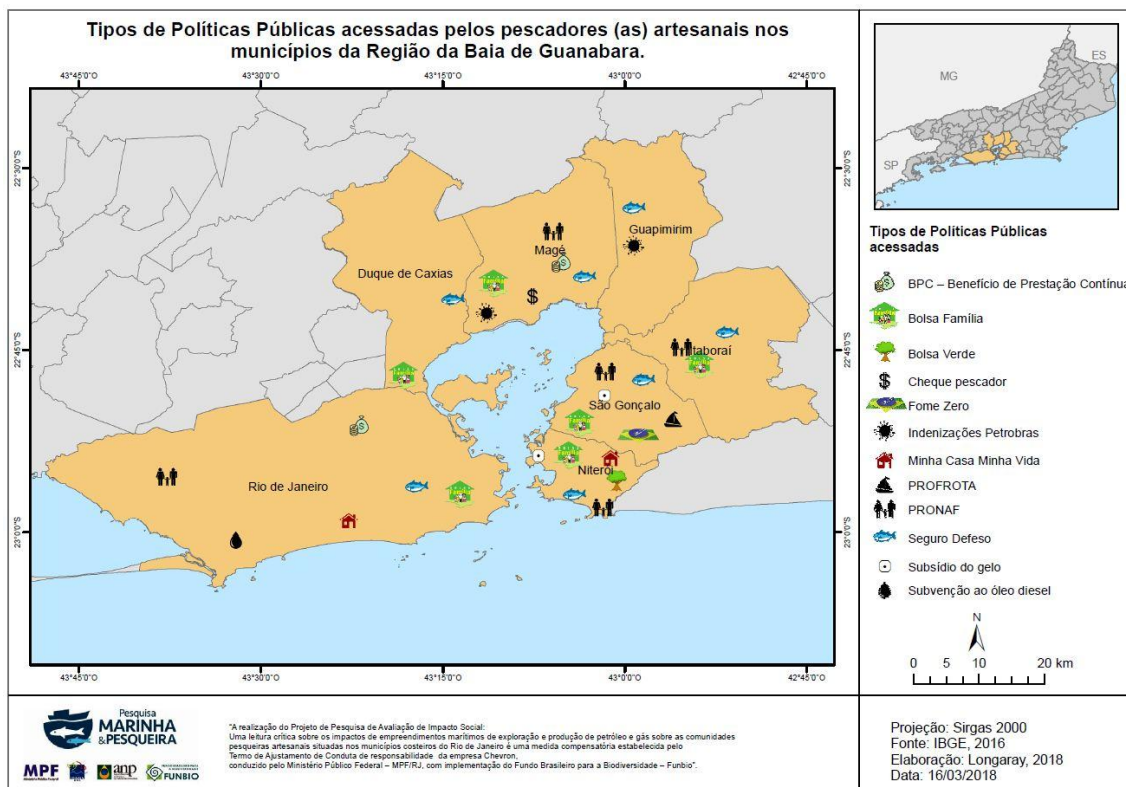
Várias são as definições para políticas públicas. De acordo com Peters (1986 *apud* SOUZA, 2006) política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Todavia, *“a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”* (SOUZA, 2006, p. 24).

Ao mesmo tempo, Souza (2006, p. 26), salienta que mais do que ações de governos, política pública, pode ser resumida *“como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”*.

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real(...). Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetida a sistemas de acompanhamento e de avaliação (SOUZA, 2006, p. 26).

No Brasil, Azevedo e Pierri (2014) ao analisarem a política pesqueira no período de 2003-2011, destacam que a política para a pesca artesanal segue a tendência geral do governo brasileiro no referido período, com foco em medidas distributivas e debilidade nas políticas universalizantes. De fato, podemos observar que na Região da Baía de Guanabara, diversas são as políticas públicas acessadas por pescadores (as) artesanais, em todos os municípios (Figura 12), que tem como objetivo desde seguridade social até fomento à atividade pesqueira e linhas de crédito. Dentre essa diversidade, as principais são: Seguro-defeso; Bolsa Família; Fome Zero; Minha Casa, Minha Vida; PRONAF; PROFROTA.

Figura 12 - Políticas públicas acessadas pelos pescadores artesanais da Baía de Guanabara.



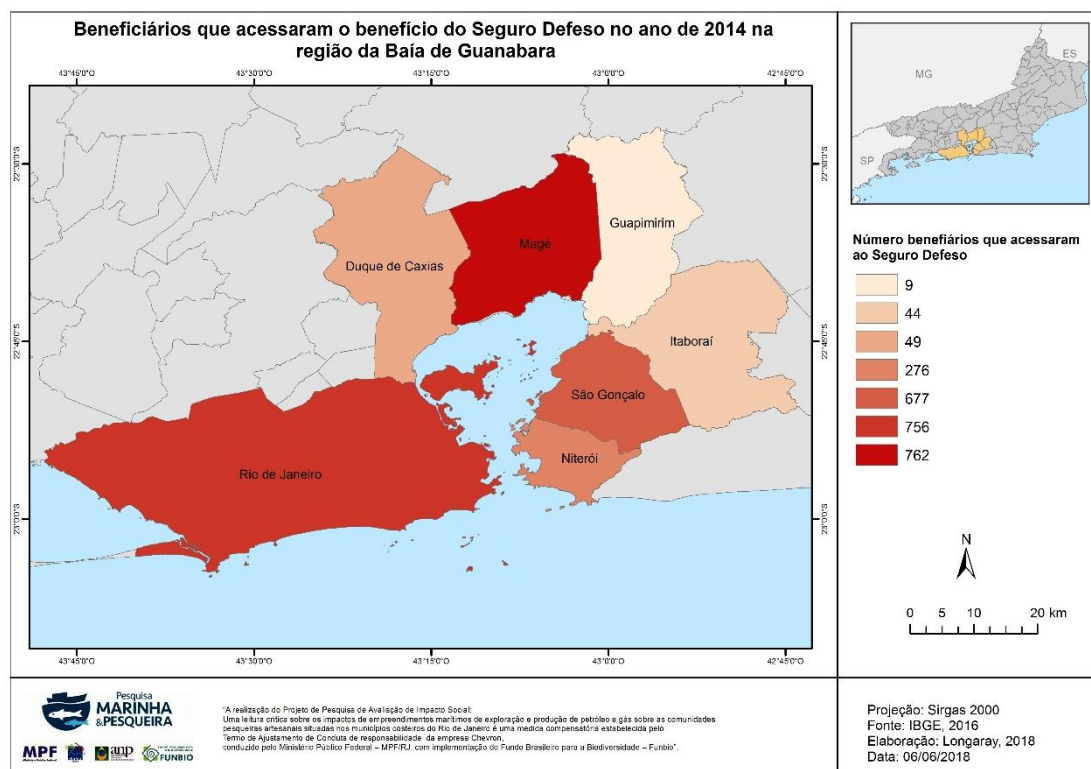
Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de FIPERJ (2015a) e Portal da transparência (2018).

Em todos os municípios da região, há pescadores(as) com acesso ao seguro-defeso (Tabela 4). O seguro-defeso trata-se de um benefício no valor equivalente à um salário-mínimo concedido mensalmente, durante o período de defeso das espécies que são controladas, ou seja, no período em que fica proibida a captura de determinado recurso pesqueiro, com vistas a garantir a preservação da espécie (BRASIL, 2003). Conforme dados do Portal Transparência, entre janeiro e dezembro de 2014, um total de 2.573 pescadores recebeu seguro-defeso na região da Baía de Guanabara (Figura 13). Se considerarmos os dados do RGP no ano de 2012, que somam 3.499 pescadores artesanais na região pode-se inferir que grande parte dos pescadores (ou quase 74%) dos pescadores tem acesso a tal política. Todavia, se considerarmos dados da FIPERJ (2015a) pode se inferir que em média apenas cerca de 30% dos pescadores recebem seguro defeso na região (Tabela 4).

Ademais, mesmo que uma parcela dos pescadores não acesse a política, não significa por si só que o seguro-defeso não seja acessível ou tenha problemas de gestão, visto que, o que define o acesso ao seguro é a dependência do (a) pescador (a) à espécie, ou seja, se a espécie em defeso é alvo da atividade desenvolvida pelo pescador. No caso de sobreposição das espécies (Tabela 4), e da apresentação de documentação necessária

para cadastro na política, a mesma em teoria é acessada. Cada pescador só pode acessar o seguro defeso sobre uma espécie, mesmo que ele pesque mais de uma.

Figura 13 – Número de beneficiários que acessam o seguro defeso na Baía de Guanabara.



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de Portal da Transparência (2018).

Observa-se que há sobreposição entre as principais espécies indicadas por pescadores artesanais e aquelas que passam por período de defeso na região (Tabela 4), assim como, há acesso ao seguro-defeso. Contudo, há incongruência entre tais dados que explicitam sobre o acesso ao seguro-defeso. Dados governamentais não coincidem com aqueles oriundos de pesquisas como da FIPERJ (2015a), assim como, próprios dados governamentais possuem divergências. Todavia, é importante ressaltar que tais aspectos não devem minimizar a relevância de tal política enquanto seguridade social, nem mesmo prejudicar a garantia de continuidade da mesma. Ao contrário, é necessário ações e pesquisas que vão de encontro a aperfeiçoamento e melhorias quanto a operacionalização e acessibilidade da mesma. Visto que, em períodos em que não se pode pescar, tal política pública pode representar a continuidade de condições de sobrevivência do(a) pescador(a) e sua família.

Tabela 4 – Informações sobre acesso ao seguro defeso na região da Baía de Guanabara.

Municípios	Espécies-alvo indicadas*		Espécies com defeso	Nº de pescadores artesanais (FIPERJ, 2015)	% de pescadores com seguro-defeso entre os anos de 2012 e 2014 (FIPERJ, 2015)	Nº de pescadores beneficiados pelo seguro-defeso em 2014	Nº de Pescadores artesanais (RGP, 2012)
Duque de Caxias	Corvina	19,43%		98	18,36	49	53
	Caranguejos agrupados	16,24%					
	Tainha	14,97%	X				
	Bagre	9,87%					
	Caranguejo-guaiaumum	9,55%	X				
Guapimirim	Caranguejos agrupados	20,00%		6	16,67	9	26
	Corvina	15,00%	X				
	Tainha	15,00%					
	Bagre	10,00%					
	Robalo-flecha	10,00%					
Itaboraí	Caranguejos agrupados	15,03%		60	56,67	44	78
	Robalo-flecha	13,99%					
	Corvina	11,54%					
	Siris agrupados	8,39%					
	Tilápia	8,39%					
Magé	Corvina	15,69%		263	49,43	762	674
	Tainha	13,83%	X				
	Bagre	9,50%					
	Camarão-Legítimo	8,99%					
	Caranguejos agrupados	8,31%					
Niterói	Anchova	8,14%		448	22,99	276	528
	Corvina	8,08%					
	Sardinha-verdadeira	5,89%	X				
	Espada	5,31%					

	Tainha	5,25%	X				
Rio de Janeiro	Corvina	15,43%		462	22,73	756	1405
	Tainha	10,16%	X				
	Anchova	9,37%					
	Camarão-legítimo	5,37%					
	Parati	4,98%					
São Gonçalo	Corvina	11,56%		651	31,03	677	1005
	Tainha	11,36%	X				
	Sardinha-verdadeira	8,61%	X				
	Camarão-legítimo	5,95%					
	Camarão-rosa	5,90%	X				

Fonte: Organizada pelas autoras com base em FIPERJ (2015a) e Portal da Transparência (2018).

* Percentual (%) de espécies alvo indicadas pelos pescadores (FIPERL 2015a).

**Dados do Portal da Transparência.

A necessidade de aprimoramento e melhores condições de acesso a tal política é ressaltada ainda, quando consideramos que é comum pescadores(as) encontrarem dificuldades para o acesso ao seguro defeso, devido a necessidade de comprovação de atuação na atividade pesqueira estar atrelada a vínculos com entidades representativas da classe, como as Colônias, e nem sempre pescadores estão vinculados, ou mantém boa relação com as mesmas, o que acaba prejudicando o acesso a tal direito.

A grande problemática de acesso ao defeso, assim como ao registro profissional é que este benefício é regulado pela lei e pelas instruções normativas, que dependendo da conjuntura, ora obriga o pescador a ter vínculo com as colônias, ora desobriga, depois de muitos conflitos inclusive mediados pela justiça, pois o vínculo institucional, dito sindical é livre para o trabalhador. E esta obrigatoriedade, muitas vezes impede o exercício da cidadania plena (SILVA, 2014, p. 6)

A divergência entre dados relacionados ao acesso ao seguro-defeso impossibilita uma análise verdadeira acerca do acesso ou não ao seguro-defeso, uma vez que entre uma fonte e outra há a redução de 44% dos pescadores que acessam esta política pública. Nesse contexto, observam-se muitas vezes os cenários precários relacionados a políticas pesqueiras, destacando a urgência de pesquisas que busquem realizar análises sobre a qualidade de tais políticas públicas e subsídios para suas melhorias.

Outra política pública de seguridade social que em grande parte dos municípios da região é acessada, é o Bolsa Família (Tabela 5). Sendo um programa do Governo Federal, instituído em 2003, para auxiliar as famílias em maior vulnerabilidade social. De acordo com MDS (2018), o Programa Bolsa Família contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, através de três eixos principais:

Complemento da renda — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. Acesso a direitos — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. [...] Articulação com outras ações — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza (MDS, 2018).

Ao todo são 420.517 famílias beneficiadas na região, que acessam ao Bolsa família, recebendo valores em torno de R\$173,90 (cento e setenta e três reais e noventa centavos). Dentre estas, 403 são famílias de pescadores cadastradas, das quais 267 foram beneficiárias do programa em março de 2018 (Tabela 5) (MDS, 2018).

Este Programa permite uma maior inclusão da mulher nas políticas públicas e sociedade. Isso por que, no programa, dentre os integrantes das famílias beneficiadas, são as mulheres que devem ser as titulares preferenciais do benefício. Críticas são tecidas a tal estratégia por pesquisadoras(es) feministas, ao considerar que essa titularidade *“direciona à mulher a responsabilidade de mediação entre o Estado e a família, enxergando-a a partir de suas atribuições maternais e, por conseguinte, reforçando os papéis tradicionais exercidos pelos sexos”*. Contudo, ao mesmo tempo, estudos ressaltam que o Programa Bolsa Família, contribui para aumento da autonomia da mulher nos espaços domésticos, visto que, através da segurança de alguma renda gera-se sentimentos de respeito próprio ou ampliações de expectativas para a vida futura que propiciam, inclusive, questionamentos sobre a autoridade masculina tradicional e a perspectiva de se livrarem de relações conjugais indesejada (BARTHOLO, 2016).

Tabela 5 - Dados sobre beneficiados(as) pelo programa Bolsa Família em Março de 2018 na região da Baía de Guanabara.

Município	Quant. de famílias beneficiárias pelo Bolsa Família	Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (R\$)	Valor médio por família	Total de famílias de pescadores cadastradas	Famílias de pescadores beneficiárias do Bolsa Família	Nº de Pescadores (RGP, 2012)
Rio de Janeiro	251.863	40.240.459,00	159,77	55	38	1405
Niterói	15.413	2.778.086,00	180,24	27	21	528
São Gonçalo	65.138	11.329.876,00	173,94	226	148	1005
Duque de Caxias	48.149	7.260.768,00	150,80	10	7	53
Itaboraí	17.949	3.453.156,00	192,39	2	1	78
Guapimirim	4.926	983.714,00	199,70	0	0	26
Magé	17.079	2.740.561,00	160,46	83	52	674
Total	420. 517	68.786.620,00	173,90	403	267	3769

Fonte: Organizada pelas autoras com base em MDS (2018) e FIPERJ (2015).

Também no âmbito de seguridade social e qualidade de vida, outro programa acessado por famílias de pescadores (as) da região, mais especificamente registrado em Niterói e Rio de Janeiro, é o Programa “Minha Casa Minha Vida (MCMV)”. Trata-se de uma iniciativa do Governo Federal, instituída em 2009, para facilitar o acesso à casa própria às famílias de baixa renda. O programa prevê diversas formas de atendimento às famílias que necessitam de moradia, considerando a localização do imóvel – na cidade e no campo, renda familiar e valor da unidade habitacional (MDS, 2018).

O Programa Fome Zero, identificado em São Gonçalo, trata-se de uma proposta de política pública, que visa garantir soberania alimentar, através da conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros – e as intervenções de ordem emergencial, definidas como políticas compensatórias, como doações de cestas básicas etc. (SILVA, 2010).

Outros tipos de políticas públicas, como aquelas relacionadas a fomento ou linhas de crédito a atividades produtivas, também são citadas para a região (Figura 12). Grande parte dos municípios que compõe a região da Baía de Guanabara possui acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com exceção os municípios de Duque de Caxias e Guapimirim, nos quais não foi evidenciado o acesso à linha de créditos por parte dos pescadores. O PRONAF, criado por volta de 1996 e “*financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária*” (SAF, 2018). Embora primordialmente o PRONAF tenha sido criado com direcionamento a agricultores familiares, pescadores (as) artesanais também são definidos como público-alvo do programa, mais enfaticamente a partir de 2006, quando a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, equipara “pescadores artesanais” ao agricultor familiar e reconhece-o como beneficiários da “Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”.

Além do acesso ao PRONAF, pescadores (as) do município de São Gonçalo também acessam a linhas de créditos do PROFROTA (FIPERJ, 2015a).

O Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira compreende financiamentos para a aquisição, construção, conversão, modernização, substituição, adaptação e equipagem de embarcações pesqueiras com o objetivo de reduzir a pressão de captura sobre estoques sobre explorados, proporcionar a eficiência e sustentabilidade da frota pesqueira costeira e continental, promover o máximo aproveitamento das capturas, aumentar a produção pesqueira nacional, utilizar estoques pesqueiros na Zona Econômica

Exclusiva brasileira e em águas internacionais, consolidar a frota pesqueira oceânica nacional e melhorar a qualidade do pescado produzido no Brasil. (...) São beneficiárias do Profrota Pesqueira as pessoas físicas e jurídicas, inclusive cooperativas e associações, devidamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP nas categorias de Armador de Pesca, Pescador Profissional, Indústria ou Empresa Pesqueira, classificadas por porte, conforme critérios a serem definidos em regulamento (BRASIL, 2004).

O Subsídio do Gelo e Subvenção do Óleo Diesel tratam-se também de políticas de incentivo à atividade pesqueira. Em Niterói e São Gonçalo, foi registrado o acesso à Subsídio do Gelo, e no Rio de Janeiro ao Subsídio do Óleo (FIPERJ, 2015a). Tais políticas têm como prerrogativa a disponibilização de tais insumos em valores mais baixos para públicos específicos, no caso, pescadores (as).

O subsídio ao preço do óleo diesel para embarcações pesqueiras foi criado pela Lei nº 9.445, de 1997. Inicialmente, a subvenção econômica federal equivalia a até 12% do preço de faturamento do óleo diesel na refinaria, sem a incidência do ICMS. Em 2004, a subvenção foi elevada para até 20%, e em 2007, o percentual atingiu 25% do preço de faturamento do óleo diesel.

Inicialmente o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras, foi desenvolvido para atender embarcações pesqueiras industriais. Contudo, a partir da edição da Instrução Normativa SEAP/PR nº 18/2006, o sistema de gestão foi aprimorado, sendo desenvolvido o SSDP - Sistema de Subsídio do Diesel Pesqueiro que instituiu e definiu procedimentos de operacionalização, assim como, incluiu os pescadores artesanais como público-alvo do programa (PGI, 2018).

Todavia, é importante destacar que tais políticas como PRONAF, PROFOTA, e Subvenção ao óleo diesel, em âmbito de política pesqueira nacional, representaram muitas dificuldades e limitações de acesso por pescadores artesanais, que de segundo Azevedo e Pierri (2014) se dão com base em problemas de operacionalização:

A pesca industrial foi beneficiada com o incremento paulatino do Programa de Subvenção ao Óleo Diesel, o combustível usado pelas embarcações, que, mais adiante, o governo pretendeu estender aos pescadores artesanais, mas que foi limitado por dificuldades operacionais (MPA, 2010a). [...]Pode-se dizer, assim, que esse programa atende principalmente à pesca industrial, contribuindo a tornar economicamente viáveis pescarias que não o são do ponto de vista ecológico. Destaca-se também que os subsídios influenciam no preço do pescado, causando desvantagem comparativa aos pescadores que não os recebem.[...]Por outro lado, ampliou-se a inclusão de pescadores artesanais no Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), mas que ainda possui muitos limites e problemas na execução, como baixos valores financiáveis tendo-se em vista o custo dos petrechos de pesca e dificuldade de operacionalização junto aos agentes financeiros que operam o programa (AZEVEDO e PIERRI, 2014, p. 71).

Como destacam Azevedo e Pierri (2014, p. 71) *“o acesso ao crédito é demanda e medida importante para a pesca artesanal, mas sem um necessário acompanhamento*

de medidas de gestão eficientes pode torná-las prejudiciais à própria pesca artesanal". Diante das questões expostas, é necessário considerar que além de identificar o acesso a tais políticas nos municípios que compõem a região estudada, cabem estudos que permitam compreender qual a parcela de pescadores que acessaram tais políticas e sob quais condições se deu tal acesso.

De acordo com a FIPERJ (2015a) outras políticas também são acessadas por pescadores (as) da região da Baía de Guanabara, como: Cheque pescador; Benefício de Prestação Contínua - BPC; e Bolsa verde. Assim como, foram registrados o recebimento de indenizações da Petrobras por pescadores dos municípios de Guapimirim e Magé (FIPERJ, 2015). O Cheque-pescador, identificado somente em Magé, não possui muitas informações disponíveis. De acordo com Rougemonte Pérez (2012) após o derramamento de óleo de 2000 na Baía de Guanabara,

em 2003, um grupo de 11 lideranças de pescadores da Baía de Guanabara se juntou e começou a buscar informações sobre o que estava acontecendo. Uma das primeiras ações do grupo foi entrar em contato com a Secretaria de Abastecimento e Pesca, relatando a situação da pesca artesanal. **A secretaria os “contemplou” com uma espécie de “cheque-pescador”**. Foram doados 400 cheques para o grupo, dando direito a compras no valor de cem reais para a cesta básica (ROUGEMONT e PÉREZ, 2012, p.10, grifo nosso).

O Benefício de Prestação Contínua - BPC, foi apontado em Magé e Rio de Janeiro (FIPERJ, 2015a). De acordo com INSS (2018) o BPC trata-se de um benefício de assistência social, instituído pelo Governo Federal, que garante *“um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família”*. Bolsa Verde foi apontado como uma política acessada por 2,86% de pescadores(as) de Niterói (FIPERJ, 2015a), todavia dados do Portal Transparência de 2017 não identificam beneficiários do programa no município. O Bolsa Verde ou Programa de apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde, concede R\$300,00, a cada três meses às famílias, em situação de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família, que desempenhem atividades de conservação ambiental, respeitando as regras de utilização sustentável dos recursos naturais em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável (ICMBio), em Projetos de Assentamento Federais da Reforma Agrária (INCRA) ou em territórios ocupados por ribeirinhos (SPU). O programa representa um passo importante na direção de reconhecer e compensar comunidades tradicionais e agricultores familiares pelos serviços ambientais que prestam à sociedade (MMA, 2018a).

Observa-se, que são várias as políticas públicas que podem ser acessadas por pescadores (as) artesanais na região da Baía de Guanabara. Todavia, é importante lembrar que mesmo representando uma ampla gama de incentivo ou de possibilidades de seguridade social, os dados disponíveis sobre a região não permitem uma análise concreta sobre as condições e nível de acessibilidade dos(as) pescadores(as) a tais políticas. A existência de alguns registros e estudos que considerem o acesso a políticas públicas aqui apresentadas, em si, já indica que há políticas públicas sendo desenvolvidas e mantidas, bem como, considerando demais aspectos socioeconômicos em análise, possibilita de forma geral, compreender que a população e pescadores (as) da região encontram-se em situação de vulnerabilidade, uma vez que, grande parte das políticas identificadas dizem respeito a seguridade social e melhores condições de vida, ou fomento à atividade produtiva.

Esse cenário de políticas de seguridade social ou fomento às melhores condições converge com a abordagem de Azevedo e Pierri (2014), que constata um caráter predominantemente social, focalizado e distributivo da política voltada à pesca artesanal no Brasil. Embora represente melhorias nas condições de vida de pescadores (as) artesanais, estas se dão de forma limitada e pontual, visto que, ao mesmo tempo

Grandes projetos de infraestrutura, como represas hidrelétricas, portos e estradas, grandes empreendimentos públicos e privados, como a exploração de petróleo, fazendas de carcinicultura, hotéis resorts, e complexos industriais pressionam cada vez mais aos pescadores artesanais, que não contam com nenhuma proteção especial que lhes garanta a permanência nos seus territórios e a manutenção de seus modos de vida, os elementos centrais e fundamentais para a sobrevivência da pesca artesanal, em face dos conflitos e disputas nos quais estão envolvidos, tanto em terra quanto em mar (AZEVEDO e PIERRI, 2014, p. 77).

Dessa forma,

No conjunto, a atuação governamental dos últimos anos, detrás de um discurso de suposta sensibilidade social e responsabilidade ambiental, e apesar da diminuição imediata da pobreza, tem contribuído para aumentar a vulnerabilidade e a situação de injustiça ambiental sofrida pelas comunidades pesqueiras artesanais (AZEVEDO e PIERRI, 2014, p. 77).

Cabe lembrar ainda que embora alguns estudos identifiquem o acesso a várias políticas públicas por parte dos(as) pescadores(as) artesanais, não essencialmente significa que tal acesso ocorre de forma massiva. Ou seja, por vezes, o acesso de pequenas parcelas da população a políticas públicas já pode por si, indicar que determinada política é identificada no território, contudo, não podemos inferir que tais políticas públicas são de fato garantidas aos(as) pescadores(as) artesanais. Faz se necessário, investigações que busquem dados quantitativos sobre o acesso da população

e comunidades pesqueiras às políticas públicas. Não obstante, cabe ressaltar, que a equipe do presente projeto, buscou tais informações através de sites governamentais, canais de acesso à informação, pesquisas institucionais, todavia, os próprios dados oficiais e governamentais demonstraram divergências e lacunas, impossibilitando análises mais críticas.

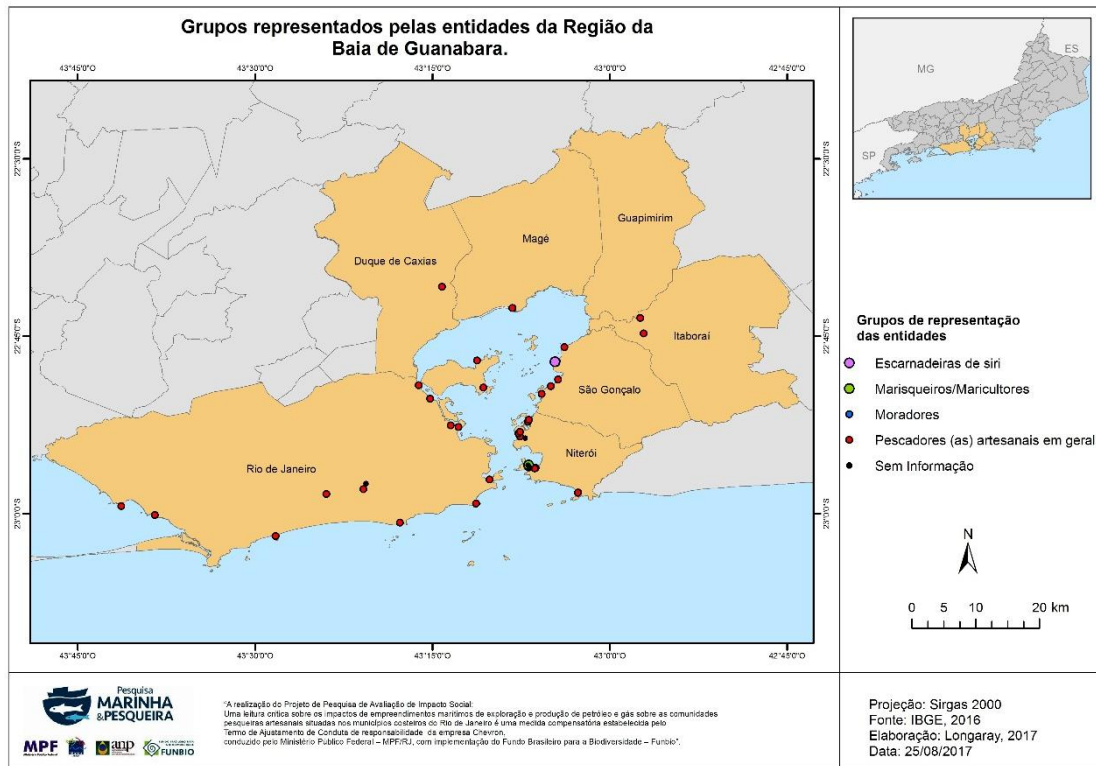
3.11. Organizações Representativas

Compreender a organização de pescadores e pescadoras artesanais é um aspecto importante quando se objetiva ações de educação ambiental crítica, relacionadas à mitigação de impactos sobre comunidades pesqueiras impactadas pela indústria petrolífera. Isso por que, a participação dos cidadãos em espaços de decisão, comumente está relacionada à forma como os mesmos se organizam e se vêem na sociedade. Dessa forma, identificar as organizações (ou entidades) representativas dos(as) pescadores(as) artesanais da Baía de Guanabara, e como se dá a atuação das mesmas, foi parte do objetivo desta meta do projeto.

O levantamento permitiu identificar 47 organizações representativas dos pescadores da Baía de Guanabara, que vão desde Colônias de pesca, associações, a grupos de moradores, pescadores etc, que podem ou não possuir registros formais, regulamentos, atas, etc. Ou seja, se considera no levantamento todo tipo de organização que permita compreender as organizações dos pescadores artesanais e suas agendas.

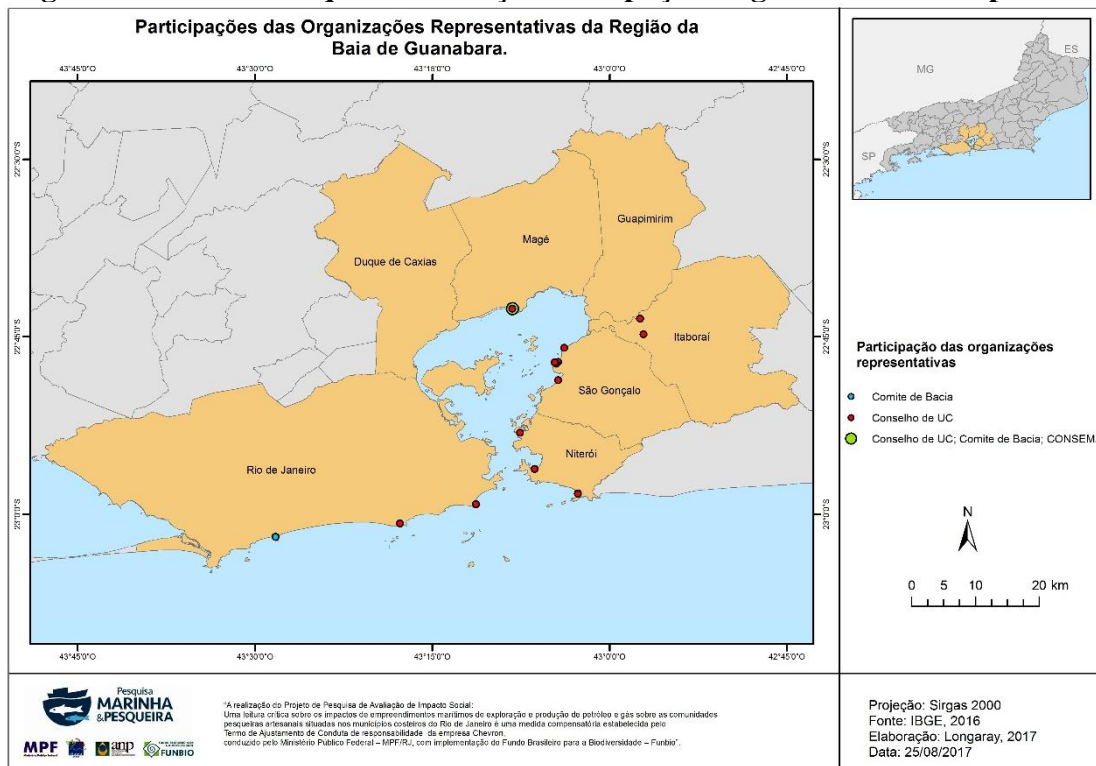
Nessa ampla gama de organizações, vários são os grupos representados dentre aqueles que praticam a atividade pesqueira: marisqueiras (os), maricultores, caranguejeiros, moradores e pescadores (Figura 14). Todavia, nem todas as organizações possuem informações a respeito de sua agenda e/ou representação, assim como, atuação em espaços de gestão pública (Figura 15). Dessa forma, tanto no relatório, quanto no banco de dados, tais informações são apresentadas quando estiverem disponíveis. No apêndice 2 é apresentado uma listagem das organizações identificadas.

Figura 14 - Grupos que as entidades da região da Baía de Guanabara representam.



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de Ecomar(2009), FIPERJ (2015a), Ritter(2007), WALM (2015d), WALM (2017).

Figura 15 - Entidades que tem atuação em espaços da gestão ambiental pública.



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de Brasil (2014a), Brasil (2014b), Dias *et al.*(2013), GOVSERV (2017), WALM (2016).

As informações são limitadas principalmente no que concerne à atuação das entidades e sua infraestrutura. As principais fontes consultadas foram o Relatório Final do Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aqüicultura na Bacia de Santos – PCSPA-BS (FIPERJ, 2015a), e o Diagnóstico do PEA da Baía de Guanabara, elaborado pela empresa WALM (2017). Como estes documentos continham poucas informações para a maioria das entidades, complementou-se o levantamento com reportagens e notícias publicadas em meio eletrônico por meio de mecanismos de busca na internet.

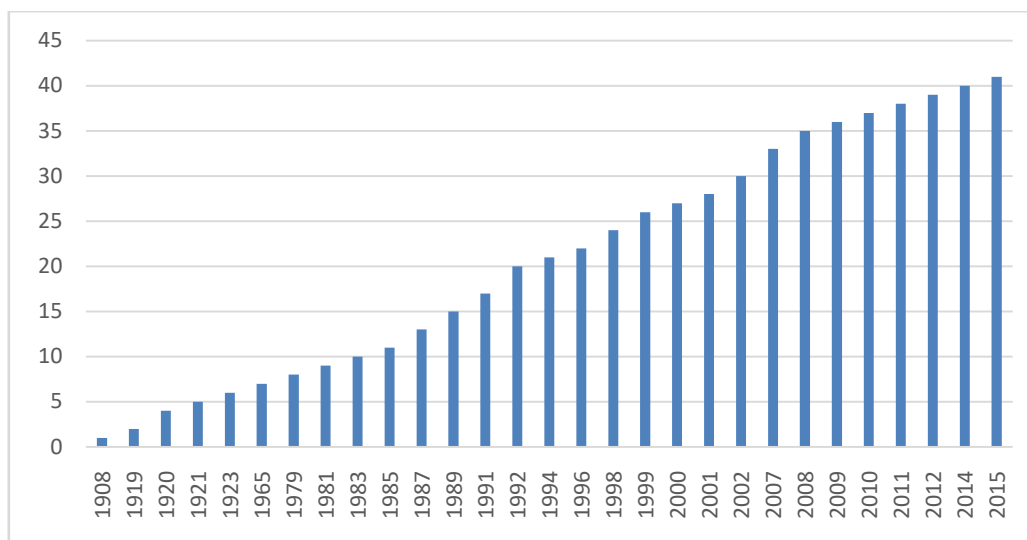
A Baía da Guanabara é um espaço onde se sobrepõem usos múltiplos, muitos deles conflitantes, envolvendo atores diversos. Uma das interações que marca a Baía é entre pescadores artesanais e a indústria do petróleo, que nos últimos anos tem sido marcada por tensões em função dos impactos ambientais (p. ex. vazamento de óleo no ano 2000), e de projetos de grande magnitude (p.ex. COMPERJ). Neste contexto os pescadores são compelidos a se organizarem para poderem participar dos espaços de debate e da discussão pública. Segundo Bronz (2009), que realizou uma análise etnográfica da relação entre empreendimentos petrolíferos e pescadores na Bacia de Campos,

O novo fato social associado à implantação de um grande projeto e a luta pelo controle dos recursos naturais favorece a criação de novos espaços de luta social, implicados na reformulação de antigas formas de organização e mobilização social e na conservação das mesmas estruturas de poder (BRONZ, 2009, p.18)

Além do acirramento dos conflitos com a indústria do petróleo, outro fator recente que impulsionou a mobilização e organização dos pescadores, foram as políticas públicas engendradas com criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) em 2003. Uma das primeiras ações da SEAP foi a organização de Conferências de Pesca e Aquicultura em todos os estados brasileiros, convidando os atores para participar da discussão de políticas públicas voltadas ao setor e que culminou em uma conferência nacional. A organização dos pescadores artesanais e sua filiação a entidades representativas também é motivada pelo acesso a políticas públicas e benefícios sociais. O acesso ao Registro Geral da Pesca, que baliza benefício do seguro defeso, por exemplo, teve por muitos anos como requisito a filiação a uma Colônia de Pesca, esta obrigatoriedade foi removida nos últimos anos. Como se pode observar pela Figura 17, houve uma crescente expansão do número de entidades representativas dos pescadores

artesanais nos municípios da Baía da Guanabara, até 2015 somavam 47 entidades (não temos a data da fundação de seis entidades).

Figura 16 - Número de entidades representativas dos pescadores artesanais na Baía de Guanabara.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados de FIPERJ (2015a), JusBrasil (2015), Brasil (2012) e Ritter (2007).

Os pescadores da Baía de Guanabara estão associados a nove Colônias de Pesca, que por sua vez são filiadas à Federação dos Pescadores do Estado do Rio (FEPERJ). A estrutura organizacional se completa com algumas Cooperativas e as "Associações" locais, estas últimas filiadas à Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Rio de Janeiro (FAPESCA). Em geral as associações têm menor escala de atuação, muitas vezes na escala da comunidade, portanto são mais numerosas e também mais identificadas aos problemas do dia a dia de cada lugar. Algumas associações surgem por conflito entre pescadores e lideranças das Colônias ou outras Associações, em uma clivagem de organizações. As associações de pescadores livres, segundo Herculano (2012) surgiram a partir do confronto com as colônias Zs. No caso da AHOMAR, segundo o presidente Alexandre Anderson de Souza, a formação do grupo “*também foi uma resposta à inoperância das colônias de pesca em se posicionar quanto ao processo de expulsão dos pescadores de seus territórios, promovida pela ocupação dos espelhos d’água da Baía por obras da atividade petroquímica*” (DIAS *et al.*, 2013).

Por fim, uma caracterização geral das organizações representativas a partir dos municípios em que estão localizadas. Todavia, considerando que muitas organizações

não tinham muitas informações disponíveis são apresentadas aquelas que têm alguma informação, ou especificidade a respeito, sendo todas as informações sobre as organizações podem ser acessada através do banco de dados entregue junto ao referido relatório.

Destarte, dentre as organizações representativas de pescadores(as) artesanais na Baía de Guanabara, uma delas tem ganhado destaque recentemente, diante da luta contra os impactos da indústria petrolífera: o Fórum dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara – FAPP/BG. Por atuar fortemente na região, envolvendo pescadores (as) de diversos municípios, e não possuir sede fixa, descreveremos a seguir algumas informações pertinentes, e sequencialmente as informações sobre as demais organizações da região.

O FAPP-BG, instituído em 2012 é formado por representantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores e estudantes do entorno da Baía de Guanabara, especialmente da Baixada Fluminense, sendo sua concretização resultado das discussões realizadas durante e após o “*Seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos*”. Ao todo, identificam-se cerca de 17 organizações representativas que integram o fórum (FAPP-BG, 2016).

Quanto aos seus objetivos, no site do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP), define-se

Garantir maior controle social e participação da população e grupos afetados nas decisões relativas às atividades industriais particularmente relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica na região da Baía de Guanabara e suas cercanias e reivindicar formas de superação do modelo petróleo dependente na perspectiva da justiça ambiental (FAPP-BG, 2016, Site).

Na declaração de lançamento do Fórum, em 2012, ficam claros seus objetivos e agendas, que se relacionam às lutas contra injustiça socioambiental e os impactos das atividades petrolíferas, como por exemplo: i) visibilização dos impactos diferenciados sobre as mulheres das atividades da indústria do petróleo e petroquímica na Baixada Fluminense e nas cercanias da Baía de Guanabara e luta pela superação dos mesmos; ii) luta pela construção de um modelo energético na perspectiva da justiça ambiental; e iii) luta por saúde ambiental, inclusive saneamento básico na região do Pólo Petroquímico e na Baixada Fluminense como um todo (FAPP-BG, 2016; FAPP-BG, 2013).

O manifesto leva a uma reflexão sobre o despeito histórico-cultural que existe na relação entre empresas e trabalhadores no país, sendo estes últimos pouco beneficiados pelos empreendimentos e seus lucros gerados, além de raramente ou nunca atuarem efetivamente nas decisões tomadas a respeito dos recursos naturais no/e espaço em que vivem. O manifesto visa também à integração efetiva da população e da sociedade no geral nas decisões tomadas sobre as indústrias, principalmente as de petróleo e petroquímica na região, tendo a sociedade maior controle sobre seu próprio espaço além de estar combatendo assim as injustiças ambientais e econômicas ali geradas (FAPP-BG, 2016).

- **Duque de Caxias**

No município, foi identificada apenas a Associação dos Pescadores do Porto da Chacrinha – APPC. As informações disponíveis apontam sua fundação em 1996 e localização na comunidade de Chacrinha, e enquanto uma organização de abrangência municipal, que representa pescadores artesanais de forma geral, sem especificidades de características do grupo. Observa-se a existência de um trapiche com funcionamento precário (FIPERJ, 2015; WALM, 2017; SILVA, 2007).

- **Guapimirim**

Não foram identificadas entidades de pesca sediadas no município. OPCSPA-BS entrevistaram seis pescadores no município e todos eram filiados à colônia – não foi especificada qual – (FIPERJ, 2015), todavia, dados de Pinto (2013) permitem inferir que trata-se da Colônia Z-9, situada em Macaé, e descrita mais adiante.

- **Itaboraí**

Segundo o relatório final do PCSPA-BS (FIPERJ, 2015a), dois terços dos pescadores entrevistados de Itaboraí declararam serem filiados a colônia, e um terço a outro tipo de associação. No município foram identificadas duas entidades representativas de pescadores, ambas localizadas na Comunidade de Itambi, que realizam a pesca em áreas de mangue, mar, estuário, laguna e rio (FIPERJ, 2015a). Itambi é o único bairro do município de Itaboraí que tem acesso a Baía de Guanabara, o Recôncavo da Guanabara, de alta importância ambiental por abrigar parte dos últimos remanescentes de manguezais da BG inserido na APA de Guapimirim, berçário de diversas espécies. Em função da instalação do COMPERJ, o município recebeu

investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a melhoria e adequação da infraestrutura urbana, o que incluiu a construção de um Conjunto Habitacional para o reassentamento de famílias que residiam em áreas de risco. Este projeto habitacional foi alvo de muita discussão, de um lado os defensores do PAC argumentando que se tratava de um benefício social, e de outro os questionamentos em vistas da desterritorialização de uma comunidade tradicional, no caso pescadores e caranguejeiros do Itambi, que seriam deslocados para uma área afastada dos mangues e dos rios.

➤ Associação de Caranguejeiros, Pescadores e Amigos de Itambi-ACAPESCA.

A entidade foi fundada em 2009 e há poucas informações disponíveis nas fontes consultadas informações detalhadas sobre a infraestrutura e atuação da entidade. A Associação é listada como entidade representativa de pescadores artesanais de Itaboraí no Diagnóstico do PEA Guanabara, fornecendo informações sobre os pescadores e catadores de caranguejo locais. Além disso, ocupa um assento no Conselho Consultivo da APA de Guapimirim (ICMBio 2011; 2014).

➤ Associação dos Pescadores de Itambi – ITAPESCA

Fundada em 2007, a associação possui segundo dados de FIPERJ (2015a), 40 pescadores associados. Assim como a ACAPESCA, a ITAPESCA foi mobilizada durante o PEA RIO-BG e também participa do conselho consultivo da APA de Guapimirim, nos mesmos mandatos já mencionados acima.

- **Magé**

No município de Magé identificamos três entidades representativas dos pescadores artesanais uma Colônia e duas Associações. Ferreira (2016), que realizou pesquisa de campo em 2016, que incluiu entrevistas com 13 pescadores e representantes de entidades, indicou problemas de representatividade das entidades:

Verificou-se uma falta de coesão entre as diversas associações, refletida em críticas mútuas entre as diversas representações entrevistada sou mesmo na própria existência de três representações de uma mesma classe. O que reflete uma pluralidade de visões sobre a classe, o que acaba por enfraquecer o poder de negociação dos mesmos [frente aos empreendimentos da indústria do petróleo na Baía de Guanabara]. [...] Nas palavras de muitos, era recorrente o discurso

de que “colônia só serve para pegar dinheiro”, o que se refletiu nos depoimentos de que o pescador não se sente representado, exceto os próprios participantes da direção das referidas associações (FERREIRA, 2016 p. 68).

➤ Associação dos Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara- AHOMAR

A entidade surgiu em 2003 e foi formalizada em 2007, com sede em Magé, e tem objetivo de organizar os pescadores artesanais contra os impactos socioambientais gerados por grandes empreendimentos econômicos que inviabilizam a pesca artesanal na Baía de Guanabara (DIAS, *et al.*2013). A comunidade de pescadores de Magé foi fortemente afetada pelo vazamento de óleo na Baía de Guanabara no ano de 2000. Desde 2007, os representantes da entidade denunciaram danos ambientais, violações e crimes ocorridos no contexto da construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), por meio de ações como barqueatas, inviabilização de obras através de ocupações e acionamento de instituições do poder público (MATHIAS *et al.* 2012).

Em 2009 ocuparam alguns locais inviabilizando obras de empreiteiras contratadas da Petrobras, no mesmo ano os pescadores da associação foram ameaçados de morte, e em maio de 2009 dois pescadores e membros da AHOMAR foram assassinados a tiros. Desde então membros da associação entraram no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Entretanto, em 2012, dois outros pescadores foram mortos por afogamento, e a sede da associação foi fechada (MATHIAS *et al.* 2012). Até a presente data não foram concluídas as investigações das quatro mortes e os assassinos permanecem não identificados, e em 2016, em reportagem para o jornal Deutsche Welle, uma assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional no Brasil chamou a atenção para o término da proteção aos pescadores pela falta de recursos do programa (DW Brasil, 04 de novembro de 2016).

A entidade tem representantes nos Conselhos da Unidade de Conservação Estação Ecológica da Guanabara, RJ e APA de Guapimirim; Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara; Conselho Estadual de Meio Ambiente.

➤ Colônia Z-9

Fundada em 1983 a Colônia Z-9 possui 2215 associados, sendo destes 800 pescadores (FIPERJ, 2013), e sua atuação está centrada na prestação de serviços

assistenciais aos pescadores e seus familiares na área de Magé. Segundo o diagnóstico do PEA-BG, a Colônia não é bem avaliada pelos pescadores, o que reforça a indicação de Ferreira (2016) mencionada acima. A Z-9, juntamente com outras entidades, participa da ação judicial contra a Petrobras devido ao vazamento de óleo na Baía de Guanabara em 2000. Algumas empresas desenvolvem projetos e fazem doações à Colônia de Pescadores Z-9¹², que tem dois consultórios: um médico e um odontológico (Pinto, 2013). Foi identificado que a colônia possui também uma câmara fria/frigorífico e peixaria (WALM, 2015).

- **Niterói**

Niterói é segundo o município com mais representações: são 13 entidades representativas de pescadores, cinco com abrangência regional – duas Colônias e três Federações (FAPESCA, FEPERJ e Federação dos Aquicultores e Pescadores Artesanais do Rio de Janeiro). Além deste total existem duas Associações de moradores que tem pescadores entre seus associados.

- Colônia de Pescadores de Niterói e São Gonçalo Z-8

Fundada em 1920, possui 12.500 pescadores associados (FIPERJ, 2015a). Segundo IBAMA (2002), a Colônia Z-8 participa diretamente da comercialização do pescado, pela organização do leilão em sua sede, vizinha ao Mercado São Pedro, em Niterói. E a entidade abrange os pontos de desembarque de Jurujuba, Ponta da Areia, Praia Grande, Ilha da Conceição, Gradim, Itaóca e Itambi. Possui assento no Conselho Consultivo do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras e participa do Projeto Baía Limpa: Vivências para a cidadania, trabalho, educação e desenvolvimento sustentável. Os associados têm acesso a atendimento odontológico e assessoria jurídica.

- Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu - ALPAPI

¹² De acordo com dados de Pinto (2013), a empresa GDK doou recursos à Colônia Z-9 financiando algumas reformas na sede da colônia, e possibilitando a construção de dois consultórios, um médico e outro odontológico e um auditório. A empresa GDK, conforme buscas no site institucional atua no mercado de construção e manutenção de gasodutos e oleodutos – onshore e offshore -, montagens industriais e instalações de produção de petróleo e gás, plantas petroquímicas e construção de plataformas de produção offshore (Abemi, 2018).

Fundada em 1999, a associação possui 600 pescadores associados e tem abrangência comunitária. Participa do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Estadual de Itaipu (Portaria INEA/DIBAP nº 42 – 2014).

➤ Associação Livre de Maricultores de Jurujuba - ALMARJ

Fundada em 1992, possui 60 pescadores associados. Os associados são divididos em fundadores – aqueles que estiveram envolvidos desde o início do processo e acreditaram na proposta –, e produtores – os que vendem o mexilhão para a ALMARJ (RITTER, 2007, p. 105).

Pelo estatuto, a Associação é composta pela Diretoria Executiva (Presidente, Secretário e Tesoureiro), Conselho Fiscal e Assembléia Geral. Foi mencionado que houve a necessidade de criar o cargo de Diretor de Patrimônio, vislumbrando assegurar o patrimônio da Associação (barcos, caminhões e maquinário - adquiridos com recursos próprios ou através de doações e projetos) (Ritter, 2007, p. 108).

➤ Colônia de Pescadores Z-7- Itaipu

Fundada em 1921, tem 450 pescadores associados, segundo FIPERJ(2015). Somente no ano 2000 ocorreu a primeira eleição direta para a presidência e conselho. Abrange as praias de Itaipu, Piratininga, Camboinhas, Itacoatiara, Itaipuaçu, Marica e Ponta Negra. Tem assento no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Estadual de Itaipu (Portaria INEA/DIBAP nº 42 – 2014) e no Conselho Consultivo do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras (PORTARIA ICMBio nº123 de 2010).

➤ Associação de Pescadores e Amigos da Praia Grande

Fundada em 1985 a Associação possui 90 associados, dos quais 50 são identificados como pescadores (FIPERJ, 2015a). A entidade participa do movimento social Pescadores e Amigos do Mar.

• **Rio de Janeiro**

O município do Rio de Janeiro possui 16 entidades que representam pescadores artesanais. Os pescadores estão distribuídos entre seis colônias, duas cooperativas e nove Associações.

➤ Colônia Z-11

A Colônia Z-11 localizada na praia de Ramos, surgiu em 1919, e sua abrangência se estende de Duque de Caxias ao Canal do Cunha, localizado no Conjunto Esperança, na Maré. Conta com cerca de 1.000 associados. Segundo Ferreira (2011) o aumento da violência e criminalidade nas comunidades da Maré afastou os compradores de pescado do local, e o ponto de venda na Colônia foi fechado, parte dos pescadores passaram a vender seu peixe individualmente no piscinão de Ramos e de porta em porta pela comunidade.

➤ Colônia Z-13

Fundada em 1923, tem 250 associados e abrangência comunitária – pescadores de Copacabana (FIPERJ, 2015). Participa do Conselho Consultivo do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras, RJ. Possui estrutura para comercialização de pescado na praia de Copacabana, com câmara frigorífica e unidade de beneficiamento. De acordo com ECOMAR (2009), toda a estrutura de banca, beneficiamento, armazenamento, conservação e pesagem pertencem à colônia, porém está arrendada. Parte da atual estrutura é legado dos investimentos associados aos jogos olímpicos. De acordo com Silva (2013), a Colônia de pescadores Z-13, com sede no posto em 06 em Copacabana, agrega 200 profissionais da pesca incluindo o núcleo da Lagoa Rodrigo de Freitas, o quadrado da Urca, o canal da Barra e o Pontal do Recreio.

➤ Colônia Z-10

Localizada no saco do Jequiá, na Ilha do Governador, a entidade foi fundada em 1920, tem 1600 associados. A área do rancho da Colônia no momento da coleta de dados para o PCSPA-BS estava ocupada por usuários de drogas, deslocando as atividades de manutenção de embarcações e petrechos antes realizadas ali. Segundo Ferreira (p. 13, 2011) a Z-10 “*convive com conflitos em relação à valorização da área, a ocupação histórica irregular e ainda o fato de estar situada em área da Marinha*”.

➤ Colônia Z-12

Localizada no Caju, foi fundada em 1989, tem 250 associados segundo FIPERJ (2015a). Segundo Rodrigues (2009) a Z-12 é herdeira da antiga Colônia Z-5, fundada em 1885, e que chegou a ter 5.000 associados, quando era uma das mais importantes do país. A Colônia, ainda de acordo com Rodrigues (2009) possui instalações como

escritório, armários para guardar aparelhos de pesca, galpão, cais etc., além de manter uma estação de rádio amador, operada por um ex-pescador contratado pela Z-12. A estação de rádio funciona durante todo o dia, e fornece aos pescadores informações sobre as condições de navegabilidade da baía de Guanabara, o que inclui dados sobre a navegação dos navios na baía e as condições do tempo, além de ser um canal próprio para o recebimento de pedidos de socorro.

➤ Colônia Z-14 – Pedra de Guaratiba

Fundada em 1908, tem 1.000 associados e se localiza na Pedra de Guaratiba. Sua abrangência vai desde a Ponta do Cururipe até a Ilha de Guaraqueçaba no município do Rio de Janeiro. Em 2008 a Z-14, juntamente com outras entidades, participou de movimento contra as dragagens da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA, na Baía de Sepetiba e protestou contra a morte de um pescador que foi atropelado por um rebocador da CSA. Os pescadores denunciaram a mortandade de peixes associada à contaminação provocada pelas atividades da CSA, e a presença de milícias armadas em barcos expulsando os barcos de pesca das proximidades das instalações da CSA.

As obras da CSA fazem parte do PAC do governo federal. Entretanto Segundo Velez (2012) o presidente da Z-14 disputa na justiça com o presidente da Z-15 a representação dos pescadores de Sepetiba. Segundo Vinhas (2011) inicialmente a Z-14 estava junto da Associação de Pescadores da Pedra de Guaratiba - APAPG no processo de negociação de medidas compensatórias pelo impacto ambiental causado. Entretanto os pescadores da APAPG recusaram o recebimento de qualquer compensação e se colocaram em oposição à Z-14, e foram expulsos da colônia.

➤ Cooperativa de Marcílio Dias - MARCOOP

A Cooperativa foi fundada em 1992, localizada no bairro da Penha. É filiada à Colônia da Praia de Ramos. Participou das negociações com a Petrobras para receber compensações associadas ao vazamento de óleo na Baía de Guanabara em 2000.

➤ Associação dos Pescadores Livres e Amigos da Barra da Tijuca e Adjacências - APELABATA

Fundada em 2002, a associação tem 260 associados dos quais 60 são pescadores (FIPERJ, 2015a). Participa do Conselho Consultivo do Monumento Natural da Cagarras.

➤ Associação de Usuários do Quadrado da Urca e Adjacências - AUQUA

Fundada em 1992, a associação possui 150 associados. Os pescadores do Quadrado da Urca estão sob a jurisdição da Colônia de Pesca Z-13 de Copacabana e muitos encontram-se filiados a ela.

➤ Associação de Pesca da Barra da Tijuca, Jacarepaguá

Fundada em 1995, tem 150 associados, dos quais 70 são pescadores (FIPERJ, 2015a).

➤ Cooperativa Mista dos Pescadores da Colônia do Caju LTDA - COOPESCAJU

Fundada em 1965, tem 45 cooperados (FIPERJ, 2015a), e é associada à Colônia Z-12. Foi implantada em área doada pelo governo do estado do Rio de Janeiro. A Cooperativa integrou um projeto de Porto Pesqueiro quando a pesca era bem mais abundante na região, em reportagem de O Fluminense (p. 13, dos dias 15 e 16 de março de 1981), o presidente da Cooperativa menciona que a entidade possuía então 2.800 cooperados.

➤ Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo - AMPAVA

Embora esta associação seja listada como entidade representativa no diagnóstico do PEA-BG e no PCSPA-BS, não há nenhum dado sobre a associação. Segundo AMPAVA (2012) a associação foi fundada em 1987 com o objetivo de buscar melhorias para a comunidade da Vila do Autódromo, como infraestruturas básicas (energia, saneamento etc.), e regularização fundiária. Em 2012 a comunidade contava com 450 famílias, nas quais estão 60 pescadores (não há dados de quantos são filiados à entidade). Com o projeto de construção do Parque Olímpico na área vizinha, a comunidade foi alvo de uma política de remoção, por ser a área de interesse turístico e imobiliário. A comunidade se organizou e elaborou o Plano Popular da Vila Autódromo: plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural (PPVA), com o apoio de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense - UFF e do Instituto de Pesquisa e

Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ (AMPAVA, 2012), demonstrando ao estado a possibilidade de urbanização da comunidade em harmonia com o Parque Olímpico. O documento foi reconhecido internacionalmente e recebeu o prêmio Urban Age (Lundu School of Economics e Deutsche Bank). A prefeitura não empreendeu nenhuma das propostas do PPVA, e propôs novas condições para a remoção. O processo de remoção e resistência se estendeu por mais de dois anos, com muita pressão, episódios de violência, e ganhou visibilidade internacional com manifestações e campanhas de apoio. Em 2017, 30 famílias ainda resistiam e propuseram uma atualização do Plano Popular. Não foram encontradas informações sobre os pescadores na atual conjuntura.

➤ *Associação dos Pescadores da Praia dos Bancários*

Fundada em 2001, a entidade tem 50 pescadores associados (FIPERJ, 2015a). A associação tem estrutura para comercialização de pescado: um mercado com boxes.

➤ *Associação dos Pescadores do Recreio dos Bandeirantes – APREBAN*

Fundada em 1991, segundo FIPERJ (2015a) são 50 pescadores associados. A sede está localizada na Praia do Pontal, e tem estrutura para processamento comercialização com 12 boxes disponíveis para os sócios, além de área comum onde é feita a manutenção dos petrechos e motores.

➤ *Associação dos Pescadores Artesanais de Sepetiba*

Fundada em 2015 possui 250 pescadores artesanais associados. A associação foi reativada no contexto do conflito entre pescadores e a empresa CSA, uma vez que houve discordância com o posicionamento da Colônia Z-14, segundo pescador entrevistado por Zborowski e Loureiro (2008, p. 17) *“Eles tinham uma associação fundada lá já fazia um tempão, só que ela tava inativa, parou, ficou tudo guardado, por causa daquela colônia Z-14, que deu aquela confusão, aquela tensão toda lá, aí botaram a associação para funcionar de novo.”*

Em 2016 a Associação assinou junto com outras entidades a *“Carta manifesto: Justiça para os moradores e pescadores de Santa Cruz e da Baía de Sepetiba”* reivindicando justiça para as comunidades de Santa Cruz atingidas pelas atividades da empresa ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, por violações dos direitos

humanos, impactos ambientais, danos aos pescadores e suas embarcações, entre outros danos (INSTITUTO PACS, 2016).

➤ Associação dos Pescadores do Canal do Anil

Fundada em 2002 a associação tem 60 pescadores associados. Segundo reportagem (O GLOBO, 29/05/2005, Rio, p. 19) a poluição do Canal do Anil, que desemboca na Lagoa de Jacarepaguá, reduziu o número de espécies de peixes no local, a tilápia é uma das poucas espécies que resistem. A contaminação dos peixes afetou tanto a geração de renda quanto a alimentação dos pescadores. Na reportagem, o vice-presidente da associação relatou que alguns pescadores passaram a vender os peixes para grandes embarcações como isca, e que outros pescadores continuam consumindo o pescado por não acreditar na contaminação (O GLOBO, 29/05/2005, Rio, p. 19).

➤ Associação dos Pescadores Livres de Tubiacanga – APeLT.

Fundada em 2006, a entidade é fruto da mobilização e tentativas de organização da comunidade de pescadores iniciadas na década de 1990. A associação possui um píer para o desembarque do pescado, que foi reformado com recursos do Ministério da Aquicultura e Pesca, depois de anos de reivindicações junto aos órgãos públicos.

• **São Gonçalo**

A caracterização socioeconômica da pesca elaborada pela FIPERJ (2015a) identificou sete entidades representativas de pescadores artesanais no município:

➤ Associação de Moradores e Amigos da Ilha de Itaoca - AMAII

Fundada em 2011 a entidade tem 650 associados, mas não está claro quantos seriam pescadores e/ou caranguejeiros. A entidade é filiada à FAPESCA e também participa do Conselho Consultivo da APA de Guapimirim. A associação promoveu, no ano de 2014, um curso de apicultura para 250 alunos em parceria com a prefeitura de São Gonçalo, no bojo do Projeto Iramaia apoiado pela subsecretaria da Agricultura e patrocinado pela Petrobras. Este projeto incluiu a construção de um entreposto para a comercialização de mel. Segundo Ubiraci, então presidente da Associação, “A ideia surgiu com a preocupação de trazer uma renda para os pescadores que sofrem com a diminuição da quantidade de peixes provocada pela poluição e pelo impacto do vazamento da Petrobras” (PREFEITURA DE SÃO GONÇALO, 2014). A comunidade

de Itaoca está sendo impactada pelas do COMPERJ, com a necessidade de remoção de parte da população.

➤ Associação dos Pescadores Livres do Gradim e Adjacências- APELGA

A associação se localiza num dos principais pontos de desembarque pesqueiro – artesanal – em São Gonçalo. Foi fundada em 1991 e possui cerca de 620 associados (FIPERJ, 2013) e, segundo o diagnóstico do PEA-BG, não possuía avaliação positiva junto aos pescadores. Em 2012 a entidade recebeu a concessão de uma câmara frigorífica do governo do estado. A sede da entidade funciona como ponto de comercialização de pescado, e é cobrada uma taxa em peixe para a venda no local, recurso que se destina a própria sede (DIAS, 2005). A sede conta ainda com sala de informática, e atendimento odontológico (idem), e veículo para transporte de gelo (FIPERJ, 2013).

➤ Associação dos Pescadores da Praia das Pedrinhas - APPP

Fundada em 1999 a entidade possui 250 associados. Tem como objetivo estimular a organização e participação dos pescadores, através da intermediação para colocar em ordem a documentação (carteira profissional, aposentadoria, etc.), a legalização fundiária, a implantação de estruturas de desembarque, comercialização, armazenamento e beneficiamento de pescado, cursos de capacitação, atendimento médico e odontológico e cursos de informática.

➤ Colônia de Pescadores e Aquicultores Livres de São Gonçalo - COPALISG

Fundada em 2010 a entidade tem 2800 pescadores associados e também participa do Conselho Consultivo da APA de Guapimirim.

➤ Associação de Pescadores e Escarnadeiras da Praia de São Gabriel

A associação foi fundada em e conta com cerca de 620 associados, dos quais 400 são pescadores ou escarnadeiras (FIPERJ, 2015a). Também participa do Conselho Consultivo da APA de Guapimirim.

4. Considerações Finais

Até a presente etapa do projeto, ressalta-se que foi possível a obtenção de uma consistência teórica necessária ao delineamento da pesquisa que relaciona à Educação Ambiental Transformadora, Crítica e Emancipatória à realidade das comunidades de pescadores artesanais. Os roteiros foram testados tanto para caracterização da Baía de Guanabara como para algumas comunidades das outras regiões e atendem adequadamente ao propósito da pesquisa.

Para a região da Baía de Guanabara, a priori, constatamos lacunas relevantes no que tange as informações sobre a atividade pesqueira artesanal, em nível comunitário, e sobre as formas de representação e organização social. Ou seja, mesmo com documentos recentes relacionados aos diagnósticos de projetos e programas de Educação Ambiental, faltam dados sobre as comunidades pesqueiras locais, atrelados tanto às questões metodológicas quanto aos aspectos sociais como violência urbana na região estudada e/ou conflitos com a indústria petrolífera que acabam interferindo no andamento dos estudos e diagnósticos, conforme é relatado nos documentos acessados.

Contudo, considerando os dados existentes, verificou-se que as comunidades pesqueiras artesanais em tal região demonstram certa homogeneidade, ou seja, características socioeconômicas e arranjos semelhantes, que inclusive alertam para a vulnerabilidade de tais comunidades. Um exemplo disto são as questões relacionadas ao acesso a equipamentos públicos e serviços e a destituição econômica das famílias: baixo nível de escolaridade dos pescadores (fundamental incompleto); baixa renda familiar dos pescadores artesanais (até um salário mínimo) e pouco acesso a políticas públicas que se relacionam à renda, em especial, ao acesso ao seguro defeso. Até mesmo, aquelas comunidades não caracterizadas por se tratarem de locais com questões relacionadas à violência ou criminalidade das áreas em que se localizam, demonstram se tratar de áreas com precariedade de acesso aos serviços, bem como, serem comunidades mais vulneráveis.

Nesse mesmo contexto, os dados existentes quanto à atividade pesqueira da região, também demonstram certa homogeneidade de suas características enquanto atividade econômica e reprodutiva, como por exemplo: embarcações utilizadas, petrechos; recursos pesqueiros; relações de trabalho e gênero; estratégias de reprodução - atividades econômicas complementares; formas de comercialização do pescado e destino do mesmo; insumos necessários; infraestruturas disponíveis; entre outros.

Cabe ressaltar, que embora, sejam significativas as lacunas de informações existentes quanto às características socioeconômicas das comunidades pesqueiras

artesanais e entidades representativas e/ou organizações sociais na Região da Baía de Guanabara, algumas áreas, comunidades e entidades específicas contam com ampla gama de informações em diferentes bibliografias, em geral, teses, dissertações, relatórios de pesquisas que permitem análises relevantes sobre os aspectos pesquisados. Ou seja, documentos relacionados aos PEAs e PCAPs analisados para a região, carecem de maiores aprofundamentos nas caracterizações. Há que se considerar que tais documentos e levantamentos de dados no contexto de tais ações relacionadas ao licenciamento ambiental das atividades petrolíferas apresentam relevância na definição de ações, necessitando, contudo que sejam aprimoradas.

5. Referências Bibliográficas

ABEMI. 2018. Associação Brasileira de Engenharia Industrial. **Site institucional**. Disponível em: <<http://www.abemi.org.br/associadas-2/gdk/>> Acesso 18/06/2018.

ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J. A. (2004). Justiça Ambiental e Cidadania. Niterói/RJ: Editora UFF.

ACSELRAD, H.; MELLO, CC do A. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. **Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía**, p. 293-317, 2002.

AMPAVA. **Plano popular da Vila Autódromo**: plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro: AMPAVA, 2012. 24p.

ÁVILA-DA-SILVA, A.O.; VIANNA, M. 2009 A produção pesqueira do estado do Rio de Janeiro. in: VIANNA, M. (org.). **Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAERJ: SEBRAE-RJ, 2009. p.47-60.

AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. A Política Pesqueira no Brasil (2003-2011): A Escolha Pelo Crescimento Produtivo e o Lugar da Pesca Artesanal. **Desenvolvimento e meio ambiente**. vol. 32. p.61-80, dez. 2014.

BARTHOLO, L. Bolsa Família e autonomia feminina: O que nos dizem os estudos qualitativos? **International policy centre for inclusive growth**. vol. 57. 5p. nov. 2016.

BEGOT, L. H.; VIANNA, M. A frota pesqueira costeira do estado do Rio de Janeiro. **Boletim Instituto de Pesca**, v. 40, n. 1, p. 79–94, 2014.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Portaria N° 123 de 14 de dezembro de 2010. Cria o Conselho Consultivo do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras/RJ. DO. 15 de dezembro de 2010.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Portaria N° 60 de 21 de julho de 2011. Renova o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim/RJ. 21 de jul. 2011.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Portaria N° 52 de 02 de maio de 2014a. Modifica a composição do Conselho Consultivo da Estação Ecológica da Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Portaria N° 55 de 14 de maio de 2014b. Modifica a composição do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro.

_____. Lei N° 10.849, de 23 de março de 2004. Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira, e dá outras providências. Brasília

_____. Lei N° 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei n° 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos de Decreto-Lei n° 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Lex:** Brasília, DF, 30 de jun. 2009.

_____. Ministério da Pesca e Aqüicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa n° 10, de 10 de junho de 2011. DOU 13/06/2011 - SEÇÃO 1 - PÁGINA: 50. Disponível em < http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2011/ini_mpa_mma_10_2011_altrda_regul_permissionamento_completa_alt rd_in_14_2014_in_01_2015.pdf>. Acesso em: 22/08/2017.

_____. Ministério da Pesca e Aqüicultura. Portaria N° 132, de 2 de julho de 2012. DOU, de 04 de jul. 2012. Seção 1, p. 45. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_23472393_PORTARIA_N_132_DE_2_DE_JULHO_DE_2012.aspx>. Acesso em: 22/08/2017.

BRONZ, D. **Pescadores do petróleo: Políticas ambientais e conflitos territoriais na Bacia de Campos, RJ**. Rio de Janeiro: E-papers; Laced/Museu Nacional, 2009. 200p.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G. **Conflitos sócio-ambientais no Brasil** (Vol. 1). Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

CHAVES, C. R. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da baía de Guanabara**. 2011. 187f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares a economia do trabalho. Questões debatidas in: KRAYCHETE, G. et al.(orgs) **Economia dos Setores Populares : Entre a Realidade ea Utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.91-141.

CRUZ, B. O.; LEONCIO, R. C. C. Metrópole Do Rio De Janeiro: A Condição De Trabalho Do Pescador Artesanal Na Baía De Guanabara. in: II° SEMINÁRIO NACIONAL ESPAÇOS COSTEIROS, 2., 2013, **Anais**. Bahia. Grupos Costeiros, 2013. p. 1 – 13

DEUTSCHE, W. Pescadores ameaçados na Baía de Guanabara temem fim de programa de proteção. **Portal Online** Deutsche Welle Notícias Brasil, 4 nov. 2017. Disponível em <<http://www.dw.com/pt-br/pescadores-amea%C3%A7ados-na-ba%C3%ADa-de-guanabara-temem-fim-de-programa-de-prote%C3%A7%C3%A3o/a-36270328>>. Acesso em 01 abril de 2018.

DIAS, A. P. et al. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj): Impactos socioambientais, violação de direitos e conflitos na Baía de Guanabara. **Revista Ética e Filosofia Política**, vol.1,n 16, jun. 2013.

DIAS, F. C. C. **A sustentabilidade da comunidade pesqueira da Praia do Cassinú – Gradim, no município de São Gonçalo/Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2005**. 2005. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Planejamento em Educação Ambiental, Universidade Cândido Mendes, Niterói, 2005.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo/SP: Ática, 1983. 292p.

DIEGUES, A.C. Cultura marítima, conhecimento e manejo tradicionais na RESEX Marinha do Arraial do Cabo. **Projeto Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento- Arraial do Cabo (RJ)**: Programa Petrobras

Ambiental.- COPPE/UFRJ. 2007. 40p. Disponível em <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conhectradresex.pdf>> Acesso em 20 de setembro de 2017.

DUARTE, L. F. D. As redes do suor. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Niterói/RJ: EdUFF. 1999. 289p

ECOMAR. 2009. Caracterização da Atividade Pesqueira no entorno das Ilhas Cagarras. Rio de Janeiro: informações para a criação de unidades de conservação. Julho de 2009. 274p.

FAPP-BG. 50 Anos da Refinaria Duque de Caxias e a Expansão da Indústria Petrolífera no Brasil: Conflitos Socioambientais no Rio de Janeiro e Desafios Para o País na Era do Pré-Sal. Rio de Janeiro – RJ: FASE – solidariedade e educação, 2013, 324p.

FAUSTINO, C.; Furtado, C. Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj. Plataforma Dhesca - Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 1º Edição, 2013

FERREIRA, J. A. A precarização da pesca artesanal e reprodução do espaço na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). **Revista Geográfica de América Central.** Costa Rica, vol. 23, n. 47E, p 1 – 16, jul. 2011.

FERREIRA, T. DA S. Impactos de projetos de engenharia realizados entre 2007 e 2016 de uma empresa do setor de petróleo e gás natural em uma comunidade de pescadores no município de Magé/RJ na perspectiva dos stakeholders. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FIPERJ. Diagnóstico da Pesca no Estado do Rio de Janeiro. Projeto de Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro – Estatística Pesqueira. Diagnóstico da Pesca no Estado Rio de Janeiro. Niterói. Junho/2013. 55p.

_____. **Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aqüicultura na Bacia de Santos – PCSPA-BS.** Relatório Final (Processo IBAMA nº 02022.001735/2013-51). Revisão 01 Junho / 2015a.

_____. **Relatório Anual 2015b.** 174p. Disponível em: <<http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/main/relatorioanual>> Acesso em: 13/08/2017.

FNTTAA – Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins. Terminal pesqueiro público de Niterói. 2017. Disponível em: <<http://fnttaa.org.br/website/destaques/123-artigos-e-opinioes/1278-terminal-pesqueiro-publico-de-niteroi>>. Acesso em: 21/03/2018.

HELLEBRANDT, L. Contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca a partir das experiências das mulheres da Z3. in: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

HERCULANO, S. Pesca e petróleo no litoral fluminense. **Revista Nordestina de Ecoturismo**. vol 4, n 4,2012.

IBAMA. Levantamento de dados da atividade pesqueira na Baía de Guanabara como subsídio para a avaliação de impactos ambientais e a gestão da pesca: pescadores e embarcações em atividade, produção, e valor do pescado na Baía de Guanabara - abril de 2001 a março de 2002. IBAMA, 45p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.Censo demográfico 2010. Disponível em < <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html> > Acesso: 05/07/2017.

INSS. Instituto Nacional do Seguro Social. Site Oficial. Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/> >. Acesso em: 18/03/2018

INSTITUTO PACS. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Portal Carta manifesto: Justiça para os moradores e pescadores de Santa Cruz e da Baía de Sepetiba.**Portal on-line**. Disponível em: <www.pacs.org.br/2016/01/28/justica-para-os-moradores-e-pescadores-de-santa-cruz-e-da-baia-de-sepetiba>. Acesso em: 26/04/2018.

JABLONSKI, S. et al. **Infopesca: O Mercado de Pescados no Rio de Janeiro**. Volume 3. Rio de Janeiro, 1997, 85p.

JUSBRASIL. Página 109 da Seção 3 do Diário Oficial da União (DOU) de 13 de Agosto de 2015. (2015). Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/97987428/dou-secao-3-13-08-2015-pg-109>>. Acesso em: 22/08/2017

KALIKOSKI, Daniela Coswig; VASCONCELLOS, M. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos,

Brasil: uma metodologia de avaliação. **FAO, Circular de Pesca e Aquicultura**, n. 1075, p. 2013, 2013.

KANT DE LIMA, R.; PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. 1 ed. Niterói: EDUFF, 1997. 331p.

LEITÃO, Maria do Rosário. Gênero e Pesca: 30 anos de registro geral da pesca. Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidade e deslocamentos, 23 a 26 de Agosto, 8p. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278250506_ARQUIVO_ROSARIO_Texto_Competo_FG9.pdf>. Acesso em: 18/03/2018.

MALERBA, J. et al. Reduc 50 anos: ganhos, perdas e danos. Desafios para o Futuro. in: FAPP-BG. **50 Anos da Refinaria Duque de Caxias e a Expansão da Indústria Petrolífera no Brasil: Conflitos Socioambientais no Rio de Janeiro e Desafios Para o País na Era do Pré-Sal**. Rio de Janeiro – RJ: FASE – solidariedade e educação, 2013, p. 13 – 25.

MANESCHY, M. C. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. in: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 41 – 64.

MATHIAS, M; JÚNIA, R; TAVARES, V. Entrevista com Alexandre Anderson: Resistência dos pescadores da Baía de Guanabara. **EPSJV/Fiocruz**, Rio de Janeiro, 21 de junho de 2012.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Avaliação e gestão da informação. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/>>. Acesso em: 27/03/2018a.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Conheça o Programa Bolsa Família. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 25/03/2018b.

MENDONÇA, F. M., COUTINHO, R., VALLE, R. A. B. Análise da viabilidade social, operacional e financeira da revitalização do entreposto de pesca da colônia de pescadores de Figueira, no município de Arraial do Cabo-RJ. in: SIMPÓSIO DE PESQUISA OPERACIONAL DA MARINHA (SPOLM), 2010, Rio de Janeiro, **Anais**. Rio de Janeiro: 12 e 13 de agosto de 2010.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Bolsa Verde. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>. Acesso em: 13/03/2018

NOGUEIRA, A. B. et al. Participação da fisiografia local na composição dos atributos e estratégias de pesca no sul do Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 37, n. 1, p. 13–30, 2011.

O FLUMINENSE. Jornal on-line. Terminal pesqueiro do Barreto sem perspectiva de futuro. Disponível em <http://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/terminal-pesqueiro-do-barreto-sem-perspectiva-de-futuro>>. Acesso em: 25/03/2018.

O GLOBO. O Globo. Projeto Jurujuba ganha prêmio Rio Sociocultural. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/projeto-jurujuba-ganha-premio-rio-sociocultural-8852377> >. Acesso em: 15/08/2017.

O GLOBO. Água verde de lagoas mata cobaias. Rio de Janeiro, 29 maio 2005, p. 19. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/390512/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. v.5, n.28, jan/fev. 1987.

PGI. Plataforma de Gestão de Indicadores. 2018. Portal on line - <<https://i3gov.planejamento.gov.br/>> . Catálogos > Temática > Balanço de 8 anos (2004-2010) por Temas >Desenvolvimento Sustentável com Redução de Desigualdades>Incentivo a Aquicultura e a Pesca.> Subvenção do diesel pesqueiro. **Anexo - Políticas e programas de governo voltados para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aqüicultura**. Balanço 2003-2010. Disponível em:<https://i3gov.planejamento.gov.br/balanco/1%20-%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENTAVEL%20COM%20REDUCAO%20DE%20DESIGUALDADES/9%20-%20Incentivo%20a%20Aquicultura%20e%20a%20Pesca/a%20-%20Desenvolvimento%20Sustentavel%20da%20Pesca%20e%20Aquicultura/Anexo_Programas_desenvolvimento_sustentavel_pesca_e_aquicultura.doc> Acesso em 13/03/2018.

PINTO, R. G. Pesca artesanal e conflito ambiental na baía de Guanabara. In: FAPP-BG. **50 Anos da Refinaria Duque de Caxias e a Expansão da Indústria Petrolífera no Brasil: Conflitos Socioambientais no Rio de Janeiro e Desafios Para o País na Era do Pré-Sal**. Rio de Janeiro – RJ: FASE – solidariedade e educação, 2013, p. 115 – 149.

PLURALE. Mutirão marca 18 anos do Mangue Vivo: resposta ao desastre na Baía de Guanabara. Disponível em: <<http://www.plurale.com.br/site/agenda-detalhes.php?cod=3233>>. Acesso em: 29/07/2017.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – Portaria da transparência (2018). Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 13/03/2018.

PREFEITURA DE NITERÓI. Prefeitura Municipal de Niterói. Companhia de Limpeza de Niterói – CLIN. **Plano Municipal de Resíduos Sólidos de Niterói**. Julho de 2012. 115p. Disponível em: <http://www.clin.rj.gov.br/pdf/plano_de_gestao_integrada_de_residuos_solidos.pdf>. Acesso: 14/07/2017

PREFEITURA DE SÃO GONÇALO. **Site institucional**. Página da Web. Casa do Mel será inaugurada. São Gonçalo, 8 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.saogoncalo.rj.gov.br/noticiaCompleta.php?cod=4800&tipoNoticia=MeioAmbiente>>. Acesso em: 03/04/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. Catadores de Caranguejo têm até esta quarta-feira para se cadastrar no Projeto Defeso. Fev/2015. Disponível em: <<http://www.itaborai.rj.gov.br/12255/catadores-de-caranguejo-tem-ate-esta-quarta-feira-para-se-cadastrar-no-projeto-defeso/>>Acessoem: 19/04/2018.

PROJETO UÇÁ. Disponível em: <<http://projetouca.org.br/o-projeto/>>. Acesso em: 16/05/2018

QUINTAS J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. in: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTO, R.S. (Orgs.). **Repensar a Educação Ambiental: Um olhar crítico**. São Paulo, Editora Cortez, 2009, p.33-80.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. Revista. Brasília: Ibama, 2006. 134p.

REVISTA FURNAS. PROJETOS SOCIAIS. **Revista Furnas**. Ano XXXIII, N° 346. 2007. Disponível em: <http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/346_social.pdf>. Acesso em: 06/05/2018.

REVIVER PAQUETÁ. Projeto Reviver Paquetá. Disponível em: <<http://www.ilhadepaqueta.com.br/reviverpaqueta/projeto.html>>. Acesso em: 16/05/2017.

RIO DE JANEIRO. Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA). Portaria n° 42, de 14 de março de 2014. Estabelece a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Estadual de Itaipu. Rio de Janeiro 17 de março de 2014.

RITTER, P. D. **Da Roça ao Mar: Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói, RJ.** 2007. 288f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2007.

RODRIGUES, D. **Caracterização socioambiental de comunidades pesqueiras na baía de Guanabara como subsídio à elaboração de um novo modelo de gestão para a pesca de pequena escala.** 2009. 149 f. Monografia (Bacharelado em Oceanografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. **Revista Ciência & Saúde Coletiva.** v. 15, supl. 1, p.1543-1552, jun. 2010

ROUGEMONT, L.; PÉREZ, M. S. Primeiras aproximações aos conflitos socioambientais territoriais entre pescadores/as artesanais e megaprojetos de desenvolvimento: o caos da SUAPE e COMPERJ. XIII JORNADA DO TRABALHO, Presidente Prudente, 2012, **Anais** Presidente Prudente, 2012.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SAF, sobre o programa. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 19/03/2018.

SEVÁ, O. O Estado do Rio de Janeiro, capital dos problemas ambientais e sociais da indústria petrolífera – os casos do litoral Norte Fluminense e da Baía de Guanabara. in: **FAPP-BG.50 Anos da Refinaria Duque de Caxias e a Expansão da Indústria Petrolífera no Brasil: Conflitos Socioambientais no Rio de Janeiro e Desafios Para o País na Era do Pré-Sal.** Rio de Janeiro – RJ: FASE – solidariedade e educação, 2013, p. 29 – 70.

SILVA, J G da. **Fome Zero: A experiência brasileira/** José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi;Caio Galvão de França (orgs.) ; – Brasília : MDA, 2010. 360p. ; 16 x 23 cm. Série NEAD Especial 12. ISBN 978-85-60548-79-8

SILVA, C. A. Industrialização e Pesca artesanal na Baía de Guanabara –Metrópole do Rio de Janeiro e conflitos nos usos do território. In: 1º SEMINÁRIO ESPAÇOS

COSTEIROS, I., Salvador. **Anais**. Salvador. IGEO/UFBA. 2011. p. 1 – 15.
SILVA, P. A. **O mar é masculino? O trabalho das mulheres na Ponta da Ilha/Jurujuba/Niterói, RJ**. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, C. A. Pescadores artesanais e território: possibilidades e limites ao acesso aos direitos sociais e políticas públicas. IN: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. 7. 2014, Vitória/ES. **Anais**, Vitória, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2014. p. 1- 12.

SILVA, G. F.; SILVA, A. E. D.; TORELLI, A. E. R. S. Processamento e beneficiamento do pescado na comunidade de Mituaçu, Conde, Paraíba. In: XIV ENCONTRO DE EXTENSÃO, 14. 2013, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: UFPB, 2013. P. 1 – 5.

SILVA, L.S.; NOGUEIRA, A.S.; PENICHE DE ALMEIDA, A.C.G. Porto da Chacrinha. **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias. Baixada Fluminense. p. 59-61. 2007.

SOARES, D. G. A pesca artesanal na Baía de Guanabara e justiça ambiental: uma proposta de nuances sociológicas. in: KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. (Orgs.) **Saberes, Narrativas e Conflitos na pesca artesanal**. Vitória: Edufes, 2015. p. 51 – 84.
SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre ano 8, n 16, p.20-45, jul/dez 2006.

VÉLEZ, M. V. **Meio ambiente, informação e mobilização social: a degradação da praia de Sepetiba**. 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VIANNA, M.(ORG.). Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FAERJ); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RJ). **Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no estado do Rio de Janeiro: relatório de pesquisa**. Rio de Janeiro, 2009. 200 p.

VINHAS, A. L. F. **Pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro (RJ): os diferentes conflitos pela identidade**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

WALM. Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro - Baía de Guanabara(PEA- RIO). **Caderno 6- Comunidades e Grupos Sociais de Interesse**. Revisão 01. 06/2015a.

_____. Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro – PEA Rio – Baía de Guanabara. **Caderno 3 – Programas e Projetos Governamentais e ONGs**. Revisão 01 Junho/ 2015b.

_____. Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro - Baía de Guanabara (PEA-RIO).**Caderno 4 – Infraestruturas**. Revisão 01. 06/2015c.

_____. Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro - Baía de Guanabara (PEA-RIO). **Relatório Analítico do levantamento de dados secundários e aplicação de filtros de supressão - Fase Macro Diagnóstico**. Revisão 01. 09/2015d.

_____. Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro - Baía de Guanabara (PEA RIO - BG). **Relatório Analítico de Cruzamento de Dados**. Revisão 03. 04/2016.

_____. Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro PEA RIO-BG - Região 04. **Relatório Descritivo e Analítico do Diagnóstico Participativo**. Revisão 00. Fevereiro de 2017.

WALTER, T. **Novos usos e novos mercados: qual a sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal?** 2010. 343 f. Tese (Doutorado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

WALTER, T.; ANELLO, L. F. S. A Educação Ambiental Enquanto Medida Mitigadora e Compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. **Revista Ambiente & Educação**. Rio Grande, v.17(1), p.73-98, 2012.

WALTER, T.; VALENÇA, M.; SILVA, P. Qual é o elo mais frágil da cadeia produtiva do pescado? Uma análise sobre o processo de expulsão das mulheres que atuam na pesca artesanal na região metropolitana de Recife/PE. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2012. P. 1 – 12.

ZBOROWSKI, M. B.; LOUREIRO, C. F. B. Conflitos Ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores artesanais frente ao processo de implantação do complexo

siderúrgico da Companhia Siderúrgica do Atlântico -ThyssenKrupp CSA. IN: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANNPAS, 4., 2008, Brasília. **Anais...**Brasília. p. 1-20.

6. Apêndices

(Em arquivo separado)

Apêndice 1 - Descrição de características das infraestruturas da cadeia produtiva do pescado na Baía de Guanabara.

Apêndice 2 - Organizações representativas de pescadores(as) artesanais na Baía de Guanabara

7. Anexos

(Em arquivo separado)

Anexo 1 - Subsídios teóricos da pesquisa publicados em Anais do IX Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental – EDEA.

Anexo 2 - Procedimentos analíticos